
PRESTAÇÃO DE CONTAS



EXERCÍCIO
2017



FOTO

Stenilson Magalhães da Silva
Ponte dos Ingleses

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

CONSELHEIROS

Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-Presidente

Rholden Botelho de Queiroz

Corregedor

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Conselheiros

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Victor

Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Itacir Todero

Paulo César de Souza

Davi Ferreira Gomes Barreto

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral de Contas

José Aécio Vasconcelos Filho

Procuradores de Contas

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo Sousa Lemos

Leilyanne Brandão Feitosa

Júlio César Rôla Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino



CORPO DIRETIVO

Secretário-Geral
José Teni Cordeiro Júnior

Secretária-Geral Adjunta
Raquel Almeida Brasil

Secretário de Controle Externo
Raimir Holanda Filho

Secretário de Administração
José Auriço Oliveira

Secretária de Tecnologia da Informação
Érika Cavalcante Campos

Chefe de Gabinete da Presidência
Mirla Fontenele Dias de Oliveira

Chefe da Procuradoria Jurídica
Paulo Sávio Nogueira Peixoto Maia

Controlador
José Wesmey da Silva

Assessor de Planejamento e Gestão
Glinton José Bezerra de Carvalho Ferreira

Coordenadora de Comunicação Social
Kelly Cristina Caixeta de Castro

Diretora Executiva do Instituto Plácido Castelo – IPC
Maria Hilária de Sá Barreto

Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do IPC
Francisco Otávio de Miranda Bezerra

Produção Editorial/Diagramação
Assessoria de Comunicação Social



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E OBJETIVO	9
2. ROL DOS RESPONSÁVEIS	13
3. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DA LEI Nº 4.320/64	19
4. EXTRATOS DAS CONTAS BANCÁRIAS	73
4.1. AGÊNCIA SETOR PÚBLICO BANCO DO BRASIL	73
4.2. AGÊNCIA SETOR PÚBLICO BRADESCO	79
4.3. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	102
5. RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO	127
5.1. DESCRIÇÃO GERAL.....	127
5.2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	127
5.3. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS	128
5.4. ORGANOGRAMA	131
5.5. QUADRO GERAL DE COLABORADORES.....	132
5.6. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO CONTROLE EXTERNO.....	133
5.7. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	161
5.8. ATIVIDADES DO INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA MINISTRO PLÁCIDO CASTELO	168
5.9. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	175
5.10. GESTÃO DE PESSOAS	192
5.11. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ARQUIVO	195
5.12. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO TCE CEARÁ	196
5.13. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COSISMAT	203
5.14. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO NÚCLEO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES	204
5.15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	205
5.16. RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES DO TCE EM 2017	206
6. PARECER DO CONTROLADOR	215
7. PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DO TCE CEARÁ	227





APRESENTAÇÃO E OBJETIVO

APRESENTAÇÃO E OBJETIVO

Encaminhar sua Prestação de Contas Anual para apreciação da Assembleia Legislativa é uma das obrigações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Conforme o §4º do art. 76 da Constituição Estadual do Ceará, o envio desse documento deve ser feito 60 dias após a abertura da Sessão Legislativa. Consciente de suas funções constitucionais, o TCE Ceará reúne, aqui, as principais ações implementadas ao longo do exercício financeiro de 2017.

Durante o exercício, mantivemos o foco no cumprimento da ação estratégica de promover maior celeridade, modernidade, transparência e efetividade aos julgamentos do Tribunal. Com essa finalidade, avanços significativos na implementação dos Sistemas Ágora e de Registro de Pessoal foram alcançados.

Várias parcerias institucionais foram firmadas e outras mantidas pelo TCE Ceará. O Tribunal tornou-se o primeiro do país a ter acesso a sistemas do Tribunal de Contas da União, tais como a ALICE (Análise de Licitações e Contratos) e a DGI (Diretoria de Gestão de Informação), que permitem o exame automatizado de editais com indícios de irregularidades e acesso a uma diversidade de dados consolidados pelo TCU.

Análises de dados produzidas pela Assessoria de Informações Estratégicas passaram a ser utilizadas pelo Tribunal na realização de auditorias específicas. Resultados expressivos foram alcançados, a exemplo da análise da legalidade da acumulação de cargos, empregos e/ou funções públicas na Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, cuja economia anual à Administração Pública (federal, estadual e municipal), decorrente da sustação de pagamentos irregulares, foi na ordem de aproximadamente R\$ 9 milhões.

A adoção da metodologia do Observatório da Despesa Pública (ODP) pelo Tribunal, implementada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), foi outro fato marcante no decorrer do exercício de 2017. Esta metodologia serve à produção de informações que podem subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, mediante o monitoramento dos gastos públicos.

Permanecemos na promoção da adequada qualificação de servidores e sociedade, mediante capacitações presenciais e à distância. Visitas periódicas a escolas públicas e comunidades, por meio do programa Agente de Controle, além da continuidade do mestrado para servidores, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, valem ser mencionadas. O Tribunal passou a ter permissão do Ministério da Educação para realizar cursos de especialização *lato sensu* que busquem aprimorar o perfil do seu corpo de auditores para as demandas requeridas do atual século.

Projetos e indicadores seguem monitorados no âmbito do Plano Estratégico vigente. Entre os projetos finalizados em 2017 que incentivam o controle social, destacam-se o projeto Transparência na Gestão Pública, em parceria firmada com a Fundação Demócrito Rocha, e o lançamento dos aplicativos Controle Cidadão e TCE Ceará.



A partir de agosto, em função da nova realidade institucional do Tribunal, emitimos portarias, resoluções e outros normativos com a finalidade de integrar as sedes centro e cambéba, bem como empreendemos esforços para a reorganização estrutural de pessoas, espaços e sistemas informacionais, de modo a impedir a solução de continuidade nas atividades normais do Tribunal.

Como resultado desse esforço e da sinergia alcançada, destacam-se as auditorias e inspeções realizadas, tanto em âmbito estadual quanto municipal; fiscalizações em 19 (dezenove) municípios do Estado, entre inspeções especiais e ordinárias; e publicação e disponibilização de Relatórios de Acompanhamento Gerencial, com a análise das receitas e despesas de cada um dos 184 municípios cearenses, visando auxiliar as administrações locais na promoção do equilíbrio fiscal, por meio da racionalização de gastos e otimização de receitas, além de permitir à sociedade conhecer melhor o desempenho das gestões.

O TCE Ceará permanece com seus canais de acesso, apresenta suas atividades e serviços através de seu portal institucional, e se faz presente nas redes sociais twitter, facebook, whatsapp e youtube, com o canal “Acontece TV”. A “Revista Controle – Doutrina e Artigos”, periódico do Tribunal que reúne textos de autores de diversas instituições e Estados brasileiros, continua com a sua publicação semestral.

Em 2017, realizamos três importantes congressos: IV Congresso Internacional de Direito Financeiro, cujo tema focal retratou as “novas fronteiras do Direito Financeiro”; Congresso Internacional de Combate à Corrupção, com a temática “Atuação dos Tribunais de Contas e do Ministério Público”; e o VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, com o tema central “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, os quais contaram com a presença e a participação de renomados especialistas.

Registramos, ainda, a eleição ocorrida na Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017 para os dirigentes do Tribunal de Contas do Estado do Ceará no biênio 2018/2019, a saber: Conselheiro Edilberto Pontes – Presidente; Conselheiro Rholden Queiroz – Vice-Presidente; Conselheiro Valdomiro Távora – Corregedor; e Conselheiro Substituto Davi Barreto – Ouvidor.

Aqui estão citadas algumas atividades realizadas em 2017 e que, juntamente com a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, submetemos à apreciação dos excelentíssimos Deputados cearenses.

Edilberto Carlos Pontes Lima
Presidente do TCE





2

ROL DE
RESPONSÁVEIS

DIRIGENTE MÁXIMO
Ordenador de Despesa

Nome: Edilberto Carlos Pontes Lima

CPF: 370.735.083-53

Cargo: Presidente

Matrícula: 0765-6

Período: Biênio 2016/2017

Ato de Nomeação: Assumiu a Presidência em 11/01/2016, Ata nº 001 da Sessão Extraordinária de 11/01/2016, D.O.E. 29/01/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 440, Apto 700, Meireles, Fortaleza-CE. CEP: 60.125-100, fone: 3241-0402.

Ordenador de Despesa

Nome: Rholden Botelho de Queiroz

CPF: 691.762.133-15

Cargo: Vice-Presidente

Matrícula: 0766-3

Período: Biênio 2016/2017

Ato de Nomeação: Assumiu a Vice-Presidência em 11/01/2016, Ata nº 001 da Sessão Extraordinária de 11/01/2016, D.O.E. 29/01/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Tereza Hinko, nº 100, Apto 1601, Mucuripe, Fortaleza-CE. CEP: 60.176-440, fone: 3263-9389.

Ordenadora de Despesa

Nome: Mirla Fontenele Dias de Oliveira

CPF: 492.397.673-04

Cargo: Chefe de Gabinete da Presidência

Matrícula: 0966-1

Período: Desde 13/01/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 12/01/2016, D.O.E. 13/01/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Professor Jacinto Botelho, nº 290, Apto-402, Guararapes, Fortaleza-CE.

CEP: 60.810-050, fone: 3241-1713.



CORREGEDOR

Nome: José Valdomiro Távora de Castro Júnior

CPF: 267.859.003-87

Cargo: Corregedor

Matrícula: 0526-3

Período: Biênio 2016/2017

Ato de Nomeação: Assumiu a Corregedoria em 11/01/2016, Ata nº 001 da Sessão Extraordinária de 11/01/2016, D.O.E. 29/01/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Aluízio Soriano Aderaldo, 150, Apto – 901, Cocó, Fortaleza-CE. CEP: 60.190-260, fone: 3261-4814.

SECRETÁRIO GERAL

Nome: José Teni Cordeiro Júnior

CPF: 389.866.203-91

Cargo: Secretário Geral TCE-01

Matrícula: 0114-5

Período: Desde 17/03/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 15/03/2016, D.O.E. 17/03/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Tertuliano Sales, nº 300, Apto. 504 – Vila União, Fortaleza – CE. CEP: 60.410-366, fone: 3223-6285.

SECRETÁRIA ADJUNTA

Nome: Raquel Almeida Brasil

CPF: 384.866.523-91

Cargo: Secretário Adjunto TCE-02

Matrícula: 0122-9

Período: Desde 01/09/2014

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 01/09/2014, D.O.E. 05/09/2014.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Tianguá nº 155, Parreão, Fortaleza – CE. CEP: 60.410-325, fone: 3494-7020.

Nome: José Auriço Oliveira

CPF: 370.387.883-53

Cargo: Secretário de Administração TCE-02

Matrícula: 0860-0

Período: Desde 13/01/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 12/01/2016, D.O.E. 13/01/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Crisanto Moreira da Rocha, nº 1360, Casa 1900, Cambeba, Fortaleza-CE.

CEP: 60.833-520, fone: 3247-4501.

Nome: Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante

CPF: 480.459.343-87

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira TCE-04

Matrícula: 1249-1

Período: Desde 24/02/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 22/02/2016, D.O.E. 24/02/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Avenida Santos Dumont, nº 6944, Cocó, Fortaleza-CE.

CEP: 60.192-024, fone: 98877-2680.

Nome: João Batista de Castro Neto

CPF: 060.789.153-04

Cargo: Gerente de Material de Patrimônio

Matrícula: 0338-7

Período: Desde 18/03/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 16/03/2016, D.O.E. 18/03/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Vicente Linhares, nº 1415, Apto-301, Dionísio Torres, Fortaleza-CE.

CEP: 60.135-270, fone: 3261-1403.



GERENTE DE CONTABILIDADE
E FINANÇAS

Nome: Marcos Murilo Timbó Batista

CPF: 839.531.753-00

Cargo: Gerente de Contabilidade e Finanças

Matrícula: 0807-1

Período: Desde 01/02/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 29/01/2016, D.O.E 01/02/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Coronel Linhares, nº 2290, Apto-501, Dionísio Torres, Fortaleza-CE CEP: 60.170-241, fone: 4101-1483.

GERENTE DE MANUTENÇÃO,
CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES

Nome: Alonso Lessa de Santana

CPF: 141.018.903-15

Cargo: Gerente de Material e Patrimônio TCE-05

Matrícula: 0317-4

Período: Desde 01/02/2016

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 28/01/2016, D.O.E. 01/02/2016.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Tipógrafo Sales, nº 414, Parquelândia, Fortaleza – CE. CEP: 60.450-125, fone: 3287-0020

CONTROLADOR

Nome: José Wesmey da Silva

CPF: 548.496.753-87

Cargo: Controlador TCE-02

Matrícula: 0976-9

Período: Desde 01/09/2013

Ato de Nomeação: Ato da Presidência de 27/08/2013, D.O.E. 03/09/2013.

Endereço Funcional: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60055-080, fone: 3488-5900.

Endereço Residencial: Rua Machado de Assis, 800 Apt. 704. CEP: 60.426-000, fone: 98889-9050.



3

DEMONSTRATIVOS
CONTÁBEIS


 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstração dos Ingressos e Dispendios segundo as Categorias Econômicas

Página 1 / 1
Exercício 2017
Anexo 1

Ingressos	Dispendios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL
R E S U M O	
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL



Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	11.090,00	3.438.262,83	0,00	3.407.970,40	28.902,92	12.479,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.090,00	3.438.262,83	0,00	3.407.970,40	28.902,92	12.479,51
DESPESAS DE CAPITAL	442.990,65	3.059.193,44	0,00	3.315.835,88	186.348,21	0,00
INVESTIMENTOS	442.990,65	3.059.193,44	0,00	3.315.835,88	186.348,21	0,00
Total:	454.080,65	6.497.456,27	0,00	6.723.806,28	215.251,13	12.479,51

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	231,00	0,00	231,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	231,00	0,00	231,00	0,00	0,00
Total:	0,00	231,00	0,00	231,00	0,00	0,00



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
		0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito/Financiamento (IV):

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):

	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI):	84.163.645,00	135.139.452,03	130.624.366,11	-4.515.085,92	
Total (VII)=(V + VI):	84.163.645,00	135.139.452,03	130.624.366,11	-4.515.085,92	

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de créditos adicionais					

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (e-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	81.896.000,00	129.884.517,03	126.077.259,49	123.376.095,00	123.375.287,72	3.807.257,54
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.042.000,00	108.021.595,69	104.358.825,20	104.358.825,20	104.358.825,20	3.662.770,49
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.854.000,00	21.862.921,34	21.718.434,29	19.017.269,80	19.016.462,52	144.487,05
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.267.645,00	5.254.935,00	4.547.106,62	313.572,89	313.572,89	707.828,38
44 INVESTIMENTOS	2.267.645,00	5.254.935,00	4.547.106,62	313.572,89	313.572,89	707.828,38
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	84.163.645,00	135.139.452,03	130.624.366,11	123.689.667,89	123.688.860,61	4.515.085,92


 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Balanço Orçamentário
 Página 2 / 2
 Exercício 2017
 Anexo 12


Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	84.163.645,00	135.139.452,03	130.624.366,11	123.689.667,89	123.688.860,61	4.515.085,92
Superávit (XIII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (XIV)=(XI+XIII):	84.163.645,00	135.139.452,03	130.624.366,11	123.689.667,89	123.688.860,61	4.515.085,92
Reserva do RPPS						

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	0,00	0,00	DESPA ORÇAMENTÁRIA (VI)	130.624.366,11	83.889.199,88
ORDINÁRIA	0,00	0,00	ORDINÁRIA	128.663.942,01	82.069.909,77
VINCULADA	0,00	0,00	VINCULADA	1.960.424,10	1.819.290,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	0,00	0,00	FECOP	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	34.300,00
MEDIDAS COMPENSATORIAS	0,00	0,00	MEDIDAS COMPENSATORIAS	0,00	0,00
FUNDEB	0,00	0,00	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.960.424,10	1.784.990,11
CONVÊNIOS	0,00	0,00	CONVÊNIOS	0,00	0,00
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	OUTROS RECURSOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	130.412.675,89	80.493.568,19	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	123.688.638,61	77.391.512,61	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	6.724.037,28	3.102.055,58	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	0,00	0,00
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	40.649.419,83	25.385.567,24	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	40.437.729,61	21.969.935,55
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	807,28	231,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	231,00	0,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	6.934.698,22	6.497.456,27	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	6.723.806,28	3.101.755,58
VALORES RESTITUIVEIS	33.713.914,33	18.887.879,97	VALORES RESTITUIVEIS	33.713.692,33	18.888.179,97
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	33.713.914,33	18.887.879,97	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	33.713.692,33	18.887.879,97
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	300,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CAIXA EM PENHORA NA EXERCÍCIO ANTERIOR (IVA)	0,00	0,00	CAIXA EM PENHORA PARA CANCELAMENTO DE ANTERIOR (IVB)	0,00	0,00



Balço Patrimonial		Página 1 / 1 Exercício 2017	
Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO			
Ativo		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.768,81	1.814,67	231,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	4.768,81	1.814,67	231,00
ESTOQUES	345.221,99	376.469,26	322,23
ALMOXARIFADO	345.221,99	376.469,26	322,23
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	349.990,80	378.283,93	553,23
Ativo Não Circulante			
IMOBILIZADO	60.442.267,04	36.086.140,01	0,00
BENS MÓVEIS	21.171.148,06	12.507.759,01	0,00
BENS IMÓVEIS	44.448.337,18	27.005.387,04	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-5.177.218,20	-3.427.006,04	0,00
INTANGÍVEL	5.860.410,64	2.809.718,56	0,00
SOFTWARES	6.357.070,00	3.103.802,41	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-496.659,36	-294.083,85	0,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	66.302.677,68	38.895.858,57	0,00
Total do Ativo:	66.652.668,48	39.274.142,50	39.274.142,50
(1) Ativo Financeiro:	0,00	0,00	6.952.090,15
(2) Ativo Permanente:	66.652.668,48	39.274.142,50	0,00
Saldo Patrimonial:	59.704.139,24	32.322.052,35	0,00

Passivo		Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	807,28	807,28	231,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	807,28	807,28	231,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	544,23	544,23	322,23
VALORES RESTITUIVEIS	544,23	544,23	322,23
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.351,51	1.351,51	553,23
Patrimônio Líquido			
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	66.651.316,97	39.273.589,27	39.273.589,27
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	66.651.316,97	39.273.589,27	39.273.589,27
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	27.394.329,71	601.772,86	601.772,86
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.273.589,27	39.046.920,86	39.046.920,86
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-16.602,01	-375.104,45	-375.104,45
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66.651.316,97	39.273.589,27	39.273.589,27
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	66.652.668,48	66.652.668,48	39.274.142,50
(3) Passivo Financeiro:	6.948.529,24	6.952.090,15	6.952.090,15
(4) Passivo Permanente:	0,00	0,00	0,00


 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento de Despesa

Página 2 / 2
 Anexo 2
 Exercício 2017

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
4	DESPESA DE CAPITAL				4.547.106,62
44	INVESTIMENTOS			4.547.106,62	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		4.547.106,62		
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	2.174.644,10			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	221.670,00			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	604.037,00			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.546.755,52			

Total Geral: 130.624.366,11






Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Página 1 / 1
Exercício 2017

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Quantitativas	
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	80.498.954,83
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	80.493.568,19
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	80.493.568,19
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.386,64
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.386,64

Variações Patrimoniais Diminutivas	
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	79.897.181,97
PESSOAL E ENCARGOS	61.047.981,88
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	49.853.082,93
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	9.377.429,99
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.642.480,74
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	174.988,22
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.600,00
3.2.1 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.600,00




Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Página 1 / 1
 Exercício 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	164.126.590,22	99.381.448,16
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	130.412.675,89	80.493.568,19
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	33.713.914,33	18.887.879,97
DESEMBOLSOS	160.497.181,45	96.577.231,20
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	126.733.489,12	77.589.051,23
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	50.000,00	100.000,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	33.713.692,33	18.888.179,97
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	3.629.408,77	2.804.216,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	3.629.408,77	2.804.216,96
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.629.408,77	2.804.216,96
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-3.629.408,77	-2.804.216,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	0,00	0,00




 <p>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p>	Quadro das Receitas Derivadas e Originárias	Página 1 / 1
		Exercício 2017
		Exercício Atual
		Exercício Anterior

RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS

TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS


0,00

0,00

 <p>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p>	Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	Página 1 / 1
		Exercício 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	126.733.489,12	77.589.051,23
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	126.733.489,12	77.589.051,23




 <p>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p>	<p>Quadro de Juros e Encargos da Dívida</p>	<p>Página 1 / 1 Exercício 2017</p>
		<p>Exercício Atual Exercício Anterior</p>

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA


0,00 0,00


 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
 Página 1 / 1
 Exercício 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>		
INTRAGOVERNAMENTAIS	130.412.675,89	80.493.568,19
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	123.688.638,61	77.391.512,61
CORRENTE	123.375.065,72	76.161.788,31
CAPITAL	313.572,89	1.229.724,30
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	6.724.037,28	3.102.055,58
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	130.412.675,89	80.493.568,19
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>		
TRANSFERÊNCIAS A INTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.000,00	100.000,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	50.000,00	100.000,00



 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais	Página 1 / 1
			Exercício 2017
		Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS			
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO		33.713.914,33	18.887.879,97
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		33.713.914,33	18.887.879,97
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO		33.713.692,33	18.887.879,97
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	300,00
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		33.713.692,33	18.888.179,97

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Página 1 / 1
Exercício 2017
Anexo 17

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	6.497.456,27	0,00	6.484.976,76	12.479,51
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	454.080,65	0,00	454.080,65	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	6.934.698,22	0,00	6.934.698,22
SUBTOTAL	6.951.536,92	6.934.698,22	6.939.057,41	6.947.177,73
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	231,00	0,00	231,00	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	807,28	0,00	807,28
SUBTOTAL	231,00	807,28	231,00	807,28
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	322,23	34.714.943,26	34.714.721,26	544,23
SUBTOTAL	322,23	34.714.943,26	34.714.721,26	544,23
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	6.952.090,15	41.650.448,76	41.654.009,67	6.948.529,24






Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Consolidação Geral por Categoria, Grupo, Modalidade e Elemento de Despesa


Página 1 / 2
Anexo 2
Exercício 2017


Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPA CORRENTE				126.077.259,49
31	PESSOA E ENCARGOS SOCIAIS			104.358.825,20	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		88.671.841,52		
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.576.081,89			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.432.708,01			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	206.131,48			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.602,01			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	178.732,55			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	261.585,58			
3191	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		15.686.983,68		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.686.983,68		21.718.434,29	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		50.000,00		
33504100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		21.524.967,99		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.600,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	337.684,32			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	662.454,82			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.048,32			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.365,00			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	170.880,62			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	816.319,20			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	341.753,38			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.186.742,30			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.542.904,37			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.089.370,25			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.749,72			

 <p> Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO </p>		<p> Demonstrativo do Programa de Governo, da Unidade Orçamentária, por Projeto e Atividade </p>		<p> Página 1 / 2 Anexo 6 Exercício 2017 </p>
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Total


020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO				
02100001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO				
01	LEGISLATIVA	5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11
01032	CONTROLE EXTERNO	2.095.410,57	104.358.825,20	106.454.235,77
01032014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	2.095.410,57	0,00	2.095.410,57
0103201418490	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PFORR	1.960.424,10	0,00	1.960.424,10
0103201418495	PDRS/PROJETO SÃO JOSÉ III	0,00	0,00	0,00
0103201418504	AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	134.986,47	0,00	134.986,47
01032500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	0,00	104.358.825,20	104.358.825,20
0103250021795	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS FOLHA NORMAL - TCE	0,00	86.043.798,95	86.043.798,95
0103250021798	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS FOLHA COMPLEMENTAR - TCE	0,00	195.334,56	195.334,56
0103250021799	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - TCE	0,00	15.686.983,68	15.686.983,68
0103250021800	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RGPS - TCE	0,00	2.432.708,01	2.432.708,01
01122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	927.125,92	18.026.561,94	18.953.687,86
01122500	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	927.125,92	18.026.561,94	18.953.687,86
0112250017401	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS - TCE	21.415,82	0,00	21.415,82
0112250017404	REFORMA E AMPLIAÇÃO - TCE	905.710,10	0,00	905.710,10
0112250021796	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO - TCE	0,00	17.804.104,57	17.804.104,57
0112250022595	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO - IPC	0,00	222.457,37	222.457,37
01126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.983.598,00	2.793.079,47	4.776.677,47
01126014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	1.983.598,00	0,00	1.983.598,00
0112601419054	AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TI	1.983.598,00	0,00	1.983.598,00
01126500	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	0,00	2.793.079,47	2.793.079,47
0112650021797	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TI - TCE	0,00	2.793.079,47	2.793.079,47
01128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	439.765,01	0,00	439.765,01
01128014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	9.000,00	0,00	9.000,00
0112801419051	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE JURISDICIONADO E SOCIEDADE	9.000,00	0,00	9.000,00



 <p>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p>		<p>Demonstrativo do Programa de Governo, da Unidade Orçamentária, por Projeto e Atividade</p>		<p>Página 2 / 2 Anexo 6 Exercício 2017</p>	
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Total	
		5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11	
Total da Unidade Gestora: 020001					
Total Geral:		5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11	

 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programa de Governo por Projeto e Atividade		Página 1 / 1 Anexo 7 Exercício 2017	
Código	Especificação	Projeto	Atividade	Total	
01	LEGISLATIVA	5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11	
01032	CONTROLE EXTERNO	2.095.410,57	104.358.825,20	106.454.235,77	
01032014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	2.095.410,57	0,00	2.095.410,57	
01032500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	0,00	104.358.825,20	104.358.825,20	
01122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	927.125,92	18.026.561,94	18.953.687,86	
01122500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	927.125,92	18.026.561,94	18.953.687,86	
01126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.983.598,00	2.793.079,47	4.776.677,47	
01126014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	1.983.598,00	0,00	1.983.598,00	
01126500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	0,00	2.793.079,47	2.793.079,47	
01128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	439.765,01	0,00	439.765,01	
01128014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	9.000,00	0,00	9.000,00	
01128500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	430.765,01	0,00	430.765,01	
Total Geral:		5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11	





 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo por Programa de Governo segundo o Elemento de Despesa

Página 1 / 2
 Anexo 7
 Exercício 2017

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL				
3	DESPESA CORRENTE				331.486,47
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			331.486,47	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		331.486,47		
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	131.854,84			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.131,63			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	196.500,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.756.522,10
44	INVESTIMENTOS			3.756.522,10	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		3.756.522,10		
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	2.174.644,10			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	221.670,00			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.360.208,00			
Total do Programa - 014					4.088.008,57
500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL				
3	DESPESA CORRENTE				125.745.773,02
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			104.358.825,20	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		88.671.841,52		
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.576.081,89			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.432.708,01			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	206.131,48			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.602,01			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	178.732,55			


 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo por Programa de Governo segundo o Elemento de Despesa
 Página 2 / 2
 Anexo 7
 Exercício 2017


Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		21.193.481,52		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.600,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	205.829,48			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	662.454,82			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.048,32			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.365,00			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	167.748,99			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	816.319,20			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	341.753,38			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.186.742,30			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.346.404,37			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.089.370,25			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.749,72			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	16.713,77			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331.381,92			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		143.466,30		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	136.899,06			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.567,24			
4	DESPESA DE CAPITAL				790.584,52
44	INVESTIMENTOS			790.584,52	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		790.584,52		
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	604.037,00			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	186.547,52			

Total do Programa - 500 126.536.357,54

Total Geral: 130.624.366,11



Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Demonstrativo de Funções - Subfunções e Programa de Governo conforme o Vínculo com os Recursos		Página 1 / 1 Anexo 8 Exercício 2017	
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total	
01	LEGISLATIVA	108.766.826,24	21.857.539,87	130.624.366,11	
01032	CONTROLE EXTERNO	87.287.033,69	19.167.202,08	106.454.235,77	
01032014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	134.986,47	1.960.424,10	2.095.410,57	
01032500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	87.152.047,22	17.206.777,98	104.358.825,20	
01122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.887.693,65	2.065.994,21	18.953.687,86	
01122500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	16.887.693,65	2.065.994,21	18.953.687,86	
01126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.152.333,89	624.343,58	4.776.677,47	
01126014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	1.983.598,00	0,00	1.983.598,00	
01126500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	2.168.735,89	624.343,58	2.793.079,47	
01128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	439.765,01	0,00	439.765,01	
01128014	CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	9.000,00	0,00	9.000,00	
01128500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA AL	430.765,01	0,00	430.765,01	
Total Geral:		108.766.826,24	21.857.539,87	130.624.366,11	

		Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO				Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária				Página 1 / 4 Anexo 8 Exercício 2017		
Gestora	Fonte de Recursos	Unidade Orçamentária	Fun	Sub	Pg	Ag	Natureza da Despesa	Orçamento Final	Despesa Empenhada	Saldo das Dotações	Despesa Paga	Restos a Pagar

00-RECURSOS ORDINÁRIOS

02100001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

01.032.014.18504-AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

								131.854,84	131.854,84	0,00	131.854,84	0,00
								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								3.131,63	3.131,63	0,00	3.131,63	0,00
								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								72.234.153,86	72.234.153,86	129.532,11	72.234.153,86	0,00
								258.625,31	206.131,48	52.493,83	206.131,48	0,00
								71.227,32	65.746,89	5.480,43	65.746,89	0,00
								855.267,85	16.602,01	838.665,84	16.602,01	0,00
								220.500,00	178.732,55	41.767,45	178.732,55	0,00
								12.058.662,36	12.017.972,42	40.689,94	12.017.972,42	0,00
								2.520.032,05	2.432.708,01	87.324,04	2.432.708,01	0,00
								21.415,82	21.415,82	0,00	13.463,87	7.951,95
								147.425,57	147.425,57	0,00	39.138,08	108.287,49
								613.000,00	604.037,00	8.963,00	100.244,85	503.792,15



Gestora	Fonte de Recursos	Unidade Orçamentária	Fun Sub Pg Ag	Natureza da Despesa	Orçamento Final	Despesa Empenhada	Saldo das Dotações	Despesa Paga	Restos a Pagar
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA									
	3390330	-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		88.164,00	88.164,00	88.164,00	0,00	88.164,00	0,00
	3390340	-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		779.783,85	642.783,85	137.000,00	0,00	642.783,85	0,00
	3390350	-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3390360	-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		290.716,96	290.716,96	290.716,96	0,00	288.698,74	2.018,22
	3390370	-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		7.778.280,21	7.778.280,21	7.778.280,21	0,00	7.017.480,70	760.799,51
	3390390	-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.469.493,07	2.469.493,07	2.469.493,07	0,00	2.107.655,17	361.837,90
	3390460	-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		2.751.106,55	2.751.106,55	2.751.106,55	0,00	2.751.106,55	0,00
	3390470	-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		5.040,32	5.036,07	4,25	4,25	4.228,79	807,28
	3390490	-AUXÍLIO-TRANSPORTE		15.582,57	15.582,57	15.582,57	0,00	15.582,57	0,00
	3390920	-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3390930	-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		954.956,37	954.956,37	954.956,37	0,00	954.956,37	0,00
	3391470	-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		4.951,49	4.951,49	4.951,49	0,00	4.951,49	0,00
	01.122.500.22595	-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO - IPC							
	3350410	-CONTRIBUIÇÕES		50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
	3390140	-DIÁRIAS - CIVIL		4.880,00	4.880,00	4.880,00	0,00	4.880,00	0,00
	3390300	-MATERIAL DE CONSUMO		20.834,00	20.834,00	20.834,00	0,00	20.834,00	0,00
	3390310	-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		5.048,32	5.048,32	5.048,32	0,00	5.048,32	0,00
	3390320	-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		7.600,00	7.600,00	7.600,00	0,00	7.600,00	0,00
	3390330	-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		593,70	593,70	593,70	0,00	593,70	0,00
	3390390	-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		124.615,20	122.617,18	1.998,02	1.998,02	122.617,18	0,00
	4490520	-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.884,17	10.884,17	10.884,17	0,00	10.884,17	0,00
	01.126.014.19054	-AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TI							
	3390390	-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		187.500,00	187.500,00	187.500,00	0,00	140.625,00	46.875,00
	4490350	-SERVIÇO DE CONSULTORIA		312.000,00	312.000,00	312.000,00	0,00	91.200,00	220.800,00
	4490390	-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		177.340,01	123.890,00	53.450,01	53.450,01	0,00	123.890,00
	4490520	-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.915.650,00	1.360.208,00	555.442,00	555.442,00	0,00	1.360.208,00
	01.126.500.21797	-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TI - TCE							
	3390360	-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		22.553,22	22.553,22	22.553,22	0,00	22.553,22	0,00




Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária

Página 3 / 4
Anexo 8
Exercício 2017


Gestora	Unidade Orçamentária	Fun	Sub	Pg	Ag	Natureza da Despesa	Orçamento Final	Despesa Empenhada	Saldo das Dotações	Despesa Paga	Restos a Pagar
		3390370				-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.506.770,54	1.506.770,54	0,00	1.443.203,74	63.566,80
		3390390				-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	515.508,27	515.508,27	0,00	435.050,78	80.457,49
		3390490				-AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.131,20	1.131,20	0,00	1.131,20	0,00
		3390930				-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.995,77	22.873,60	122,17	2.501,99	20.371,61
		3391390				-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	99.899,06	99.899,06	0,00	76.396,41	23.502,65
		3391470				-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.063,55	0,00	1.063,55	0,00	0,00
	01.128.014.19051					-DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE JURISDICIONADO E SOCIEDADE JURÍDICA	9.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00
	01.128.500.17405					-DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TCE	110.896,08	110.896,08	0,00	110.896,08	0,00
	3390140					-DIÁRIAS - CIVIL	78.991,29	78.991,29	0,00	78.991,29	0,00
	3390330					-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	28.483,20	28.483,20	0,00	28.483,20	0,00
	3390360					-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	39.975,00	39.975,00	0,00	39.720,00	255,00
	3390390					-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.696,64	5.696,64	0,00	5.696,64	0,00
	3390930					-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	166.722,80	166.722,80	0,00	166.722,80	0,00
	01.128.500.19047					-VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES - TCM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3390360					-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	110.723.575,35	108.766.826,24	1.956.749,11	104.825.859,20	3.940.967,04
	3390470					-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	110.723.575,35	108.766.826,24	1.956.749,11	104.825.859,20	3.940.967,04
						Total Unidade Orçamentária: 02100001					
						Total Fonte: 00					
	01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS										
	02100001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO										
	01.032.500.21795					-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS FOLHA NORMAL - TCE	14.901.590,48	13.341.928,03	1.559.662,45	13.341.928,03	0,00
	3190110					-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	59.714,94	0,00	59.714,94	0,00	0,00
	3190160					-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	497.993,84	195.838,69	302.155,15	195.838,69	0,00
	3190960					-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.150.813,20	3.669.011,26	481.801,94	3.669.011,26	0,00
	01.032.500.21799					-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - TCE					
	3191130					-OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	01.032.500.21800					-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RGPS - TCE					




Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária
 Página 4 / 4
 Anexo 8
 Exercício 2017


Gestora	Fonte de Recursos	Unidade Orçamentária	Fun	Sub	Pg	Ag	Natureza da Despesa	Orçamento Final	Despesa Empenhada	Saldo das Dotações	Despesa Paga	Restos a Pagar
	3190130						OBRIGAÇÕES PATRONAIS	63.482,37	0,00	63.482,37	0,00	0,00
	01.122.500						MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO - TCE					
	3390340						OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	174.535,35	173.535,35	1.000,00	173.535,35	0,00
	3390370						LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.365.733,25	1.365.733,25	0,00	704.062,56	661.670,69
	3390460						AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	339.645,52	338.263,70	1.381,82	338.263,70	0,00
	3390470						OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50,00	17,01	32,99	17,01	0,00
	3390930						INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	186.829,15	186.829,15	0,00	186.829,15	0,00
	3391470						OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.500,00	1.615,75	1.884,25	1.615,75	0,00
	01.126.500						MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TI - TCE					
	3390370						LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	535.958,30	535.958,30	0,00	133.244,91	402.713,39
	3390390						OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	51.385,28	51.385,28	0,00	20.875,00	30.510,28
	3391390						OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00
							Total Unidade Orçamentária: 02100001	22.368.231,68	19.897.115,77	2.471.115,91	18.765.221,41	1.131.894,36
							Total Fonte: 01	22.368.231,68	19.897.115,77	2.471.115,91	18.765.221,41	1.131.894,36
							48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO					
							02100001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					
							01.032.014.18490 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PFOOR					
							4490350 - SERVIÇO DE CONSULTORIA	1.862.644,10	1.862.644,10	0,00	0,00	1.862.644,10
							4490390 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	180.000,90	97.780,00	82.220,90	97.780,00	0,00
							Total Unidade Orçamentária: 02100001	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90	97.780,00	1.862.644,10
							Total Fonte: 48	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90	97.780,00	1.862.644,10
							58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD					
							02100001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					
							01.032.014.18495 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PDRS/PROJETO SÃO JOSÉ III					
							4490390 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
							Total Unidade Orçamentária: 02100001	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
							Total Fonte: 58	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
							Total Geral:	135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92	123.688.860,61	6.935.505,50

 <p>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p>		<p>Demonstrativo da Despesa por Função - conforme o Elemento da Despesa</p>		<p>Página 1 / 2 Anexo 9 Exercício 2017</p>	
Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
01 - LEGISLATIVA					126.077.259,49
3	DESPA CORRENTE				
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			104.358.825,20	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		88.671.841,52		
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.576.081,89			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.432.708,01			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	206.131,48			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.602,01			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	178.732,55			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	261.585,58			
3191	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		15.686.983,68		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.686.983,68		21.718.434,29	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		50.000,00		
33504100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		21.524.967,99		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.600,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	337.684,32			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	662.454,82			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.048,32			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.365,00			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	170.880,62			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	816.319,20			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	341.753,38			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.186.742,30			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.542.904,37			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.089.370,25			



Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO						Demonstrativo da Despesa por Função - conforme o Elemento da Despesa		Página 2 / 2 Anexo 9 Exercício 2017	
Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria				
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	136.899,06							
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.567,24							
4	DESPESA DE CAPITAL				4.547.106,62				
44	INVESTIMENTOS				4.547.106,62				
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		4.547.106,62						
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	2.174.644,10							
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	221.670,00							
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	604.037,00							
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.546.755,52							
Total Geral:						Total da Função - 01		130.624.366,11	130.624.366,11

 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária segundo o Elemento de Despesa			Página 1 / 2 Anexo 9 Exercício 2017
		Código	Especificação	Elemento	Modalidade

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
02100001 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					
3	DESPESA CORRENTE				126.077.259,49
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			104.358.825,20	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		88.671.841,52		
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	85.576.081,89			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.432.708,01			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	206.131,48			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.602,01			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	178.732,55			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	261.585,58			
3191	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		15.686.983,68		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.686.983,68		21.718.434,29	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		50.000,00		
33504100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		21.524.967,99		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.600,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	337.684,32			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	662.454,82			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.048,32			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.365,00			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	170.880,62			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	816.319,20			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	341.753,38			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.186.742,30			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.542.904,37			





Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Página 2 / 2
 Anexo 9
 Exercício 2017

Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária segundo o Elemento de Despesa

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
	INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	136.899,06			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.567,24			
4	DESPA DE CAPITAL				4.547.106,62
44	INVESTIMENTOS			4.547.106,62	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		4.547.106,62		
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	2.174.644,10			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	221.670,00			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	604.037,00			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.546.755,52			

Total da Unidade Orçamentária - 02100001 130.624.366,11

Total Geral: 130.624.366,11

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada com a UG e Unidade Orçamentária

Códigos Programa Trabalho	Títulos		Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Projeto Atividade	Natureza Despesa	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autonizadas	Realizadas	
02100001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO							
0103201418490-FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PFORR			2.042.645,00	0,00	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90
4 DESPESA DE CAPITAL			2.042.645,00	0,00	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90
44 INVESTIMENTOS			2.042.645,00	0,00	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90
4490 APLICAÇÕES DIRETAS			2.042.645,00	0,00	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90
44903500 SERVIÇO DE CONSULTORIA			1.862.644,10	0,00	1.862.644,10	1.862.644,10	0,00
44903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			180.000,90	0,00	180.000,90	97.780,00	82.220,90
0103201418495-FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL DO TCE NO ÂMBITO DO PDRS/PROJETO SÃO JOSÉ III							
4 DESPESA DE CAPITAL			5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
44 INVESTIMENTOS			5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
4490 APLICAÇÕES DIRETAS			5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
44903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
0103201418504-AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO							
3 DESPESA CORRENTE			134.986,47	0,00	134.986,47	134.986,47	0,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES			134.986,47	0,00	134.986,47	134.986,47	0,00
3390 APLICAÇÕES DIRETAS			134.986,47	0,00	134.986,47	134.986,47	0,00
33901400 DIÁRIAS - CIVIL			131.854,84	0,00	131.854,84	131.854,84	0,00
33903000 MATERIAL DE CONSUMO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903300 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			3.131,63	0,00	3.131,63	3.131,63	0,00
33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103250021795-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS FOLHA NORMAL - TCE							
3 DESPESA CORRENTE			88.152.837,86	0,00	88.152.837,86	86.043.798,95	2.109.038,91
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			88.152.837,86	0,00	88.152.837,86	86.043.798,95	2.109.038,91
3190 APLICAÇÕES DIRETAS			88.152.837,86	0,00	88.152.837,86	86.043.798,95	2.109.038,91



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada com a UG e Unidade Orçamentária

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Códigos Programa Trabalho	Títulos		Despesas Autorizadas		Despesas Totais	Diferença
	Projeto Atividade / Natureza Despesa	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas		
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.945.407,88	0,00	17.945.407,88	17.804.104,57	141.303,31
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	17.936.956,39	0,00	17.936.956,39	17.797.537,33	139.419,06
33901400	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.600,00	0,00	3.600,00	3.600,00	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	90.053,40	0,00	90.053,40	90.053,40	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	641.620,82	0,00	641.620,82	641.620,82	0,00
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.765,00	0,00	1.765,00	1.765,00	0,00
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	88.164,00	0,00	88.164,00	88.164,00	0,00
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	954.319,20	0,00	954.319,20	816.319,20	138.000,00
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	290.716,96	0,00	290.716,96	290.716,96	0,00
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.144.013,46	0,00	9.144.013,46	9.144.013,46	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.469.493,07	0,00	2.469.493,07	2.469.493,07	0,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.090.752,07	0,00	3.090.752,07	3.089.370,25	1.381,82
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.090,32	0,00	5.090,32	5.053,08	37,24
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	15.582,57	0,00	15.582,57	15.582,57	0,00
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.141.785,52	0,00	1.141.785,52	1.141.785,52	0,00
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	8.451,49	0,00	8.451,49	6.567,24	1.884,25
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8.451,49	0,00	8.451,49	6.567,24	1.884,25
0112250022595-	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO - IPC	224.455,39	0,00	224.455,39	222.457,37	1.998,02
3	DESPA CORRENTE	213.571,22	0,00	213.571,22	211.573,20	1.998,02
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.571,22	0,00	213.571,22	211.573,20	1.998,02
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
33504100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	163.571,22	0,00	163.571,22	161.573,20	1.998,02
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	4.880,00	0,00	4.880,00	4.880,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	20.834,00	0,00	20.834,00	20.834,00	0,00
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.048,32	0,00	5.048,32	5.048,32	0,00
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.600,00	0,00	7.600,00	7.600,00	0,00
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	593,70	0,00	593,70	593,70	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	124.615,20	0,00	124.615,20	122.617,18	1.998,02
4	DESPA DE CAPITAL	10.884,17	0,00	10.884,17	10.884,17	0,00



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada com a UG e Unidade Orçamentária

Página 4 / 5
Anexo 11
Exercício 2017

Códigos Programa Trabalho	Títulos		Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Projeto Atividade /	Natureza Despesa	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44	INVESTIMENTOS		10.884,17	0,00	10.884,17	10.884,17	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		10.884,17	0,00	10.884,17	10.884,17	0,00
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.884,17	0,00	10.884,17	10.884,17	0,00
0112601419054	AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TI		2.592.490,01	0,00	2.592.490,01	1.983.598,00	608.892,01
3	DEPESA CORRENTE		187.500,00	0,00	187.500,00	187.500,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		187.500,00	0,00	187.500,00	187.500,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		187.500,00	0,00	187.500,00	187.500,00	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		187.500,00	0,00	187.500,00	187.500,00	0,00
4	DEPESA DE CAPITAL		2.404.990,01	0,00	2.404.990,01	1.796.098,00	608.892,01
44	INVESTIMENTOS		2.404.990,01	0,00	2.404.990,01	1.796.098,00	608.892,01
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.404.990,01	0,00	2.404.990,01	1.796.098,00	608.892,01
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA		312.000,00	0,00	312.000,00	312.000,00	0,00
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		177.340,01	0,00	177.340,01	123.890,00	53.450,01
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.915.650,00	0,00	1.915.650,00	1.360.208,00	555.442,00
0112650021797	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TI - TCE		2.794.265,19	0,00	2.794.265,19	2.793.079,47	1.185,72
3	DEPESA CORRENTE		2.794.265,19	0,00	2.794.265,19	2.793.079,47	1.185,72
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.794.265,19	0,00	2.794.265,19	2.793.079,47	1.185,72
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.656.302,58	0,00	2.656.302,58	2.656.180,41	122,17
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		22.553,22	0,00	22.553,22	22.553,22	0,00
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		2.042.728,84	0,00	2.042.728,84	2.042.728,84	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		566.893,55	0,00	566.893,55	566.893,55	0,00
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE		1.131,20	0,00	1.131,20	1.131,20	0,00
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		22.995,77	0,00	22.995,77	22.873,60	122,17
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		137.962,61	0,00	137.962,61	136.899,06	1.063,55
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		136.899,06	0,00	136.899,06	136.899,06	0,00
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.063,55	0,00	1.063,55	0,00	1.063,55
0112801419051	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE JURISDICIONADO E SOCIEDADE		9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00
3	DEPESA CORRENTE		9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00



Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Página 5 / 5
 Anexo 11
 Exercício 2017

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada com a UG e Unidade Orçamentária

Códigos	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Projeto Atividade / Natureza Despesa	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
0112850017405-DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - TCE			430.765,01	0,00	430.765,01	430.765,01	0,00
3	DESPESA CORRENTE		430.765,01	0,00	430.765,01	430.765,01	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		430.765,01	0,00	430.765,01	430.765,01	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		430.765,01	0,00	430.765,01	430.765,01	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL		110.896,08	0,00	110.896,08	110.896,08	0,00
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		78.991,29	0,00	78.991,29	78.991,29	0,00
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		28.483,20	0,00	28.483,20	28.483,20	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		39.975,00	0,00	39.975,00	39.975,00	0,00
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		5.696,64	0,00	5.696,64	5.696,64	0,00
33909300	INDENIZAÇÕES E RESSTITUIÇÕES		166.722,80	0,00	166.722,80	166.722,80	0,00
0112850019047-VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES - TCM			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	DESPESA CORRENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total Unidade Orçamentária: 02100001

135.139.452,03 0,00 135.139.452,03 130.624.366,11 4.515.085,92

Total Geral:

0,00 135.139.452,03 130.624.366,11 4.515.085,92

Código-Títulos	Despesas Autorizadas				Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Exp + Ext	Autorizadas	Realizadas			
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	135.139.452,03	0,00	135.139.452,03	130.624.366,11			4.515.085,92
Total Geral:	135.139.452,03	0,00	135.139.452,03	130.624.366,11			4.515.085,92


Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO


Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
 Discriminação das Despesas por Secretarias


Página 1 / 1
 Anexo 11
 Exercício 2017



Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa				Página 1 / 3
Governo do Estado do Ceará				Anexo 15
Secretaria da Fazenda				Exercício 2017
Coordenadoria do Tesouro Estadual				
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO				
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		72.234.153,86	72.234.153,86	0,00
300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.432.708,01	2.432.708,01	0,00
600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		206.131,48	206.131,48	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		16.602,01	16.602,01	0,00
400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		178.732,55	178.732,55	0,00
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		65.746,89	65.746,89	0,00
	Total Modalidade: 3190	75.134.074,80	75.134.074,80	0,00
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		12.017.972,42	12.017.972,42	0,00
	Total Modalidade: 3191	12.017.972,42	12.017.972,42	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		50.000,00	50.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	50.000,00	50.000,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		3.600,00	2.400,00	1.200,00
400-DIÁRIAS - CIVIL		337.684,32	337.684,32	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		662.454,82	562.356,36	100.098,46
100-PREMIações CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		5.048,32	5.048,32	0,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		9.365,00	9.365,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		170.880,62	170.880,62	0,00
400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		642.783,85	642.783,85	0,00
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		341.753,38	339.735,16	2.018,22
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		9.285.050,75	8.460.684,44	824.366,31

 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa			Página 2 / 3
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar	Anexo 15 Exercício 2017
		Total Modalidade: 3390	18.873.245,95	17.326.671,19	1.546.574,76
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	99.899,06	76.396,41	23.502,65	
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.951,49	4.951,49	0,00	
	Total Modalidade: 3391	104.850,55	81.347,90	23.502,65	
4490-APLICAÇÕES DIRETAS	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	312.000,00	91.200,00	220.800,00	
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	123.890,00	0,00	123.890,00	
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	604.037,00	100.244,85	503.792,15	
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.546.755,52	24.348,04	1.522.407,48	
	Total Modalidade: 4490	2.586.682,52	215.792,89	2.370.889,63	
	Total Fonte: 00	108.766.826,24	104.825.859,20	3.940.967,04	
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-YENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.341.928,03	13.341.928,03	0,00	
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	195.838,69	195.838,69	0,00	
	Total Modalidade: 3190	13.537.766,72	13.537.766,72	0,00	
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.669.011,26	3.669.011,26	0,00	
	Total Modalidade: 3191	3.669.011,26	3.669.011,26	0,00	
3390-APLICAÇÕES DIRETAS	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	173.535,35	173.535,35	0,00	
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.901.691,55	837.307,47	1.064.384,08	
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	51.385,28	20.875,00	30.510,28	
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	338.263,70	338.263,70	0,00	
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17,01	17,01	0,00	
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	186.829,15	186.829,15	0,00	
	Total Modalidade: 3390	2.651.722,04	1.556.827,68	1.094.894,36	

 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Execução da Despesa por Fonte, Modalidade e Elemento de Despesa			Página 3 / 3
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar	Anexo 15 Exercício 2017
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.000,00	0,00	37.000,00	
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.615,75	1.615,75	0,00	
	Total Modalidade: 3391	38.615,75	1.615,75	37.000,00	
	Total Fonte: 01	19.897.115,77	18.765.221,41	1.131.894,36	
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	4490-APLICAÇÕES DIRETAS	1.862.644,10	0,00	1.862.644,10	
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	97.780,00	97.780,00	0,00	
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.960.424,10	97.780,00	1.862.644,10	
	Total Modalidade: 4490	1.960.424,10	97.780,00	1.862.644,10	
	Total Fonte: 48	1.960.424,10	97.780,00	1.862.644,10	
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	4490-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00	
	Total Fonte: 58	0,00	0,00	0,00	
Total Geral:		130.624.366,11	123.688.860,61	6.935.505,50	


 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Consolidação da Despesa do Estado a Nível de Função		Página 1 / 1 Exercício 2017
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA	5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11
Total Geral:		5.445.899,50	125.178.466,61	130.624.366,11




Demonstrativo da Despesa por Natureza e Fonte de Recursos


Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada	Saldo Dotações	Despesa Paga	Despesa a Pagar
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	72.234.153,86	72.234.153,86	129.532,11	72.234.153,86	0,00
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	14.901.590,48	13.341.928,03	1.559.662,45	13.341.928,03	0,00
	Total:	87.265.276,45	85.576.081,89	1.689.194,56	85.576.081,89	0,00
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.520.032,05	2.432.708,01	87.324,04	2.432.708,01	0,00
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	63.482,37	0,00	63.482,37	0,00	0,00
	Total:	2.583.514,42	2.432.708,01	150.806,41	2.432.708,01	0,00
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	258.625,31	206.131,48	52.493,83	206.131,48	0,00
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	59.714,94	0,00	59.714,94	0,00	0,00
	Total:	318.340,25	206.131,48	112.208,77	206.131,48	0,00
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	855.267,85	16.602,01	838.665,84	16.602,01	0,00
	Total:	855.267,85	16.602,01	838.665,84	16.602,01	0,00
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	220.500,00	178.732,55	41.767,45	178.732,55	0,00
	Total:	220.500,00	178.732,55	41.767,45	178.732,55	0,00
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	71.227,32	65.746,89	5.480,43	65.746,89	0,00
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	497.993,84	195.838,69	302.155,15	195.838,69	0,00
	Total:	569.221,16	261.585,58	307.635,58	261.585,58	0,00
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.058.662,36	12.017.972,42	40.689,94	12.017.972,42	0,00
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	4.150.813,20	3.669.011,26	481.801,94	3.669.011,26	0,00
	Total:	16.209.475,56	15.686.983,68	481.801,94	15.686.983,68	0,00

 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Demonstrativo da Despesa por Natureza e Fonte de Recursos				Página 2 / 4 Exercício 2017	
Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada	Saldo Dotações	Despesa Paga	Despesa a Pagar	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	337.684,32	337.684,32	0,00	337.684,32	0,00	
	Total:	3.600,00	3.600,00	0,00	2.400,00	1.200,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	662.454,82	662.454,82	0,00	562.356,36	100.098,46	
	Total:	662.454,82	662.454,82	0,00	562.356,36	100.098,46	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.048,32	5.048,32	0,00	5.048,32	0,00	
	Total:	5.048,32	5.048,32	0,00	5.048,32	0,00	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.365,00	9.365,00	0,00	9.365,00	0,00	
	Total:	9.365,00	9.365,00	0,00	9.365,00	0,00	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	170.880,62	170.880,62	0,00	170.880,62	0,00	
	Total:	170.880,62	170.880,62	0,00	170.880,62	0,00	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	779.783,85	642.783,85	137.000,00	642.783,85	0,00	
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	174.535,35	173.535,35	1.000,00	173.535,35	0,00	
	Total:	954.319,20	816.319,20	138.000,00	816.319,20	0,00	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	341.753,38	341.753,38	0,00	339.735,16	2.018,22	
	Total:	341.753,38	341.753,38	0,00	339.735,16	2.018,22	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.285.050,75	9.285.050,75	0,00	8.460.684,44	824.366,31	
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1.901.691,55	1.901.691,55	0,00	837.307,47	1.064.384,08	
	Total:	11.186.742,30	11.186.742,30	0,00	9.297.991,91	1.888.750,39	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						




 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO							Demonstrativo da Despesa por Natureza e Fonte de Recursos		Página 3 / 4 Exercício 2017	
Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada	Saldo Dotações	Despesa Paga	Despesa a Pagar				
	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.493.517,11	3.491.519,09	1.998,02	2.893.806,21	597.712,88				
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	51.385,28	51.385,28	0,00	20.875,00	30.510,28				
	Total:	3.544.902,39	3.542.904,37	1.998,02	2.914.681,21	628.223,16				
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.751.106,55	2.751.106,55	0,00	2.751.106,55	0,00				
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	339.645,52	338.263,70	1.381,82	338.263,70	0,00				
	Total:	3.090.752,07	3.089.370,25	1.381,82	3.089.370,25	0,00				
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.736,96	10.732,71	4,25	9.925,43	807,28				
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	50,00	17,01	32,99	17,01	0,00				
	Total:	10.786,96	10.749,72	37,24	9.942,44	807,28				
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	16.713,77	16.713,77	0,00	16.713,77	0,00				
	Total:	16.713,77	16.713,77	0,00	16.713,77	0,00				
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.144.674,94	1.144.552,77	122,17	1.124.181,16	20.371,61				
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	186.829,15	186.829,15	0,00	186.829,15	0,00				
	Total:	1.331.504,09	1.331.381,92	122,17	1.311.010,31	20.371,61				
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	99.899,06	99.899,06	0,00	76.396,41	23.502,65				
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00				
	Total:	136.899,06	136.899,06	0,00	76.396,41	60.502,65				
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	6.015,04	4.951,49	1.063,55	4.951,49	0,00				
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	3.500,00	1.615,75	1.884,25	1.615,75	0,00				
	Total:	9.515,04	6.567,24	2.947,80	6.567,24	0,00				
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA									
	RECURSOS ORDINÁRIOS	312.000,00	312.000,00	0,00	91.200,00	220.800,00				



 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria da Fazenda
 Coordenadoria do Tesouro Estadual
 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa por Natureza e Fonte de Recursos
 Página 4 / 4
 Exercício 2017

Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada	Saldo Dotações	Despesa Paga	Despesa a Pagar
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	1.862.644,10	1.862.644,10	0,00	0,00	1.862.644,10
	Total:	2.174.644,10	2.174.644,10	0,00	91.200,00	2.083.444,10
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	177.340,01	123.890,00	53.450,01	0,00	123.890,00
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	180.000,90	97.780,00	82.220,90	97.780,00	0,00
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BIRD	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
	Total:	362.340,91	221.670,00	140.670,91	97.780,00	123.890,00
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	613.000,00	604.037,00	8.963,00	100.244,85	503.792,15
	Total:	613.000,00	604.037,00	8.963,00	100.244,85	503.792,15
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.104.949,99	1.546.755,52	558.194,47	24.348,04	1.522.407,48
	Total:	2.104.949,99	1.546.755,52	558.194,47	24.348,04	1.522.407,48
Total Geral:		135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92	123.688.860,61	6.935.505,50



 Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Demonstrativo da Despesa por Região e Fonte de Recursos				Página 1 / 1 Exercício 2017	
Região	Fonte de Recurso	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada	Saldo Dotações	Despesa Paga	Despesa a Pagar	
15	ESTADO DO CEARÁ						
	RECURSOS ORDINÁRIOS	110.723.575,35	108.766.826,24	1.956.749,11	104.825.859,20	3.940.967,04	
	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	22.368.231,68	19.897.115,77	2.471.115,91	18.765.221,41	1.131.894,36	
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	2.042.645,00	1.960.424,10	82.220,90	97.780,00	1.862.644,10	
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	
	Total:	135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92	123.688.860,61	6.935.505,50	
	Total Geral:	135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92	123.688.860,61	6.935.505,50	

 <p>Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</p>		<p>Execução da Despesa por Modalidade de Aplicação e Elemento</p>		<p>Página 1 / 2 Exercício 2017</p>
Natureza da Despesa		Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Diferença

31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.265.276,45	85.576.081,89	1.689.194,56
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.583.514,42	2.432.708,01	150.806,41
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	318.340,25	206.131,48	112.208,77
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	855.267,85	16.602,01	838.665,84
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	220.500,00	178.732,55	41.767,45
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	569.221,16	261.585,58	307.635,58
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	91.812.120,13	88.671.841,52	3.140.278,61
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16.209.475,56	15.686.983,68	522.491,88
3191	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	16.209.475,56	15.686.983,68	522.491,88
33504100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	50.000,00	0,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	50.000,00	50.000,00	0,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.600,00	3.600,00	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	337.684,32	337.684,32	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	662.454,82	662.454,82	0,00
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.048,32	5.048,32	0,00
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.365,00	9.365,00	0,00
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	170.880,62	170.880,62	0,00
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	954.319,20	816.319,20	138.000,00
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	341.753,38	341.753,38	0,00
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.186.742,30	11.186.742,30	0,00
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.544.902,39	3.542.904,37	1.998,02
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.090.752,07	3.089.370,25	1.381,82
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.786,96	10.749,72	37,24
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	16.713,77	16.713,77	0,00
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.331.504,09	1.331.381,92	122,17



Governo do Estado do Ceará Secretaria da Fazenda Coordenadoria do Tesouro Estadual 020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		Execução da Despesa por Modalidade de Aplicação e Elemento		Página 2 / 2 Exercício 2017
	Natureza da Despesa	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Diferença
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	362.340,91	221.670,00	140.670,91
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	613.000,00	604.037,00	8.963,00
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.104.949,99	1.546.755,52	558.194,47
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	5.254.935,00	4.547.106,62	707.828,38
Total Geral:		135.139.452,03	130.624.366,11	4.515.085,92

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2017

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, órgão de controle externo, criado pelo Decreto nº 124, de 20 de setembro de 1935, CNPJ nº 09.499.757/0001-46, com sede na Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza, Ceará, cujas competências estão dispostas na Lei nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado).

A seguir, serão apresentadas as notas explicativas, informações adicionais as demonstrações contábeis, elaboradas em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 7ª edição, e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

1. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- 1.1. A Lei Orçamentária Anual nº 16.199, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado, em 30 de dezembro de 2016, fixou a dotação inicial em R\$ 84.163.645,00 (oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), para o exercício financeiro de 2017. Posteriormente, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 51.707.178,16 (cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil, cento e setenta e oito reais e dezesseis centavos), destes, R\$ 731.371,13 (setecentos e trinta e um milhões, trezentos e setenta e um mil e treze centavos) foram oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias, resultando, assim, na dotação atualizada de R\$ 135.139.452,03 (cento e trinta e cinco milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e três centavos), conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Créditos Adicionais – Exercício 2017

DECRETO	DATA DE PUBLICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	VALOR (R\$)
32.198/2017	20/04/2017	SUPLEMENTAR	180.000,00
32.286/2017	19/07/2017	SUPLEMENTAR	1.590.000,00
32.312/2017	22/08/2017	SUPLEMENTAR	25.421925,35



32.414/2017	09/10/2017	SUPLEMENTAR	200.000,00
32.437/2017	07/12/2017	SUPLEMENTAR	22.368.231,68
32.453/2017	15/12/2017	SUPLEMENTAR	1.947.021,13
TOTAL DE CRÉDITOS ADICIONAIS			51.707.178,16
CRÉDITOS DECORRENTES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES			(731.371,13)
CRÉDITOS QUE PROVOCAM AUMENTO DA LOA			50.975.807,03

Fonte: Diário Oficial do Estado

- 1.2. Ressalta-se que o Decreto nº 32.312, de 22 de agosto de 2017, abriu crédito suplementar de R\$ 25.421.925,35 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos) para reforço ao orçamento desta Corte de Contas com recursos oriundo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM, extinto pela Emenda Constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017.
- 1.3. A despesa empenhada foi de R\$ 130.624.366,11 (cento e trinta milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e onze centavos), e a despesa liquidada e paga de R\$ 123.689.667,89 (cento e vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos) e R\$ 123.688.860,61 (cento e vinte três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta reais e sessenta e um centavos), respectivamente.
- 1.4. A inscrição em Restos a Pagar Processados foi de R\$ 1.029,28 (mil e vinte nove reais e vinte e oito centavos), e em Não Processados de R\$ 6.934.698,22 (seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos), de forma que ambas as espécies serão lastreados por recursos depositados na conta única do Tesouro Estadual, conforme Lei nº 16.320, de 11 de setembro de 2017.
- 1.5. Quanto ao resultado orçamentário, verificou-se que, no exercício de 2017, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará apresentou um déficit orçamentário de R\$ 130.624.366,11 (cento e trinta milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e onze centavos). O citado déficit na execução orçamentária é decorrente da não arrecadação de receitas por esta Corte de Contas, pois tal fato não é rotina deste Tribunal, inclusive, a situação deficitária em tela é prevista no Manual de

Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, não representando portanto, irregularidade.

2. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

2.1. No que se refere a despesa empenhada, distribuída por fonte, o montante foi de R\$ 130.624.366,11 (cento e trinta milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e onze centavos), conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Despesa Empenhada por Fonte de Recursos – Exercício 2017

FONTE DO RECURSO	FT	VALOR (R\$)
RECURSOS ORDINÁRIOS	00	108.766.826,24
COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	01	19.897.115,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA/TESOURO - PFORR	48	1.960.424,10
TOTAL DA DESPESA EMPENHADA		130.624.366,11

Fonte: S2GPR

2.2. No que tange aos recebimentos e pagamentos extraorçamentários, as consignações do exercício alcançaram, respectivamente, os montantes de R\$ 33.713.914,33 (trinta e três milhões, setecentos e treze mil, novecentos e quatorze reais e trinta e três centavos) e R\$ 33.713.692,33 (trinta e três milhões, setecentos e treze mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos), restando, assim, R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais) a serem pagos no exercício seguinte. Além disso, foram pagos, no exercício de 2017, os restos a pagar processados e não processados nos valores de R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais) e R\$ 6.723.806,28 (seis milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e seis reais vinte e oito centavos).

2.3. Acerca da disponibilidade de caixa para o exercício seguinte, evidenciada na Tabela 3, a seguir, ressalta-se a diferença na conta do Bradesco, no montante de R\$ 4.467.266,49 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), oriunda da folha de pagamento dos servidores



desta Corte de Contas, relativa ao mês de dezembro de 2017, cujo valor estava em conciliação, e foi debitado no primeiro dia útil de janeiro de 2018.

Tabela 3 – Disponibilidade de caixa para o exercício seguinte

BANCO	CONTA	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL	DIFERENÇA
BRABESCO	0643/10.168-0	4.467.266,49	0,00	4.467.266,49
CEF	0919/006/700.200-4	0,00	0,00	0,00
BANCO DO BRASIL	0008/1.700.200-1 ¹	0,00	0,00	0,00

Fonte: S2GPR e extratos bancários

3. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

3.1. O saldo da conta de almoxarifado não contempla os valores do extinto TCM em 31/12/2017, entretanto, o referido registro foi solicitado à Secretaria da Fazenda em 2018.

3.2. O saldo das contas bens Imobilizados e Intangíveis apresentaram saldo de R\$ 66.302.677,68 (sessenta e seis milhões, trezentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos), composto pelo somatório do bens do TCE com extinto TCM, considerando a depreciação acumulada.

3.3. De acordo com os critérios que tratam dos procedimentos patrimoniais constante na Resolução Administrativa TCE nº 16/2014, o exercício em análise, as contas de Depreciação Acumulada de Bens Móveis e Imóveis, totalizaram R\$ 5.177.218,20 (cinco milhões, cento e setenta e sete mil, duzentos e dezoito reais e vinte centavos), e de Amortização Acumulada de Softwares a importância de R\$ 496.659,36 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

3.4. O Patrimônio Líquido apresentou um resultado acumulado de R\$ 66.651.316,97 (sessenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), e superávit patrimonial no exercício de R\$ 27.394.329,71

¹ A conta nº 1.700.200-1 foi encerrada em junho de 2017.

(vinte e sete milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos).

3.5. O balanço patrimonial apresentou na conta de atos potenciais ativos o montante de R\$ 62.722,82 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos).

3.6. O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, até a presente data, não está disponibilizado no Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR).

4. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

4.1. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciou um superávit patrimonial de R\$ 27.394.329,71 (vinte e sete milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos), resultante do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Destaca-se que as variações Patrimoniais decorrem principalmente das transferências realizadas pelo Tesouro Estadual e da incorporação de bens pelo TCE do extinto TCM.

5. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

5.1. Na Demonstração de Fluxo de Caixa destacam-se os ingressos das operações decorrentes de transferências intragovernamentais (SEFAZ/CE para o TCE/CE) para lastrear as despesas operacionais (corrente e de capital) bem como o pagamento de restos a pagar e as consignações do exercício.

5.2. O desembolso para pagamento da despesa com pessoal ativo, na forma de vencimentos, vantagens, subsídios, encargos sociais, contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência e outras despesas correntes, totalizou R\$ 126.733.489,12 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e doze centavos), e conforme Portaria MPOG nº 42/99 é classificado na Função Legislativa.

5.3. O desembolso relativo a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos foi no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e os outros desembolsos operacionais,



no montante de R\$ 33.713.692,33 (trinta e três milhões, setecentos e treze mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos), representam os valores consignados pagos no exercício.

5.4. Não houve geração de caixa ao final do exercício.

Fortaleza, 28 de março de 2018.

Marcos Murilo Timbó Batista
Contador CRC/CE N°19.608
Gerente de Contabilidade e Finanças

De acordo:

José Auriço Oliveira
Secretário de Administração





4

EXTRATOS DAS CONTAS BANCÁRIAS

4.1 – AGÊNCIA SETOR PÚBLICO BANCO DO BRASIL



Extrato Conta Corrente

Correntista
 Nome: LIBERACAO DE RECURSOS
 Agência (prefeitura): 0008-6
 GS: 28
 Conta nº / dv: 1700.200-1
 Data da abertura: 30.12.2005
 CNPJ: 09.499.757/0001-46
 Posição: Janeiro / 2017
 Data da emissão: 20.03.2018

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
18.05.2015		Saldo anterior						0,00
* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *								



Extrato Conta Corrente

Correntista
 Nome: LIBERACAO DE RECURSOS
 Agência (prefeitura): 0008-6
 GS: 28
 Conta nº / dv: 1700.200-1
 Data de abertura: 30.12.2005
 CNPJ: 09.499.757/0001-46
 Posição: Fevereiro / 2017
 Data de emissão: 20.03.2018

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
18.05.2015		Saldo anterior						0,00
* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *								





Extrato Conta Corrente

Correntista
 Nome: LIBERCAO DE RECURSOS
 Agência (prefixo/dv): 0008-6 / 28
 Conta nº / dv: 1700.200-1
 Data de abertura: 30.12.2005
 CNPJ: 09.499.757/0001-46
 Posição: Março / 2017
 Data da emissão: 20.03.2018

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
18.05.2015		Saldo anterior						0,00
* * * * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *								



Extrato Conta Corrente

Correntista
 Nome: LIBERACAO DE RECURSOS
 Agência (prefeio/v): 0008-6
 GS: 28
 Conta nº / dv: 1700.200-1
 Data da abertura: 30.12.2005
 CNPJ: 09.499.757/0001-46
 Posição: Abril / 2017
 Data de emissão: 20.03.2018

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
18.05.2015		Saldo anterior						0,00
* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *								





Extrato Conta Corrente

Correntista
Nome

LIBERFACAO DE RECURSOS

Agência (preficco/dv)

0008-6

GS

28

Conta nº / dv

1700.200-1

Data da abertura

30.12.2005

CNPJ

09.499.757/0001-46

Posição

Maior / 2017

Data da emissão

20.03.2018

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
18.05.2015		Saldo anterior						0,00
* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *								





Extrato Conta Corrente

Correntista		CNPJ		Posição		Data da emissão	
Nome		09.499.757/0001-46		Junho / 2017		20.03.2018	
LIBERACAO DE RECURSOS							
Agência (prefixo/dv)		Data da abertura					
0008-6		30.12.2005					
GS		Conta nº / dv					
28		1700.200-1					
Data contábil		Data lançamento		Histórico		Lote	
18.05.2015		Saldo anterior		* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *		Banco	
						Origem	
						Documento	
						Valor - R\$	
						Saldo - R\$	
						0,00	



4.2 – AGÊNCIA SETOR PÚBLICO BRADESCO



Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h45

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/01/2017 e 31/01/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
28/12/2016	SALDO ANTERIOR				4.293.044,85
02/01/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64302		-4.293.044,85	0,00
27/01/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	5.859,67		5.859,67
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	421.808,48		427.668,15
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	600.000,00		1.027.668,15
30/01/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	155,60		1.027.823,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	988,00		1.028.811,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	2.986,09		1.031.797,84
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	14.280,65		1.046.078,49
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	20.437,04		1.066.515,53
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	24.158,02		1.090.673,55
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	27.646,04		1.118.319,59
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	34.150,93		1.152.470,52
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	43.777,30		1.196.247,82
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	47.999,17		1.244.246,99
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	49.708,07		1.293.955,06
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	103.249,59		1.397.204,65
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	148.029,13		1.545.233,78
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	608.855,17		2.154.088,95
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.836.197,67		3.990.286,62
Total			3.990.286,62	-4.293.044,85	3.990.286,62

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h45 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61

PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643			
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643			
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59





Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h46

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/02/2017 e 28/02/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/01/2017	SALDO ANTERIOR				3.990.286,62
01/02/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-3.990.286,62	0,00
22/02/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2200643	5.859,67		5.859,67
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2200643	301.889,94		307.749,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2200643	700.000,00		1.007.749,61
23/02/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	219,20		1.007.968,81
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	1.106,00		1.009.074,81
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	2.593,57		1.011.668,38
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	13.183,18		1.024.851,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	13.805,15		1.038.656,71
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	23.426,76		1.062.083,47
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	28.735,72		1.090.819,19
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	29.941,18		1.120.760,37
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	41.810,22		1.162.570,59
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	43.777,30		1.206.347,89
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	54.435,23		1.260.783,12
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	116.421,61		1.377.204,73
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	157.501,61		1.534.706,34
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	578.944,82		2.113.651,16
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2300643	1.840.896,72		3.954.547,88
Total			3.954.547,88	-3.990.286,62	3.954.547,88

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h46 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61



PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643			
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643			
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59





Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h47

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/03/2017 e 31/03/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
23/02/2017	SALDO ANTERIOR				3.954.547,88
01/03/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-3.954.547,88	0,00
29/03/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2900643	5.856,67		5.856,67
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2900643	224.957,23		230.813,90
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2900643	800.000,00		1.030.813,90
30/03/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	166,00		1.030.979,90
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	977,60		1.031.957,50
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	2.618,06		1.034.575,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	13.284,29		1.047.859,85
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	16.450,38		1.064.310,23
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	21.856,08		1.086.166,31
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	23.065,20		1.109.231,51
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	27.624,07		1.136.855,58
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	39.399,57		1.176.255,15
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	44.248,21		1.220.503,36
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	53.376,48		1.273.879,84
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	55.044,27		1.328.924,11
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	154.490,74		1.483.414,85
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	578.944,84		2.062.359,69
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.876.233,95		3.938.593,64
Total			3.938.593,64	-3.954.547,88	3.938.593,64

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h47 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61



PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643			
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643			
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59



Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h47

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/04/2017 e 30/04/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/03/2017	SALDO ANTERIOR				3.938.593,64
03/04/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64303		-3.938.593,64	0,00
26/04/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2600643	5.837,22		5.837,22
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2600643	226.260,17		232.097,39
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2600643	800.000,00		1.032.097,39
27/04/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	197,20		1.032.294,59
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.834,57		1.034.129,16
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	2.690,88		1.036.820,04
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	6.395,16		1.043.215,20
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	13.000,79		1.056.215,99
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	17.053,04		1.073.269,03
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	21.542,82		1.094.811,85
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	27.561,83		1.122.373,68
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	39.399,57		1.161.773,25
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	45.334,90		1.207.108,15
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	52.801,96		1.259.910,11
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	62.381,56		1.322.291,67
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	155.676,45		1.477.968,12
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	580.512,15		2.058.480,27
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.860.481,58		3.918.961,85
Total			3.918.961,85	-3.938.593,64	3.918.961,85

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h47 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61



PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643			
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643			
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59



Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h48

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/05/2017 e 31/05/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
27/04/2017	SALDO ANTERIOR				3.918.961,85
02/05/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64302		-3.917.791,90	1.169,95
	PFOR CHEQUE OP SDO TOT	64302		-1.169,95	0,00
30/05/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	177,20		177,20
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	1.271,60		1.448,80
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	1.352,40		2.801,20
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	1.450,21		4.251,41
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	1.512,73		5.764,14
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	2.557,16		8.321,30
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	2.978,50		11.299,80
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	6.053,27		17.353,07
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	13.000,79		30.353,86
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	20.806,04		51.159,90
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	24.261,17		75.421,07
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	27.852,24		103.273,31
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	39.035,80		142.309,11
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	39.399,57		181.708,68
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	46.054,98		227.763,66
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	60.277,79		288.041,45
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	162.717,28		450.758,73
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	164.645,66		615.404,39
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	386.104,00		1.001.508,39
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	626.750,22		1.628.258,61
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	700.000,00		2.328.258,61
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	1.858.574,94		4.186.833,55
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
Total			4.186.833,55	-3.918.961,85	4.186.833,55

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h48 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				



PRESTAÇÃO DE CONTAS

RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	20.594,65	46.467,77
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	33.546,23	80.014,00
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	43.777,30	123.791,30
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	44.810,62	168.601,92
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83	229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24	293.265,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65	442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39	596.293,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96	1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04	1.593.548,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56	3.440.646,59
Total		3.440.646,59	0,00
			3.440.646,59



Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h49

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/06/2017 e 30/06/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/05/2017	SALDO ANTERIOR				4.186.833,55
01/06/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-4.184.152,08	2.681,47
	PFOR CHEQUE OP SDO TOT	64301		-1.256,48	1.424,99
02/06/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64302		-1.424,99	0,00
28/06/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2800643	5.880,43		5.880,43
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2800643	341.225,41		347.105,84
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2800643	700.000,00		1.047.105,84
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI				
29/06/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	136,80		1.047.242,64
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	1.531,60		1.048.774,24
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	1.843,72		1.050.617,96
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	2.762,96		1.053.380,92
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	13.000,79		1.066.381,71
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	17.673,04		1.084.054,75
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	21.977,42		1.106.032,17
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	27.967,74		1.133.999,91
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	39.399,57		1.173.399,48
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	47.232,00		1.220.631,48
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	60.277,79		1.280.909,27
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	142.361,60		1.423.270,87
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	159.698,01		1.582.968,88
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	584.037,12		2.167.006,00
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2900643	1.894.111,50		4.061.117,50
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
Total			4.061.117,50	-4.186.833,55	4.061.117,50

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h49 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA				



PRESTAÇÃO DE CONTAS

RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	44.810,62		168.601,92
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59





Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h49

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/07/2017 e 31/07/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
29/06/2017	SALDO ANTERIOR				4.061.117,50
03/07/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64303		-4.061.117,50	0,00
05/07/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	500643	3.001,43		3.001,43
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	500643	15.480,61		18.482,04
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	500643	288.756,82		307.238,86
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	500643	724.790,60		1.032.029,46
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	500643	1.638.312,61		2.670.342,07
06/07/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64306		-2.670.342,07	0,00
26/07/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2600643	5.880,43		5.880,43
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2600643	341.338,37		347.218,80
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2600643	700.000,00		1.047.218,80
28/07/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	79,20		1.047.298,00
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.464,40		1.048.762,40
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.844,14		1.050.606,54
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	5.639,52		1.056.246,06
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	13.000,79		1.069.246,85
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	14.112,96		1.083.359,81
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	15.652,85		1.099.012,66
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	21.358,14		1.120.370,80
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	27.852,24		1.148.223,04
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	43.047,68		1.191.270,72
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	46.431,75		1.237.702,47
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	60.277,79		1.297.980,26
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	158.612,82		1.456.593,08
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	589.504,65		2.046.097,73
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.945.551,04		3.991.648,77
Total			6.661.990,84	-6.731.459,57	3.991.648,77

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h49 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
28/12/2017	SALDO ANTERIOR				3.991.648,77



PRESTAÇÃO DE CONTAS

RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	13.246,39		25.873,12
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	20.594,65		46.467,77
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	33.546,23		80.014,00
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	43.777,30		123.791,30
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	44.810,62		168.601,92
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59



Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h50

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/08/2017 e 31/08/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
28/07/2017	SALDO ANTERIOR				3.991.648,77
01/08/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-3.991.648,77	0,00
30/08/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.310,05		1.310,05
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.472,80		2.782,85
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	3000643	5.880,43		8.663,28
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	9.179,50		17.842,78
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	13.525,79		31.368,57
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	17.673,04		49.041,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	20.579,87		69.621,48
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	28.762,06		98.383,54
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	40.118,00		138.501,54
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	43.777,30		182.278,84
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	60.291,23		242.570,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	107.986,81		350.556,88
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	120.495,15		471.052,03
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	3000643	332.286,72		803.338,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	567.543,58		1.370.882,33
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	3000643	700.000,00		2.070.882,33
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.933.837,52		4.004.719,85
Total			4.004.719,85	-3.991.648,77	4.004.719,85

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h50 e estão sujeitos a alterações.

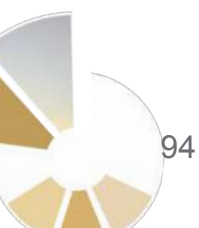
Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	5.922,12		12.626,73



PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59





Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h50

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/09/2017 e 30/09/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/08/2017	SALDO ANTERIOR				4.004.719,85
01/09/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-4.004.719,85	0,00
27/09/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	5.880,43		5.880,43
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	332.470,63		338.351,06
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	700.000,00		1.038.351,06
28/09/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	922,00		1.039.273,06
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.405,60		1.040.678,66
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	3.965,90		1.044.644,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	13.175,79		1.057.820,35
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	14.786,28		1.072.606,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	20.858,38		1.093.465,01
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	27.848,24		1.121.313,25
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	43.777,30		1.165.090,55
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	45.953,20		1.211.043,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	60.291,23		1.271.334,98
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	85.177,41		1.356.512,39
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	150.654,68		1.507.167,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	562.327,84		2.069.494,91
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.942.411,42		4.011.906,33
Total			4.011.906,33	-4.004.719,85	4.011.906,33

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h50 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	5.922,12		12.626,73



PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59





Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 25/01/2018 - 10h21

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	0,00	0,00

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/10/2017 e 31/10/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
28/09/2017	SALDO ANTERIOR				4.011.906,33
02/10/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64302		-4.011.906,33	0,00
25/10/2017	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2500643	5.880,43		5.880,43
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	2500643	331.334,61		337.215,04
	SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2500643	700.000,00		1.037.215,04
30/10/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	922,07		1.038.137,11
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.397,20		1.039.534,31
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	3.082,36		1.042.616,67
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	14.050,79		1.056.667,46
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	16.772,28		1.073.439,74
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	22.233,94		1.095.673,68
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	27.848,24		1.123.521,92
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	40.139,00		1.163.660,92
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	43.777,30		1.207.438,22
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	60.291,23		1.267.729,45
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	67.077,68		1.334.807,13
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	154.810,54		1.489.617,67
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643	558.432,66		2.048.050,33
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643	1.937.703,28		3.985.753,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA	3000643			
	TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	3000643			
Total			3.985.753,61	-4.011.906,33	3.985.753,61

Os dados acima têm como base 25/01/2018 às 10h21 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
09/01/2018	SALDO ANTERIOR				4.728,96
24/01/2018	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64324		-4.728,96	0,00
Total			0,00	-4.728,96	0,00



**Extrato Mensal / Por Período**

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 25/01/2018 - 10h20

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	0,00	0,00

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/11/2017 e 30/11/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/10/2017	SALDO ANTERIOR				3.985.753,61
01/11/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-3.985.354,05	399,56
	PFOR CHEQUE OP SDO TOT	64301		-399,56	0,00
29/11/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	922,07		922,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	1.475,60		2.397,67
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	3.332,54		5.730,21
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	9.265,09		14.995,30
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	13.350,79		28.346,09
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	21.965,33		50.311,42
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	27.848,24		78.159,66
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	43.637,56		121.797,22
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	43.777,30		165.574,52
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	60.291,23		225.865,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	156.299,21		382.164,96
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	553.921,63		936.086,59
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2900643	1.941.413,65		2.877.500,24
30/11/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	3000643	3.141,52		2.880.641,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	3000643	351.155,34		3.231.797,10
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	3000643	700.000,00		3.931.797,10
Total			3.931.797,10	-3.985.753,61	3.931.797,10

Os dados acima têm como base 25/01/2018 às 10h20 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
09/01/2018	SALDO ANTERIOR				4.728,96
24/01/2018	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64324		-4.728,96	0,00
Total			0,00	-4.728,96	0,00



Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 25/01/2018 - 10h19

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	0,00	0,00

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/12/2017 e 31/12/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/11/2017	SALDO ANTERIOR				3.931.797,10
01/12/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-3.928.187,49	3.609,61
	PFOR CHEQUE OP SDO TOT	64301		-3.609,61	0,00
20/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2000643	12.032,58		12.032,58
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2000643	60.609,20		72.641,78
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2000643	267.089,22		339.731,00
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2000643	602.319,61		942.050,61
21/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2100643	1.102,26		943.152,87
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2100643	404.625,15		1.347.778,02
22/12/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64322		-1.347.247,50	530,52
	PFOR CHEQUE OP SDO TOT	64322		-530,52	0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	5.922,12		12.626,73
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	13.246,39		25.873,12
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	20.594,65		46.467,77
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	33.546,23		80.014,00
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	43.777,30		123.791,30
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	44.810,62		168.601,92
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	60.623,83		229.225,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
28/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2800643	3.141,52		3.443.788,11
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2800643	323.478,38		3.767.266,49
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2800643	700.000,00		4.467.266,49
Total			5.815.044,51	-5.279.575,12	4.467.266,49



PRESTAÇÃO DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	64.040,24		293.265,99
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	149.224,65		442.490,64
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	153.802,39		596.293,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	439.519,96		1.035.812,99
TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	557.735,04		1.593.548,03
RECEB. GOVERNO DO CEARA	2700643	1.847.098,56		3.440.646,59
Total		3.440.646,59	0,00	3.440.646,59





Extrato Mensal / Por Período

TRIBUNAL DE CONTAS DOCEARA | CNPJ: 009.499.757/0001-46

Nome do usuário: MARCOS MURILO TIMBO BATISTA

Data da operação: 28/12/2017 - 16h50

Agência Conta	Total Disponível (R\$)	Total (R\$)
00643 0010168-0	3.440.646,59	3.440.646,59

Extrato de: Ag: 643 | CC: 0010168-0 | Entre 01/09/2017 e 30/09/2017

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
30/08/2017	SALDO ANTERIOR				4.004.719,85
01/09/2017	PAGAMENTO FUNCIONARIOS	64301		-4.004.719,85	0,00
27/09/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	5.880,43		5.880,43
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	332.470,63		338.351,06
	RECEB. GOVERNO DO CEARA SISTEMA UNI PREV SOC SERV PUB CI	2700643	700.000,00		1.038.351,06
28/09/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	922,00		1.039.273,06
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.405,60		1.040.678,66
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	3.965,90		1.044.644,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	13.175,79		1.057.820,35
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	14.786,28		1.072.606,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	20.858,38		1.093.465,01
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	27.848,24		1.121.313,25
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	43.777,30		1.165.090,55
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	45.953,20		1.211.043,75
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	60.291,23		1.271.334,98
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	85.177,41		1.356.512,39
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	150.654,68		1.507.167,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	562.327,84		2.069.494,91
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2800643	1.942.411,42		4.011.906,33
Total			4.011.906,33	-4.004.719,85	4.011.906,33

Os dados acima têm como base 28/12/2017 às 16h50 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
22/12/2017	SALDO ANTERIOR				0,00
27/12/2017	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	542,76		542,76
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	576,80		1.119,56
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	922,07		2.041,63
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	1.330,44		3.372,07
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	3.332,54		6.704,61
	RECEB. GOVERNO DO CEARA TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA	2700643	5.922,12		12.626,73
Total			0,00	-4.728,96	0,00



4.3 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/01/2017 até: 31/01/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
27/01/2017	470012	CRED.AUTOR	3.554,95C	3.554,95C
27/01/2017	170851	DB S2 OB46	3.554,95D	0,00
30/01/2017	470013	CRED.AUTOR	3.749.504,00C	3.749.504,00C
30/01/2017	170851	DB S2 OB46	2.962.618,47D	786.885,53C
30/01/2017	170851	DB S2 OB05	782.319,08D	4.566,45C
30/01/2017	170851	DB S2 OB34	4.566,45D	0,00
31/01/2017	470014	CRED.AUTOR	598.128,11C	598.128,11C
31/01/2017	170851	DB S2 OB46	177.342,52D	420.785,59C
31/01/2017	170851	DB S2 OB01	295.755,49D	125.030,10C
31/01/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	123.455,10C
31/01/2017	170851	DB S2 OB24	63.493,90D	59.961,20C
31/01/2017	170851	DB S2 OB38	23.768,95D	36.192,25C
31/01/2017	170851	D S2 TRNSF	36.192,25D	0,00
31/01/2017	-	Saldo Atualizado		0,00



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/02/2017 até: 28/02/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
02/02/2017	470016	CRED.AUTOR	147.870,73C	147.870,73C
02/02/2017	170851	DB S2 OB46	4.901,36D	142.969,37C
02/02/2017	170851	DB S2 OB01	699,57D	142.269,80C
02/02/2017	170851	DB S2 OB05	758,80D	141.511,00C
02/02/2017	170851	D S2 TRNSF	141.511,00D	0,00
06/02/2017	470018	CRED.AUTOR	680.555,04C	680.555,04C
06/02/2017	170851	DB S2 OB46	24.928,16D	655.626,88C
06/02/2017	170851	D S2 TRNSF	828,90D	654.797,98C
06/02/2017	170851	DB S2 OB45	639.048,88D	15.749,10C
06/02/2017	170851	TED COD 31	15.749,10D	0,00
07/02/2017	470019	CRED.AUTOR	864,12C	864,12C
07/02/2017	170851	DB S2 OB45	864,12D	0,00
08/02/2017	470020	CRED.AUTOR	252.837,54C	252.837,54C
08/02/2017	170851	DB S2 OB46	216.663,53D	36.174,01C
08/02/2017	170851	D S2 TRNSF	22.229,91D	13.944,10C
08/02/2017	170851	DB S2 OB07	44,99D	13.899,11C
08/02/2017	170851	TED COD 31	13.899,11D	0,00
09/02/2017	470021	CRED.AUTOR	12.551,80C	12.551,80C
09/02/2017	170851	DB S2 OB01	101,93D	12.449,87C
09/02/2017	170851	DB S2 OB46	2.131,45D	10.318,42C
09/02/2017	170851	D S2 TRNSF	2.009,22D	8.309,20C
09/02/2017	170851	DB S2 OB07	96,58D	8.212,62C
09/02/2017	170851	DB S2 OB55	196,74D	8.015,88C
09/02/2017	170851	TED COD 31	8.015,88D	0,00
10/02/2017	470022	CRED.AUTOR	13.750,79C	13.750,79C
10/02/2017	170851	DB S2 OB46	4.329,07D	9.421,72C
10/02/2017	170851	DB S2 OB05	47,85D	9.373,87C
10/02/2017	170851	DB S2 OB01	142,74D	9.231,13C
10/02/2017	170851	D S2 TRNSF	3.211,77D	6.019,36C
10/02/2017	170851	DB S2 OB07	90,00D	5.929,36C
10/02/2017	170851	TED COD 31	5.929,36D	0,00
14/02/2017	470024	CRED.AUTOR	2.539,25C	2.539,25C
14/02/2017	170851	DB S2 OB46	2.539,25D	0,00
15/02/2017	470025	CRED.AUTOR	4.514,95C	4.514,95C
15/02/2017	170851	DB S2 OB46	4.514,95D	0,00
16/02/2017	470026	CRED.AUTOR	2.000,00C	2.000,00C
16/02/2017	170851	DB S2 OB55	2.000,00D	0,00
17/02/2017	470027	CRED.AUTOR	554.086,36C	554.086,36C
17/02/2017	170851	DB S2 OB46	14.731,86D	539.354,50C
17/02/2017	170851	DB S2 OB07	3.722,70D	535.631,80C
17/02/2017	170851	D S2 TRNSF	62.941,47D	472.690,33C



PRESTAÇÃO DE CONTAS

22/02/2017	470030	CRED.AUTOR	93.906,85C	93.906,85C
22/02/2017	170851	DB S2 OB46	48.993,46D	44.913,39C
22/02/2017	170851	DB S2 OB07	522,73D	44.390,66C
22/02/2017	170851	D S2 TRNSF	14.846,66D	29.544,00C
22/02/2017	170851	TED COD 31	29.544,00D	0,00
23/02/2017	470031	CRED.AUTOR	3.880.642,61C	3.880.642,61C
23/02/2017	170851	DB S2 OB46	2.947.998,27D	932.644,34C
23/02/2017	170851	DB S2 OB05	793.621,00D	139.023,34C
23/02/2017	170851	DB S2 OB34	3.637,96D	135.385,38C
23/02/2017	170851	D S2 TRNSF	2.436,94D	132.948,44C
23/02/2017	170851	TED COD 31	132.948,44D	0,00
24/02/2017	470032	CRED.AUTOR	594.835,83C	594.835,83C
24/02/2017	170851	DB S2 OB46	178.263,13D	416.572,70C
24/02/2017	170851	DB S2 OB01	295.554,40D	121.018,30C
24/02/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	119.443,30C
24/02/2017	170851	DB S2 OB24	62.829,30D	56.614,00C
24/02/2017	170851	DB S2 OB38	23.149,80D	33.464,20C
24/02/2017	170851	D S2 TRNSF	33.464,20D	0,00
24/02/2017	-	Saldo Atualizado		0,00



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/03/2017 até: 31/03/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
03/03/2017	470036	CRED.AUTOR	363.678,18C	363.678,18C
03/03/2017	170851	DB S2 OB46	30.939,43D	332.738,75C
03/03/2017	170851	DB S2 OB01	211,62D	332.527,13C
03/03/2017	170851	DB S2 OB07	685,18D	331.841,95C
03/03/2017	170851	D S2 TRNSF	166.462,31D	165.379,64C
03/03/2017	170851	TED COD 31	165.379,64D	0,00
06/03/2017	470037	CRED.AUTOR	9.341,50C	9.341,50C
06/03/2017	170851	DB S2 OB07	90,00D	9.251,50C
06/03/2017	170851	TED COD 31	9.251,50D	0,00
08/03/2017	470039	CRED.AUTOR	677.291,65C	677.291,65C
08/03/2017	170851	DB S2 OB45	637.831,64D	39.460,01C
08/03/2017	170851	DB S2 OB46	8.778,40D	30.681,61C
08/03/2017	170851	DB S2 OB07	241,45D	30.440,16C
08/03/2017	170851	D S2 TRNSF	8.150,47D	22.289,69C
08/03/2017	170851	TED COD 31	22.289,69D	0,00
09/03/2017	470040	CRED.AUTOR	6.787,20C	6.787,20C
09/03/2017	170851	DB S2 OB55	41,73D	6.745,47C
09/03/2017	170851	D S2 TRNSF	5.531,26D	1.214,21C
09/03/2017	170851	TED COD 31	1.214,21D	0,00
10/03/2017	470041	CRED.AUTOR	2.400,00C	2.400,00C
10/03/2017	170851	DB S2 OB46	2.400,00D	0,00
15/03/2017	470044	CRED.AUTOR	552.094,67C	552.094,67C
15/03/2017	170851	DB S2 OB46	75.686,71D	476.407,96C
15/03/2017	170851	DB S2 OB07	4.646,19D	471.761,77C
15/03/2017	170851	D S2 TRNSF	72.564,13D	399.197,64C
15/03/2017	170851	TED COD 31	399.197,64D	0,00
16/03/2017	470045	CRED.AUTOR	18.341,36C	18.341,36C
16/03/2017	170851	DB S2 OB46	14.115,09D	4.226,27C
16/03/2017	170851	D S2 TRNSF	1.433,20D	2.793,07C
16/03/2017	170851	TED COD 31	2.793,07D	0,00
17/03/2017	470046	CRED.AUTOR	467.619,28C	467.619,28C
17/03/2017	170851	DB S2 OB46	391.744,69D	75.874,59C
17/03/2017	170851	DB S2 OB07	4.557,24D	71.317,35C
17/03/2017	170851	DB S2 OB55	953,91D	70.363,44C
17/03/2017	170851	D S2 TRNSF	69.223,44D	1.140,00C
17/03/2017	170851	TED COD 31	1.140,00D	0,00
20/03/2017	470047	CRED.AUTOR	2.414,05C	2.414,05C
20/03/2017	170851	D S2 TRNSF	2.414,05D	0,00
21/03/2017	470048	CRED.AUTOR	14.797,75C	14.797,75C
21/03/2017	170851	DB S2 OB46	2.615,89D	12.181,86C
21/03/2017	170851	DB S2 OB07	41,97D	12.139,89C



PRESTAÇÃO DE CONTAS

22/03/2017	170851	TED COD 31	44.598,77D	0,00
23/03/2017	470050	CRED.AUTOR	307.470,01C	307.470,01C
23/03/2017	170851	D S2 TRNSF	5.534,46D	301.935,55C
23/03/2017	170851	TED COD 31	301.935,55D	0,00
24/03/2017	470051	CRED.AUTOR	10.306,76C	10.306,76C
24/03/2017	999999	CRED.AUTOR	12.000,00C	22.306,76C
24/03/2017	241631	DP DIN LOT	14,90C	22.321,66C
24/03/2017	241632	DP DIN LOT	14,00C	22.335,66C
24/03/2017	241758	TAR SWIFT	94,65D	22.241,01C
24/03/2017	241759	TAR CAMBIO	94,65D	22.146,36C
24/03/2017	241759	OP CAMBIO	8.834,00D	13.312,36C
24/03/2017	170851	DB S2 OB46	10.306,76D	3.005,60C
27/03/2017	470052	CRED.AUTOR	19.806,22C	22.811,82C
27/03/2017	888888	CENTRALIZA	3.005,60D	19.806,22C
27/03/2017	170851	DB S2 OB46	19.806,22D	0,00
28/03/2017	888888	DESCENTR	3.005,60C	3.005,60C
28/03/2017	470053	CRED.AUTOR	5.078,50C	8.084,10C
28/03/2017	888888	CENTRALIZA	3.005,60D	5.078,50C
28/03/2017	170851	DB S2 OB46	5.078,50D	0,00
29/03/2017	888888	DESCENTR	3.005,60C	3.005,60C
29/03/2017	470054	CRED.AUTOR	836.962,15C	839.967,75C
29/03/2017	888888	CENTRALIZA	2.976,70D	836.991,05C
29/03/2017	490054	DEBITO OB	28,90D	836.962,15C
29/03/2017	170851	DB S2 OB46	720.854,68D	116.107,47C
29/03/2017	170851	DB S2 OB07	4.849,95D	111.257,52C
29/03/2017	170851	D S2 TRNSF	73.382,82D	37.874,70C
29/03/2017	170851	TED COD 31	37.874,70D	0,00
30/03/2017	888888	DESCENTR	2.976,70C	2.976,70C
30/03/2017	470055	CRED.AUTOR	3.745.334,32C	3.748.311,02C
30/03/2017	490055	DEBITO OB	2.976,70D	3.745.334,32C
30/03/2017	170851	D S2 TRNSF	8.607,42D	3.736.726,90C
30/03/2017	170851	DB S2 OB46	2.907.779,74D	828.947,16C
30/03/2017	170851	DB S2 OB05	756.728,89D	72.218,27C
30/03/2017	170851	DB S2 OB07	429,56D	71.788,71C
30/03/2017	170851	DB S2 OB34	43,37D	71.745,34C
30/03/2017	170851	TED COD 31	71.745,34D	0,00
31/03/2017	470056	CRED.AUTOR	579.947,15C	579.947,15C
31/03/2017	170851	D S2 TRNSF	33.079,10D	546.868,05C
31/03/2017	170851	DB S2 OB46	164.938,73D	381.929,32C
31/03/2017	170851	DB S2 OB01	294.365,50D	87.563,82C
31/03/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	85.988,82C
31/03/2017	170851	DB S2 OB24	61.072,90D	24.915,92C
31/03/2017	170851	DB S2 OB38	24.915,92D	0,00
31/03/2017	-	Saldo Atualizado		0,00



:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/04/2017 até: 30/04/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
03/04/2017	470057	CRED.AUTOR	11.204,17C	11.204,17C
03/04/2017	170851	DB S2 OB46	11.204,17D	0,00
05/04/2017	470059	CRED.AUTOR	807.971,41C	807.971,41C
05/04/2017	170851	D S2 TRNSF	147.996,09D	659.975,32C
05/04/2017	170851	DB S2 OB45	638.562,84D	21.412,48C
05/04/2017	170851	DB S2 OB07	254,91D	21.157,57C
05/04/2017	170851	TED COD 31	21.157,57D	0,00
12/04/2017	470064	CRED.AUTOR	653.747,59C	653.747,59C
12/04/2017	170851	D S2 TRNSF	109.443,79D	544.303,80C
12/04/2017	170851	DB S2 OB46	63.153,41D	481.150,39C
12/04/2017	170851	DB S2 OB07	5.366,44D	475.783,95C
12/04/2017	170851	DB S2 OB55	2.400,00D	473.383,95C
12/04/2017	170851	TED COD 31	473.383,95D	0,00
17/04/2017	470065	CRED.AUTOR	54.814,52C	54.814,52C
17/04/2017	170851	D S2 TRNSF	51.777,24D	3.037,28C
17/04/2017	170851	DB S2 OB46	2.989,33D	47,95C
17/04/2017	170851	DB S2 OB07	47,95D	0,00
19/04/2017	470067	CRED.AUTOR	680.559,23C	680.559,23C
19/04/2017	170851	D S2 TRNSF	69.604,84D	610.954,39C
19/04/2017	170851	DB S2 OB46	412.867,57D	198.086,82C
19/04/2017	170851	DB S2 OB07	4.708,09D	193.378,73C
19/04/2017	170851	TED COD 31	193.378,73D	0,00
20/04/2017	470068	CRED.AUTOR	9.517,75C	9.517,75C
20/04/2017	170851	DB S2 OB46	9.517,75D	0,00
25/04/2017	470070	CRED.AUTOR	5.349,95C	5.349,95C
25/04/2017	170851	D S2 TRNSF	35,00D	5.314,95C
25/04/2017	170851	DB S2 OB46	5.314,95D	0,00
26/04/2017	470071	CRED.AUTOR	33.867,36C	33.867,36C
26/04/2017	170851	D S2 TRNSF	9.744,77D	24.122,59C
26/04/2017	170851	DB S2 OB46	14.378,68D	9.743,91C
26/04/2017	170851	DB S2 OB07	99,90D	9.644,01C
26/04/2017	170851	TED COD 31	9.644,01D	0,00
27/04/2017	470072	CRED.AUTOR	3.835.841,70C	3.835.841,70C
27/04/2017	170851	DB S2 OB46	2.886.864,46D	948.977,24C
27/04/2017	170851	DB S2 OB05	750.695,11D	198.282,13C
27/04/2017	170851	DB S2 OB07	430,82D	197.851,31C
27/04/2017	170851	D S2 TRNSF	6.893,14D	190.958,17C
27/04/2017	170851	TED COD 31	190.958,17D	0,00
28/04/2017	470073	CRED.AUTOR	614.435,32C	614.435,32C
28/04/2017	170851	DB S2 OB46	166.924,05D	447.511,27C
28/04/2017	170851	DB S2 OB01	317.156,41D	130.354,86C





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/05/2017 até: 31/05/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
02/05/2017	470074	CRED.AUTOR	13.997,04C	13.997,04C
02/05/2017	988621	DOC ELET	2.031,40C	16.028,44C
02/05/2017	990078	DOC ELET	507,85C	16.536,29C
02/05/2017	170851	DB S2 OB46	13.997,04D	2.539,25C
03/05/2017	470075	CRED.AUTOR	57.231,96C	59.771,21C
03/05/2017	888888	CENTRALIZA	2.539,25D	57.231,96C
03/05/2017	170851	DB S2 OB46	4.614,49D	52.617,47C
03/05/2017	170851	DB S2 OB07	503,71D	52.113,76C
03/05/2017	170851	DB S2 OB06	17,40D	52.096,36C
03/05/2017	170851	D S2 TRNSF	17.834,84D	34.261,52C
03/05/2017	170851	TED COD 31	34.261,52D	0,00
04/05/2017	888888	DESCENTR	2.539,25C	2.539,25C
04/05/2017	470076	CRED.AUTOR	15.296,29C	17.835,54C
04/05/2017	888888	CENTRALIZA	2.539,25D	15.296,29C
04/05/2017	170851	DB S2 OB46	15.296,29D	0,00
05/05/2017	888888	DESCENTR	2.539,25C	2.539,25C
05/05/2017	470077	CRED.AUTOR	691.568,12C	694.107,37C
05/05/2017	888888	CENTRALIZA	2.539,25D	691.568,12C
05/05/2017	170851	DB S2 OB45	691.568,12D	0,00
08/05/2017	888888	DESCENTR	2.539,25C	2.539,25C
08/05/2017	470078	DEBITO OB	2.539,25D	0,00
10/05/2017	470080	CRED.AUTOR	345.406,58C	345.406,58C
10/05/2017	170851	DB S2 OB06	125,80D	345.280,78C
10/05/2017	170851	D S2 TRNSF	129.662,32D	215.618,46C
10/05/2017	170851	TED COD 31	170.622,59D	44.995,87C
10/05/2017	170851	DB S2 OB46	44.995,87D	0,00
16/05/2017	470084	CRED.AUTOR	800,00C	800,00C
16/05/2017	170851	DB S2 OB46	800,00D	0,00
17/05/2017	470085	CRED.AUTOR	639.128,36C	639.128,36C
17/05/2017	170851	DB S2 OB05	40,90D	639.087,46C
17/05/2017	170851	DB S2 OB07	5.487,32D	633.600,14C
17/05/2017	170851	D S2 TRNSF	87.069,14D	546.531,00C
17/05/2017	170851	TED COD 31	468.961,48D	77.569,52C
17/05/2017	170851	DB S2 OB46	77.569,52D	0,00
18/05/2017	470086	CRED.AUTOR	3.200,00C	3.200,00C
18/05/2017	170851	DB S2 OB46	3.200,00D	0,00
19/05/2017	470087	CRED.AUTOR	7.966,78C	7.966,78C
19/05/2017	170851	D S2 TRNSF	7.966,78D	0,00
24/05/2017	470090	CRED.AUTOR	53.082,02C	53.082,02C
24/05/2017	170851	DB S2 OB46	48.100,77D	4.981,25C
24/05/2017	170851	DB S2 OB07	63,83D	4.917,42C

29/05/2017	470093	CRED.AUTOR	5.297,86C	5.297,86C
29/05/2017	170851	DB S2 OB46	2.600,00D	2.697,86C
29/05/2017	170851	D S2 TRNSF	2.697,86D	0,00
30/05/2017	470094	CRED.AUTOR	3.915.268,21C	3.915.268,21C
30/05/2017	170851	DB S2 OB46	3.094.676,28D	820.591,93C
30/05/2017	170851	DB S2 OB05	820.591,93D	0,00
31/05/2017	470095	CRED.AUTOR	636.800,48C	636.800,48C
31/05/2017	170851	DB S2 OB46	164.442,86D	472.357,62C
31/05/2017	170851	DB S2 OB01	338.076,59D	134.281,03C
31/05/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	132.706,03C
31/05/2017	170851	DB S2 OB24	66.711,75D	65.994,28C
31/05/2017	170851	DB S2 OB38	32.978,10D	33.016,18C
31/05/2017	170851	D S2 TRNSF	33.016,18D	0,00
31/05/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/06/2017 até: 30/06/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/06/2017	470096	CRED.AUTOR	854.065,34C	854.065,34C
01/06/2017	170851	DB S2 OB46	476.752,64D	377.312,70C
01/06/2017	170851	DB S2 OB07	4.820,72D	372.491,98C
01/06/2017	170851	D S2 TRNSF	98.446,46D	274.045,52C
01/06/2017	170851	TED COD 31	274.045,52D	0,00
02/06/2017	470097	CRED.AUTOR	2.400,00C	2.400,00C
02/06/2017	170851	DB S2 OB46	2.400,00D	0,00
07/06/2017	470100	CRED.AUTOR	928.823,46C	928.823,46C
07/06/2017	170851	DB S2 OB45	742.109,38D	186.714,08C
07/06/2017	170851	DB S2 OB46	6.863,48D	179.850,60C
07/06/2017	170851	DB S2 OB05	103,80D	179.746,80C
07/06/2017	170851	DB S2 OB07	496,70D	179.250,10C
07/06/2017	170851	DB S2 OB55	2.400,00D	176.850,10C
07/06/2017	170851	D S2 TRNSF	135.260,09D	41.590,01C
07/06/2017	170851	TED COD 31	41.590,01D	0,00
08/06/2017	470101	CRED.AUTOR	10.897,05C	10.897,05C
08/06/2017	170851	DB S2 OB46	10.157,04D	740,01C
08/06/2017	170851	D S2 TRNSF	740,01D	0,00
14/06/2017	470105	CRED.AUTOR	615.546,30C	615.546,30C
14/06/2017	170851	DB S2 OB46	62.549,67D	552.996,63C
14/06/2017	170851	DB S2 OB07	5.404,89D	547.591,74C
14/06/2017	170851	D S2 TRNSF	89.405,47D	458.186,27C
14/06/2017	170851	TED COD 31	458.186,27D	0,00
21/06/2017	470108	CRED.AUTOR	45.267,27C	45.267,27C
21/06/2017	170851	DB S2 OB46	10.038,25D	35.229,02C
21/06/2017	170851	DB S2 OB07	394,01D	34.835,01C
21/06/2017	170851	D S2 TRNSF	4.565,09D	30.269,92C
21/06/2017	170851	TED COD 31	30.269,92D	0,00
22/06/2017	470109	CRED.AUTOR	12.657,85C	12.657,85C
22/06/2017	170851	DB S2 OB46	4.267,85D	8.390,00C
22/06/2017	170851	DB S2 OB07	119,85D	8.270,15C
22/06/2017	170851	TED COD 31	8.270,15D	0,00
27/06/2017	470112	CRED.AUTOR	1.800,00C	1.800,00C
27/06/2017	170851	DB S2 OB46	1.800,00D	0,00
28/06/2017	470113	CRED.AUTOR	1.239.157,26C	1.239.157,26C
28/06/2017	170851	DB S2 OB45	709.611,42D	529.545,84C
28/06/2017	170851	DB S2 OB46	394.849,02D	134.696,82C
28/06/2017	170851	DB S2 OB07	5.232,41D	129.464,41C
28/06/2017	170851	D S2 TRNSF	79.341,65D	50.122,76C
28/06/2017	170851	TED COD 31	50.122,76D	0,00
29/06/2017	470114	CRED.AUTOR	3.807.144,00C	3.807.144,00C

30/06/2017	170851	DB S2 OB05	1.762,25D	135.397,02C
30/06/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	133.822,02C
30/06/2017	170851	DB S2 OB24	67.059,14D	66.762,88C
30/06/2017	170851	DB S2 OB38	33.942,90D	32.819,98C
30/06/2017	170851	D S2 TRNSF	32.819,98D	0,00
30/06/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/07/2017 até: 31/07/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
04/07/2017	470117	CRED.AUTOR	1.100,00C	1.100,00C
04/07/2017	170851	DB S2 OB46	1.100,00D	0,00
05/07/2017	470118	CRED.AUTOR	1.948.104,99C	1.948.104,99C
05/07/2017	170851	DB S2 OB46	1.948.104,99D	0,00
06/07/2017	470119	CRED.AUTOR	564.623,42C	564.623,42C
06/07/2017	170851	DB S2 OB46	29.301,57D	535.321,85C
06/07/2017	170851	DB S2 OB07	425,33D	534.896,52C
06/07/2017	170851	D S2 TRNSF	154.402,05D	380.494,47C
06/07/2017	170851	TED COD 31	380.494,47D	0,00
07/07/2017	470120	CRED.AUTOR	6.600,00C	6.600,00C
07/07/2017	170851	DB S2 OB46	6.600,00D	0,00
12/07/2017	470123	CRED.AUTOR	440.420,27C	440.420,27C
12/07/2017	170851	DB S2 OB46	9.773,21D	430.647,06C
12/07/2017	170851	DB S2 OB06	125,80D	430.521,26C
12/07/2017	170851	DB S2 OB07	4.214,56D	426.306,70C
12/07/2017	170851	D S2 TRNSF	69.342,71D	356.963,99C
12/07/2017	170851	TED COD 31	356.963,99D	0,00
14/07/2017	470125	CRED.AUTOR	960,00C	960,00C
14/07/2017	170851	DB S2 OB46	960,00D	0,00
19/07/2017	470128	CRED.AUTOR	288.553,21C	288.553,21C
19/07/2017	170851	DB S2 OB46	133.179,19D	155.374,02C
19/07/2017	170851	DB S2 OB07	939,86D	154.434,16C
19/07/2017	170851	DB S2 OB29	989,01D	153.445,15C
19/07/2017	170851	D S2 TRNSF	38.265,01D	115.180,14C
19/07/2017	170851	TED COD 31	115.180,14D	0,00
21/07/2017	211514	DP DIN LOT	77,48C	77,48C
21/07/2017	211515	DP DIN LOT	96,81C	174,29C
21/07/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	0,00
24/07/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
24/07/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	0,00
25/07/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
25/07/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	0,00
26/07/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
26/07/2017	470133	CRED.AUTOR	75.040,10C	75.214,39C
26/07/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	75.040,10C
26/07/2017	170851	DB S2 OB46	4.360,50D	70.679,60C
26/07/2017	170851	DB S2 OB07	610,15D	70.069,45C
26/07/2017	170851	D S2 TRNSF	9.418,16D	60.651,29C
26/07/2017	170851	TED COD 31	60.651,29D	0,00
27/07/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
27/07/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	0,00

28/07/2017	170851	DB S2 OB34	168,82D	0,00
31/07/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
31/07/2017	470136	CRED.AUTOR	637.529,01C	637.703,30C
31/07/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	637.529,01C
31/07/2017	170851	DB S2 OB46	176.178,40D	461.350,61C
31/07/2017	170851	DB S2 OB01	321.156,01D	140.194,60C
31/07/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	138.619,60C
31/07/2017	170851	DB S2 OB24	67.184,04D	71.435,56C
31/07/2017	170851	DB S2 OB38	38.356,46D	33.079,10C
31/07/2017	170851	D S2 TRNSF	33.079,10D	0,00
31/07/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/08/2017 até: 31/08/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/08/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
01/08/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	0,00
02/08/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
02/08/2017	470138	CRED.AUTOR	370.527,16C	370.701,45C
02/08/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	370.527,16C
02/08/2017	170851	DB S2 OB46	51.853,35D	318.673,81C
02/08/2017	170851	DB S2 OB07	241,79D	318.432,02C
02/08/2017	170851	D S2 TRNSF	14.375,21D	304.056,81C
02/08/2017	170851	TED COD 31	304.056,81D	0,00
03/08/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
03/08/2017	470139	CRED.AUTOR	438.078,63C	438.252,92C
03/08/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	438.078,63C
03/08/2017	170851	DB S2 OB46	367.520,82D	70.557,81C
03/08/2017	170851	DB S2 OB07	4.380,79D	66.177,02C
03/08/2017	170851	D S2 TRNSF	66.177,02D	0,00
04/08/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
04/08/2017	470140	CRED.AUTOR	3.840,00C	4.014,29C
04/08/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	3.840,00C
04/08/2017	170851	DB S2 OB46	3.840,00D	0,00
07/08/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
07/08/2017	888888	CENTRALIZA	174,29D	0,00
08/08/2017	888888	DESCENTR	174,29C	174,29C
08/08/2017	470142	CRED.AUTOR	8.633,45C	8.807,74C
08/08/2017	490142	DEBITO OB	174,29D	8.633,45C
08/08/2017	170851	DB S2 OB46	8.633,45D	0,00
10/08/2017	470144	CRED.AUTOR	1.420.746,72C	1.420.746,72C
10/08/2017	170851	DB S2 OB45	719.024,94D	701.721,78C
10/08/2017	170851	DB S2 OB46	8.349,34D	693.372,44C
10/08/2017	170851	DB S2 OB07	4.736,34D	688.636,10C
10/08/2017	170851	D S2 TRNSF	225.441,98D	463.194,12C
10/08/2017	170851	TED COD 31	463.194,12D	0,00
11/08/2017	470145	CRED.AUTOR	1.400,00C	1.400,00C
11/08/2017	170851	DB S2 OB46	1.400,00D	0,00
14/08/2017	470146	CRED.AUTOR	12.566,11C	12.566,11C
14/08/2017	170851	D S2 TRNSF	314,60D	12.251,51C
14/08/2017	170851	DB S2 OB46	12.251,51D	0,00
16/08/2017	470147	CRED.AUTOR	18.229,44C	18.229,44C
16/08/2017	170851	DB S2 OB46	12.654,33D	5.575,11C
16/08/2017	170851	D S2 TRNSF	5.575,11D	0,00
18/08/2017	470149	CRED.AUTOR	391.914,30C	391.914,30C
18/08/2017	170851	DB S2 OB46	93.156,48D	298.757,82C

23/08/2017	470152	CRED.AUTOR	10.616,03C	10.616,03C
23/08/2017	170851	DB S2 OB07	35,14D	10.580,89C
23/08/2017	170851	D S2 TRNSF	745,66D	9.835,23C
23/08/2017	170851	TED COD 31	9.835,23D	0,00
24/08/2017	490153	CRED.AUTOR	400,00C	400,00C
24/08/2017	888888	CENTRALIZA	400,00D	0,00
25/08/2017	888888	DESCENTR	400,00C	400,00C
25/08/2017	470154	CRED.AUTOR	5.777,22C	6.177,22C
25/08/2017	888888	CENTRALIZA	400,00D	5.777,22C
25/08/2017	170851	DB S2 OB46	5.777,22D	0,00
28/08/2017	888888	DESCENTR	400,00C	400,00C
28/08/2017	470155	CRED.AUTOR	52.487,14C	52.887,14C
28/08/2017	888888	CENTRALIZA	2.856,71D	50.030,43C
28/08/2017	170851	DB S2 OB46	46.432,97D	3.597,46C
28/08/2017	170851	DB S2 OB35	3.597,46D	0,00
29/08/2017	888888	DESCENTR	2.856,71C	2.856,71C
29/08/2017	490156	DEBITO OB	2.856,71D	0,00
30/08/2017	470157	CRED.AUTOR	3.790.599,89C	3.790.599,89C
30/08/2017	170851	DB S2 OB46	2.966.952,70D	823.647,19C
30/08/2017	170851	DB S2 OB05	792.494,85D	31.152,34C
30/08/2017	170851	DB S2 OB07	1.499,18D	29.653,16C
30/08/2017	170851	D S2 TRNSF	24.586,88D	5.066,28C
30/08/2017	170851	DB S2 OB26	184,41D	4.881,87C
30/08/2017	170851	DB S2 OB34	25,16D	4.856,71C
30/08/2017	170851	DB S2 OB35	2.456,71D	2.400,00C
30/08/2017	170851	DB S2 OB55	2.400,00D	0,00
31/08/2017	470158	CRED.AUTOR	5.393.028,14C	5.393.028,14C
31/08/2017	170851	DB S2 OB46	3.929.552,43D	1.463.475,71C
31/08/2017	170851	DB S2 OB01	320.131,62D	1.143.344,09C
31/08/2017	170851	DB S2 OB05	1.003.918,46D	139.425,63C
31/08/2017	170851	D S2 TRNSF	31.862,22D	107.563,41C
31/08/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	105.988,41C
31/08/2017	170851	DB S2 OB24	67.503,01D	38.485,40C
31/08/2017	170851	DB S2 OB38	38.485,40D	0,00
31/08/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/09/2017 até: 30/09/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/09/2017	470159	CRED.AUTOR	286,00C	286,00C
01/09/2017	170851	D S2 TRNSF	286,00D	0,00
05/09/2017	470161	CRED.AUTOR	10.877,04C	10.877,04C
05/09/2017	170851	DB S2 OB46	10.877,04D	0,00
06/09/2017	470162	CRED.AUTOR	2.182.216,82C	2.182.216,82C
06/09/2017	170851	DB S2 OB07	762,60D	2.181.454,22C
06/09/2017	170851	DB S2 OB01	463.205,97D	1.718.248,25C
06/09/2017	170851	DB S2 OB46	367.852,16D	1.350.396,09C
06/09/2017	170851	D S2 TRNSF	189.921,02D	1.160.475,07C
06/09/2017	170851	DB S2 OB45	732.578,08D	427.896,99C
06/09/2017	170851	DB S2 OB21	1.400,00D	426.496,99C
06/09/2017	170851	DB S2 OB38	59.794,19D	366.702,80C
06/09/2017	170851	DB S2 OB24	204.863,88D	161.838,92C
06/09/2017	170851	TED COD 31	161.838,92D	0,00
11/09/2017	470163	CRED.AUTOR	78.961,37C	78.961,37C
11/09/2017	170851	DB S2 OB46	67.818,50D	11.142,87C
11/09/2017	170851	D S2 TRNSF	608,44D	10.534,43C
11/09/2017	170851	DB S2 OB05	4.472,21D	6.062,22C
11/09/2017	170851	DB S2 OB35	6.062,22D	0,00
12/09/2017	470164	CRED.AUTOR	4.300,00C	4.300,00C
12/09/2017	170851	DB S2 OB46	4.300,00D	0,00
13/09/2017	470165	CRED.AUTOR	549.187,07C	549.187,07C
13/09/2017	170851	DB S2 OB07	134,96D	549.052,11C
13/09/2017	170851	DB S2 OB46	73.395,08D	475.657,03C
13/09/2017	170851	DB S2 OB01	243,30D	475.413,73C
13/09/2017	170851	DB S2 OB05	490,64D	474.923,09C
13/09/2017	170851	D S2 TRNSF	1.131,87D	473.791,22C
13/09/2017	170851	TED COD 31	473.791,22D	0,00
19/09/2017	470169	CRED.AUTOR	152.625,06C	152.625,06C
19/09/2017	170851	DB S2 OB46	3.831,40D	148.793,66C
19/09/2017	170851	D S2 TRNSF	148.793,66D	0,00
20/09/2017	470170	CRED.AUTOR	2.020.131,53C	2.020.131,53C
20/09/2017	170851	DB S2 OB46	59.703,84D	1.960.427,69C
20/09/2017	170851	DB S2 OB07	10.616,79D	1.949.810,90C
20/09/2017	170851	D S2 TRNSF	171.798,04D	1.778.012,86C
20/09/2017	170851	DB S2 OB45	1.046.000,32D	732.012,54C
20/09/2017	170851	TED COD 31	732.012,54D	0,00
21/09/2017	470171	CRED.AUTOR	7.210,00C	7.210,00C
21/09/2017	170851	DB S2 OB46	7.210,00D	0,00
22/09/2017	470172	CRED.AUTOR	1.400,00C	1.400,00C
22/09/2017	170851	DB S2 OB46	1.400,00D	0,00

27/09/2017	888888	CENTRALIZA	9.772,49D	150.954,28C
27/09/2017	170851	DB S2 OB46	94.903,05D	56.051,23C
27/09/2017	170851	DB S2 OB07	1.922,17D	54.129,06C
27/09/2017	170851	D S2 TRNSF	47.097,90D	7.031,16C
27/09/2017	170851	DB S2 OB35	5.811,06D	1.220,10C
27/09/2017	170851	TED COD 31	1.220,10D	0,00
28/09/2017	888888	DESCENTR	9.772,49C	9.772,49C
28/09/2017	470176	CRED.AUTOR	8.310.749,96C	8.320.522,45C
28/09/2017	888888	CENTRALIZA	9.772,49D	8.310.749,96C
28/09/2017	170851	DB S2 OB46	6.563.537,30D	1.747.212,66C
28/09/2017	170851	DB S2 OB05	1.747.028,25D	184,41C
28/09/2017	170851	DB S2 OB26	184,41D	0,00
29/09/2017	888888	DESCENTR	9.772,49C	9.772,49C
29/09/2017	470177	CRED.AUTOR	3.640,00C	13.412,49C
29/09/2017	490177	DEBITO OB	9.772,49D	3.640,00C
29/09/2017	170851	DB S2 OB46	3.640,00D	0,00
29/09/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/10/2017 até: 31/10/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
02/10/2017	470178	CRED.AUTOR	5.325,00C	5.325,00C
02/10/2017	170851	DB S2 OB46	5.325,00D	0,00
04/10/2017	470180	CRED.AUTOR	2.507.174,51C	2.507.174,51C
04/10/2017	170851	DB S2 OB46	199.712,31D	2.307.462,20C
04/10/2017	170851	DB S2 OB01	320.321,74D	1.987.140,46C
04/10/2017	170851	DB S2 OB07	801,75D	1.986.338,71C
04/10/2017	170851	DB S2 OB21	1.750,00D	1.984.588,71C
04/10/2017	170851	DB S2 OB24	67.572,19D	1.917.016,52C
04/10/2017	170851	DB S2 OB55	480,00D	1.916.536,52C
04/10/2017	170851	DB S2 OB38	38.530,61D	1.878.005,91C
04/10/2017	170851	D S2 TRNSF	13.492,09D	1.864.513,82C
04/10/2017	170851	TED COD 31	110.570,60D	1.753.943,22C
04/10/2017	170851	DB S2 OB45	1.753.943,22D	0,00
05/10/2017	470181	CRED.AUTOR	1.026.253,06C	1.026.253,06C
05/10/2017	888888	CENTRALIZA	204.131,51D	822.121,55C
05/10/2017	170851	DB S2 OB46	302.602,29D	519.519,26C
05/10/2017	170851	DB S2 OB01	459.563,89D	59.955,37C
05/10/2017	170851	DB S2 OB38	58.555,37D	1.400,00C
05/10/2017	170851	DB S2 OB21	1.400,00D	0,00
06/10/2017	888888	DESCENTR	204.131,51C	204.131,51C
06/10/2017	470182	CRED.AUTOR	2.539,25C	206.670,76C
06/10/2017	888888	CENTRALIZA	204.131,51D	2.539,25C
06/10/2017	170851	DB S2 OB46	2.539,25D	0,00
09/10/2017	888888	DESCENTR	204.131,51C	204.131,51C
09/10/2017	888888	CENTRALIZA	204.131,51D	0,00
10/10/2017	888888	DESCENTR	204.131,51C	204.131,51C
10/10/2017	490184	DEBITO OB	204.131,51D	0,00
11/10/2017	470185	CRED.AUTOR	164.114,32C	164.114,32C
11/10/2017	170851	DB S2 OB05	538,16D	163.576,16C
11/10/2017	170851	DB S2 OB07	89,95D	163.486,21C
11/10/2017	170851	D S2 TRNSF	35.825,33D	127.660,88C
11/10/2017	170851	TED COD 31	76.738,27D	50.922,61C
11/10/2017	170851	DB S2 OB46	50.922,61D	0,00
13/10/2017	131724	DP DIN LOT	5,20C	5,20C
13/10/2017	131732	DP DIN LOT	5,80C	11,00C
16/10/2017	470186	CRED.AUTOR	377.926,79C	377.937,79C
16/10/2017	888888	CENTRALIZA	11,00D	377.926,79C
16/10/2017	170851	DB S2 OB07	556,80D	377.369,99C
16/10/2017	170851	DB S2 OB24	204.131,51D	173.238,48C
16/10/2017	170851	D S2 TRNSF	82.135,68D	91.102,80C
16/10/2017	170851	TED COD 31	13.599,92D	77.502,88C

18/10/2017	888888	CENTRALIZA	11,00D	0,00
19/10/2017	888888	DESCENTR	11,00C	11,00C
19/10/2017	470189	CRED.AUTOR	262.427,84C	262.438,84C
19/10/2017	888888	CENTRALIZA	11,00D	262.427,84C
19/10/2017	170851	D S2 TRNSF	261.027,84D	1.400,00C
19/10/2017	170851	DB S2 OB46	1.400,00D	0,00
20/10/2017	888888	DESCENTR	11,00C	11,00C
20/10/2017	470190	CRED.AUTOR	46.192,98C	46.203,98C
20/10/2017	888888	CENTRALIZA	11,00D	46.192,98C
20/10/2017	170851	D S2 TRNSF	22.116,48D	24.076,50C
20/10/2017	170851	DB S2 OB46	24.076,50D	0,00
23/10/2017	888888	DESCENTR	11,00C	11,00C
23/10/2017	470191	CRED.AUTOR	15.804,95C	15.815,95C
23/10/2017	888888	CENTRALIZA	5,20D	15.810,75C
23/10/2017	490191	DEBITO OB	5,80D	15.804,95C
23/10/2017	170851	DB S2 OB46	15.804,95D	0,00
24/10/2017	888888	DESCENTR	5,20C	5,20C
24/10/2017	470192	CRED.AUTOR	8.020,89C	8.026,09C
24/10/2017	490192	DEBITO OB	5,20D	8.020,89C
24/10/2017	170851	DB S2 OB46	8.020,89D	0,00
25/10/2017	470193	CRED.AUTOR	1.212.122,47C	1.212.122,47C
25/10/2017	170851	D S2 TRNSF	159.763,74D	1.052.358,73C
25/10/2017	170851	DB S2 OB07	9.666,48D	1.042.692,25C
25/10/2017	170851	TED COD 31	944.800,76D	97.891,49C
25/10/2017	170851	DB S2 OB06	48,32D	97.843,17C
25/10/2017	170851	DB S2 OB46	97.843,17D	0,00
30/10/2017	470196	CRED.AUTOR	3.726.969,67C	3.726.969,67C
30/10/2017	170851	DB S2 OB05	777.397,45D	2.949.572,22C
30/10/2017	170851	DB S2 OB06	125,80D	2.949.446,42C
30/10/2017	170851	DB S2 OB46	2.949.446,42D	0,00
31/10/2017	470197	CRED.AUTOR	4.720.554,93C	4.720.554,93C
31/10/2017	170851	DB S2 OB46	3.711.638,01D	1.008.916,92C
31/10/2017	170851	DB S2 OB05	1.008.916,92D	0,00
31/10/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/11/2017 até: 30/11/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/11/2017	470198	CRED.AUTOR	1.442.059,11C	1.442.059,11C
01/11/2017	170851	DB S2 OB45	717.842,60D	724.216,51C
01/11/2017	170851	DB S2 OB46	179.720,73D	544.495,78C
01/11/2017	170851	DB S2 OB07	646,19D	543.849,59C
01/11/2017	170851	DB S2 OB24	68.238,57D	475.611,02C
01/11/2017	170851	D S2 TRNSF	41.814,47D	433.796,55C
01/11/2017	170851	TED COD 31	73.300,25D	360.496,30C
01/11/2017	170851	DB S2 OB38	38.678,78D	321.817,52C
01/11/2017	170851	DB S2 OB21	1.575,00D	320.242,52C
01/11/2017	170851	DB S2 OB01	320.242,52D	0,00
07/11/2017	470200	CRED.AUTOR	640,00C	640,00C
07/11/2017	170851	DB S2 OB55	640,00D	0,00
08/11/2017	470201	CRED.AUTOR	1.100.899,13C	1.100.899,13C
08/11/2017	170851	DB S2 OB46	288.732,57D	812.166,56C
08/11/2017	170851	DB S2 OB01	462.733,42D	349.433,14C
08/11/2017	170851	DB S2 OB21	1.400,00D	348.033,14C
08/11/2017	170851	DB S2 OB24	201.530,10D	146.503,04C
08/11/2017	170851	DB S2 OB38	59.526,37D	86.976,67C
08/11/2017	170851	D S2 TRNSF	86.976,67D	0,00
09/11/2017	470202	CRED.AUTOR	97.203,43C	97.203,43C
09/11/2017	170851	DB S2 OB46	39.833,97D	57.369,46C
09/11/2017	170851	D S2 TRNSF	62,44D	57.307,02C
09/11/2017	170851	TED COD 31	57.307,02D	0,00
10/11/2017	470203	CRED.AUTOR	1.452.817,34C	1.452.817,34C
10/11/2017	170851	DB S2 OB45	1.044.519,58D	408.297,76C
10/11/2017	170851	DB S2 OB46	95.091,99D	313.205,77C
10/11/2017	170851	DB S2 OB05	1.028,38D	312.177,39C
10/11/2017	170851	DB S2 OB06	106,58D	312.070,81C
10/11/2017	170851	DB S2 OB07	995,48D	311.075,33C
10/11/2017	170851	DB S2 OB55	2.400,00D	308.675,33C
10/11/2017	170851	D S2 TRNSF	270.815,54D	37.859,79C
10/11/2017	170851	TED COD 31	37.859,79D	0,00
14/11/2017	002230	CREDITO OB	1.530,88C	1.530,88C
14/11/2017	470205	CRED.AUTOR	36.862,86C	38.393,74C
14/11/2017	170851	DB S2 OB46	23.738,76D	14.654,98C
14/11/2017	170851	D S2 TRNSF	13.124,10D	1.530,88C
16/11/2017	470206	CRED.AUTOR	24.395,23C	25.926,11C
16/11/2017	888888	CENTRALIZA	1.530,88D	24.395,23C
16/11/2017	170851	DB S2 OB46	1.814,00D	22.581,23C
16/11/2017	170851	D S2 TRNSF	22.581,23D	0,00
17/11/2017	888888	DESCENTR	1.530,88C	1.530,88C

20/11/2017	170851	DB S2 OB05	4.597,37D	5.820,18C
20/11/2017	170851	DB S2 OB07	44,96D	5.775,22C
20/11/2017	170851	D S2 TRNSF	2.021,30D	3.753,92C
20/11/2017	170851	TED COD 31	3.753,92D	0,00
21/11/2017	470209	CRED.AUTOR	19.976,69C	19.976,69C
21/11/2017	170851	DB S2 OB46	17.575,00D	2.401,69C
21/11/2017	170851	D S2 TRNSF	2.401,69D	0,00
22/11/2017	470210	CRED.AUTOR	1.074.853,41C	1.074.853,41C
22/11/2017	170851	DB S2 OB46	51.948,41D	1.022.905,00C
22/11/2017	170851	DB S2 OB07	10.282,19D	1.012.622,81C
22/11/2017	170851	D S2 TRNSF	159.702,66D	852.920,15C
22/11/2017	170851	TED COD 31	852.920,15D	0,00
27/11/2017	470213	CRED.AUTOR	9.145,00C	9.145,00C
27/11/2017	170851	DB S2 OB46	9.145,00D	0,00
28/11/2017	470214	CRED.AUTOR	444,00C	444,00C
28/11/2017	170851	D S2 TRNSF	444,00D	0,00
29/11/2017	470215	CRED.AUTOR	8.227.176,10C	8.227.176,10C
29/11/2017	170851	DB S2 OB46	6.499.294,68D	1.727.881,42C
29/11/2017	170851	DB S2 OB05	1.721.291,41D	6.590,01C
29/11/2017	170851	DB S2 OB26	184,41D	6.405,60C
29/11/2017	170851	D S2 TRNSF	6.111,60D	294,00C
29/11/2017	170851	TED COD 31	294,00D	0,00
30/11/2017	470216	CRED.AUTOR	200,00C	200,00C
30/11/2017	170851	DB S2 OB46	200,00D	0,00
30/11/2017	-	Saldo Atualizado		0,00





:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GOVCONTA CAIXA

GovConta CAIXA:

919600003

Conta Referência:

0919/006/00700200-4

Nome:

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA

Período:

de: 01/12/2017 até: 31/12/2017

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
04/12/2017	470218	CRED.AUTOR	2.000,00C	2.000,00C
04/12/2017	170851	DB S2 OB46	2.000,00D	0,00
06/12/2017	470220	CRED.AUTOR	3.627.414,26C	3.627.414,26C
06/12/2017	170851	DB S2 OB46	514.427,81D	3.112.986,45C
06/12/2017	170851	DB S2 OB45	1.757.217,20D	1.355.769,25C
06/12/2017	170851	DB S2 OB01	780.239,18D	575.530,07C
06/12/2017	170851	DB S2 OB07	592,41D	574.937,66C
06/12/2017	170851	DB S2 OB21	2.975,00D	571.962,66C
06/12/2017	170851	DB S2 OB24	269.346,67D	302.615,99C
06/12/2017	170851	DB S2 OB38	98.369,42D	204.246,57C
06/12/2017	170851	D S2 TRNSF	136.404,41D	67.842,16C
06/12/2017	170851	TED COD 31	67.842,16D	0,00
07/12/2017	470221	CRED.AUTOR	5.954,57C	5.954,57C
07/12/2017	170851	D S2 TRNSF	228,65D	5.725,92C
07/12/2017	170851	TED COD 31	5.725,92D	0,00
11/12/2017	470223	CRED.AUTOR	6.718,55C	6.718,55C
11/12/2017	170851	DB S2 OB46	6.718,55D	0,00
12/12/2017	470224	CRED.AUTOR	4.000,00C	4.000,00C
12/12/2017	170851	DB S2 OB46	4.000,00D	0,00
13/12/2017	470225	CRED.AUTOR	1.210.984,83C	1.210.984,83C
13/12/2017	131838	DP DIN LOT	17,18C	1.211.002,01C
13/12/2017	170851	DB S2 OB46	89.126,99D	1.121.875,02C
13/12/2017	170851	DB S2 OB05	2.160,34D	1.119.714,68C
13/12/2017	170851	DB S2 OB07	10.636,43D	1.109.078,25C
13/12/2017	170851	D S2 TRNSF	177.850,57D	931.227,68C
13/12/2017	170851	TED COD 31	931.210,50D	17,18C
14/12/2017	002583	CRED.AUTOR	16.698,60C	16.715,78C
14/12/2017	470226	CRED.AUTOR	97.038,36C	113.754,14C
14/12/2017	888888	CENTRALIZA	17,18D	113.736,96C
14/12/2017	170851	DB S2 OB46	38.183,97D	75.552,99C
14/12/2017	170851	DB S2 OB07	792,96D	74.760,03C
14/12/2017	170851	DB S2 OB35	3.154,46D	71.605,57C
14/12/2017	170851	D S2 TRNSF	54.892,19D	16.713,38C
14/12/2017	170851	TED COD 31	14,78D	16.698,60C
15/12/2017	888888	DESCENTR	17,18C	16.715,78C
15/12/2017	470227	CRED.AUTOR	2.415,00C	19.130,78C
15/12/2017	888888	CENTRALIZA	16.715,78D	2.415,00C
15/12/2017	170851	DB S2 OB46	2.415,00D	0,00
18/12/2017	888888	DESCENTR	16.715,78C	16.715,78C
18/12/2017	888888	CENTRALIZA	17,18D	16.698,60C
18/12/2017	490228	DEBITO OB	16.698,60D	0,00

19/12/2017	170851	TED COD 31	6.781,50D	0,00
20/12/2017	888888	DESCENTR	60,00C	60,00C
20/12/2017	470230	CRED.AUTOR	5.656.357,73C	5.656.417,73C
20/12/2017	490230	CRED.AUTOR	310,00C	5.656.727,73C
20/12/2017	490230	CRED.AUTOR	971,47C	5.657.699,20C
20/12/2017	490230	CRED.AUTOR	855,74C	5.658.554,94C
20/12/2017	888888	CENTRALIZA	54.792,84D	5.603.762,10C
20/12/2017	010230	DEBITO OB	324.569,08D	5.279.193,02C
20/12/2017	010230	DEBITO OB	485.454,73D	4.793.738,29C
20/12/2017	460230	DEBITO OB	2.283.504,98D	2.510.233,31C
20/12/2017	170851	DB S2 OB05	1.768.048,64D	742.184,67C
20/12/2017	170851	DB S2 OB07	174,66D	742.010,01C
20/12/2017	170851	DB S2 OB38	93.625,04D	648.384,97C
20/12/2017	170851	DB S2 OB55	1.500,00D	646.884,97C
21/12/2017	888888	DESCENTR	54.792,84C	701.677,81C
21/12/2017	470231	CRED.AUTOR	15.095,26C	716.773,07C
21/12/2017	888888	CENTRALIZA	54.792,84D	661.980,23C
21/12/2017	180230	DEBITO OB	645.571,21D	16.409,02C
21/12/2017	550230	DEBITO OB	1.313,76D	15.095,26C
21/12/2017	170851	D S2 TRNSF	15.095,26D	0,00
22/12/2017	170851	E TED C 31	294,00C	294,00C
22/12/2017	170851	E TED C 31	246,88C	540,88C
22/12/2017	170851	E TED C 31	1.192,11C	1.732,99C
22/12/2017	170851	E TED C 31	246,88C	1.979,87C
22/12/2017	888888	DESCENTR	54.792,84C	56.772,71C
22/12/2017	470232	CRED.AUTOR	1.861.742,20C	1.918.514,91C
22/12/2017	888888	CENTRALIZA	1.979,87D	1.916.535,04C
22/12/2017	490232	DEBITO OB	2.197,21D	1.914.337,83C
22/12/2017	170851	TED COD 31	52.595,63D	1.861.742,20C
22/12/2017	170851	DB S2 OB45	13.477,34D	1.848.264,86C
22/12/2017	170851	D S2 TRNSF	237.685,46D	1.610.579,40C
22/12/2017	170851	DB S2 OB46	345.362,91D	1.265.216,49C
22/12/2017	170851	DB S2 OB55	2.000,00D	1.263.216,49C
22/12/2017	170851	TED COD 31	1.263.216,49D	0,00
26/12/2017	888888	DESCENTR	1.979,87C	1.979,87C
26/12/2017	888888	CENTRALIZA	1.979,87D	0,00
27/12/2017	170851	E TED C 31	310,00C	310,00C
27/12/2017	888888	DESCENTR	1.979,87C	2.289,87C
27/12/2017	470234	CRED.AUTOR	5.768.492,28C	5.770.782,15C
27/12/2017	888888	CENTRALIZA	310,00D	5.770.472,15C
27/12/2017	170851	TED COD 31	1.979,87D	5.768.492,28C
27/12/2017	170851	DB S2 OB45	1.426.760,94D	4.341.731,34C
27/12/2017	170851	D S2 TRNSF	274.925,65D	4.066.805,69C
27/12/2017	170851	DB S2 OB46	3.845.463,62D	221.342,07C
27/12/2017	170851	DB S2 OB55	2.430,74D	218.911,33C
27/12/2017	170851	TED COD 31	218.911,33D	0,00
28/12/2017	888888	DESCENTR	310,00C	310,00C
28/12/2017	470235	CRED.AUTOR	11.080.949,74C	11.081.259,74C
28/12/2017	888888	CENTRALIZA	310,00D	11.080.949,74C
28/12/2017	170851	DB S2 OB45	4.680.322,17D	6.400.627,57C
28/12/2017	170851	D S2 TRNSF	242.348,79D	6.158.278,78C





5

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

Relatório de Desempenho da Gestão – 2017

5.1 – DESCRIÇÃO GERAL

Por meio do presente Relatório de Desempenho da Gestão, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), órgão de Controle Externo da Administração Pública do Estado e Municípios, demonstra as principais ações desenvolvidas pela instituição ao longo do exercício de 2017, visando a excelência no controle externo.

Em conformidade com a legislação vigente, é dever dos responsáveis pelos recursos públicos verificar se o resultado da ação planejada foi alcançado, bem como prestar contas, demonstrando a regular e efetiva gestão dos recursos utilizados e os resultados obtidos, a fim de assegurar à sociedade a transparência dos seus atos.

Com a publicação da Emenda à Constituição Estadual nº 92, de 16 de agosto de 2017, a jurisdição do TCE/CE passou a abranger qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, inclusive fundos e instituições civis sem fins lucrativos, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos estaduais ou pelos quais os Municípios do Estado do Ceará respondam, ou que, em nome destes entes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Diante esse novo cenário de atribuições, competências e jurisdição, o TCE/CE apresenta o relato de seu desempenho gerencial, inicialmente com os dados sobre a instituição, como a missão, visão, finalidades e competências, organograma e quadro geral de colaboradores; na sequência, destacam-se as ações nas suas diversas áreas de atuação, bem como a execução orçamentaria e financeira e os processos de aquisições realizados pelo Tribunal.

Ressalte-se que o detalhamento das atividades apresentadas neste documento consta no Relatório de Atividades Anual do TCE/CE, referente ao ano de 2017, encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado, conforme determina a legislação vigente.

5.2 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio:	<i>Controle externo dos recursos públicos estaduais</i>
Missão:	<i>Ser guardião dos recursos públicos estaduais, contribuindo para o aprimoramento da governança e da gestão pública em benefício da sociedade</i>
Visão:	<i>Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência no controle e aprimoramento da Administração Pública Estadual até 2020</i>



Valores:	<ul style="list-style-type: none"> • Tempestividade: Agir com proatividade, efetividade, cooperação intersetorial e celeridade. • Inovação: Estimular o processo criativo para o desenvolvimento de soluções. • Transparência: Promover o amplo acesso às informações e às decisões de forma clara, objetiva e tempestiva. • Humanismo: Valorizar o ser humano, promover um ambiente saudável, respeitar as diferenças e estimular as competências em busca da satisfação pessoal e profissional. • Autonomia: Atuar de forma independente e ética, em cooperação com as demais organizações da sociedade civil. • Norteamento: Ser modelo de excelência e moralidade para as organizações públicas e para a sociedade. • Sustentabilidade: Desenvolver a instituição sem comprometer as gerações futuras.
-----------------	--

Mensuração da Visão:

- MMD-TC (QATC – Atricon)
- Pesquisa institucional junto a sociedade
- IGG –Índice Geral de Governança
- Índice de Efetividade da Gestão Estadual (Indicon)

Fonte: Resolução Administrativa nº 15/2016 – TCE/CE.

5.3 – FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

De acordo com a Constituição Estadual de 1989, incluídas as modificações realizadas pela Emenda à Constituição Estadual nº 92, de 16 de agosto de 2017, o controle externo, quer a cargo da Assembleia Legislativa, ou a cargo das Câmaras de Vereadores, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

No artigo 76 da Carta Magna estadual estão presentes as seguintes competências originárias do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, referentes à seara estadual:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões das aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que

não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, de ofício, ou por iniciativa da Assembleia Legislativa, de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas estaduais de empresas ou consórcios interestaduais, de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

VII – prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, ou por qualquer das suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;

XI – homologar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios; e

XII – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Por sua vez, com o advento da Emenda Constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017, o artigo 78 da Carta Magna estadual passou a ter nova redação, o que fez crescer novas competências ao Tribunal, agora referentes à seara municipal:

I – apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de doze meses, a contar do seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores, das Mesas das Câmaras Municipais e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;

III – apreciar, para fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelos municípios, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, ou da Câmara Municipal, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Legislativo e Executivo Municipal, e demais entidades referidas no inciso II;



V – prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VI – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

VII – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

VIII – propor à Câmara Municipal a sustação de execução de ato impugnado por irregularidade;

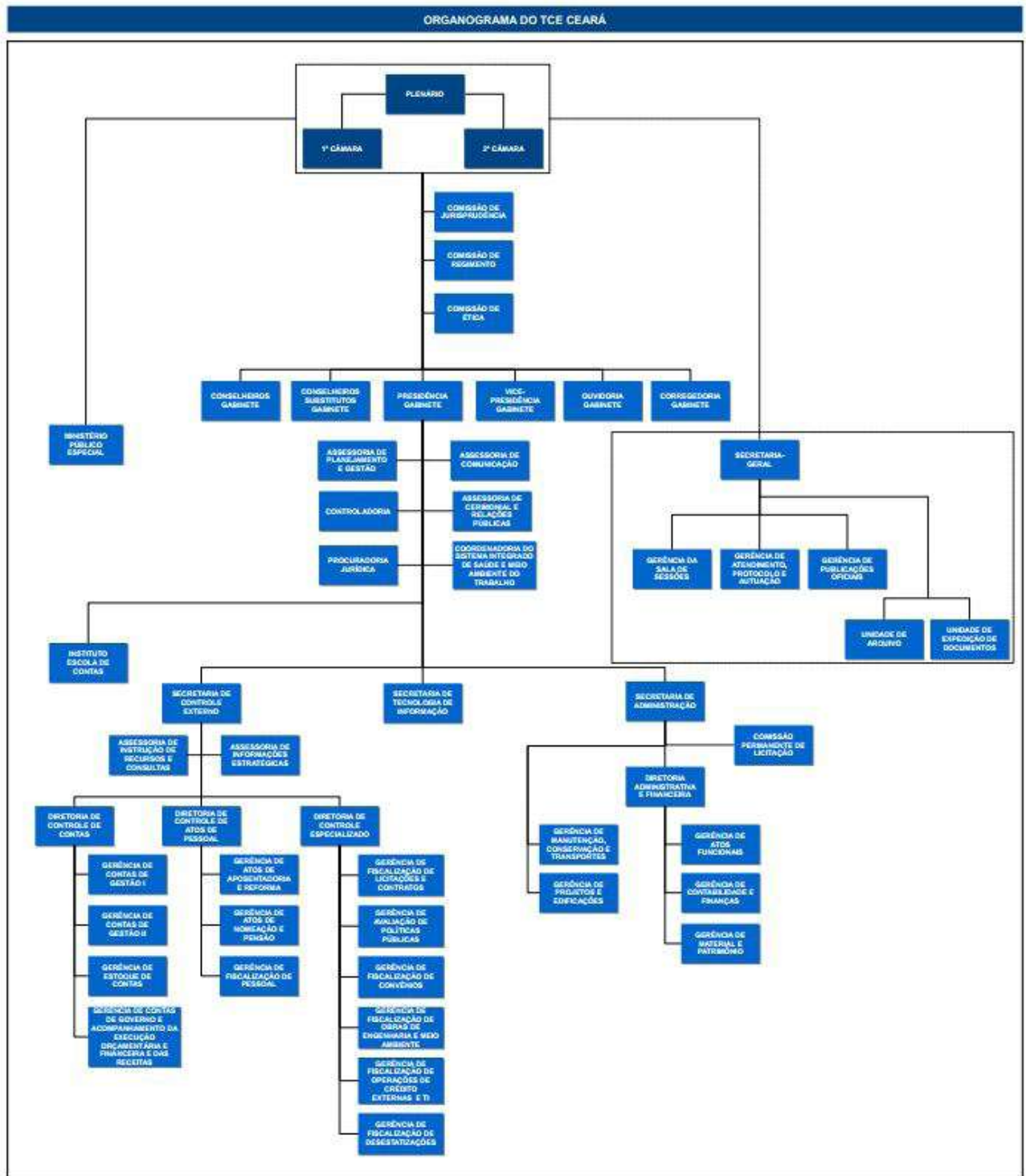
IX – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

X – comunicar à Câmara Municipal, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo, das contas anuais;

XI – examinar as demonstrações contábeis e financeiras constantes de balancetes mensais, determinando as regularizações necessárias na forma que a lei estabelecer;

XII – editar atos, instruções normativas e resoluções, no âmbito de suas atribuições, para o completo desempenho do controle externo, os quais deverão ser observados pelas administrações municipais.

5.4 – ORGANOGRAMA



5.5 – QUADRO GERAL DE COLABORADORES

CONSELHEIROS		CONSELHEIROS SUBSTITUTOS	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Conselheiro	7	Auditor	6
Total	7	Total	6
Porcentagem	0,86%	Porcentagem	0,73%

PROCURADORES DE CONTAS		FUNÇÕES E CARGOS COMISSIONADOS	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Procurador de Contas	6	Somente Cargo Comissionado	113
Total	6	Total	113
Porcentagem	0,73%	Porcentagem	13,81%

SERVIDORES EFETIVOS		TERCEIRIZADOS	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Analista de Controle Externo	302	Terceirizados	197
Técnico de Controle Externo	130		
Auxiliar de Controle Externo	28		
Total	460	Total	197
Porcentagem	56,23%	Porcentagem	24,08%

ESTAGIÁRIOS	
Descrição	Quantidade
Estagiários Nível Médio	11
Estagiários Nível Superior	18
Total	29
Porcentagem	3,54%

TOTAL GERAL	818
--------------------	------------

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Secretaria de Administração do TCE/CE.

5.6 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO CONTROLE EXTERNO

A seguir, apresenta-se uma sequência de atividades exercidas pelo TCE/CE no âmbito do controle externo, em cumprimento às suas funções constitucionais, no exercício de 2017.

5.6.1 – UNIDADES TÉCNICAS DE CONTROLE EXTERNO

A atividade de controle externo está sob a direção da Secretaria de Controle Externo, a quem compete gerenciar a área técnica finalística do Tribunal. Devido à Resolução Administrativa nº 02/2016, a Secretaria de Controle Externo passou por uma reformulação estrutural.

Desta forma, segundo o atual organograma do TCE/CE, a Secretaria de Controle Externo possui como unidades diretamente vinculadas a Secretaria Adjunta de Controle Externo, 3 (três) Diretorias de Controle e 2 (duas) Assessorias.

Por sua vez, as Diretorias de Controle possuem 13 gerências, de forma a propiciar maior celeridade e eficácia ao acompanhamento e controle dos recursos públicos, com foco nas funções de governo; cumprimento dos prazos legais para análise das prestações de contas; redução dos estoques de processos de contas e de atos de pessoal; implementação do controle concomitante; entre outras ações.

Considerando as modificações introduzidas no âmbito do Poder Executivo Estadual pela Lei nº 15.773, bem como as alterações promovidas pelas Resoluções Administrativas nº 02/2016 e 01/2017; e pelo ato conjunto da Presidência do TCE/CE e Secretaria de Controle Externo nº 01/2016, têm-se para estes órgãos técnicos o seguinte quadro de jurisdicionados e atribuições, no âmbito estadual, conforme apresentado a seguir:

- **Assessoria de Informações Estratégicas:**

Tem como finalidade elaborar estratégias e ações de produção de conhecimento, exclusivamente por meio da obtenção, sistematização e análise de dados coletados, oriundos de base de dados própria ou custodiadas, visando à tomada de decisões.

A Assessoria de Informações Estratégicas se reportará à Secretaria de Controle Externo, prestando suas informações mediante envio de relatório específico. Tais relatórios não integrarão os autos de processo, uma vez que não são conclusivos e não constituem meio de prova para fins processuais, consistindo em indícios de irregularidades, que deverão ser apurados.

As atividades da Assessoria de Informações Estratégicas, de acordo com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, são classificadas como de sigilo reservado.

- **Assessoria de Instrução de Recursos e Consultas:**

A qual compete examinar os recursos interpostos contra decisões do Tribunal, proferidas em processos de sua competência, bem como elaborar informações em consultas formuladas ao Tribunal pelos titulares de órgãos ou entidades sujeitas à sua jurisdição.

- **Diretoria de controle de contas:**

A qual compete o controle e a análise das Prestações de Contas Anuais; das Contas de Governo; acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e das Receitas; e outras atividades correlatas.

O Ato Conjunto – SECEX nº 01/2016, informa a distribuição das listas de unidades jurisdicionadas pelas Gerências de Contas I e II, ficando assim definido:

Gerência de Contas I – a qual compete a instrução processual das prestações de contas, do exercício 2014 em diante, dos seguintes jurisdicionados: SESA, SESPORTE, STDS, SETUR, SPA, SEINFRA, SDE, SMA, SRH, CGE, SEPLAG, PGE, GVG, TJ, DPGE, ESP, ADECE, ZPE, CODECE, CEGAS, COGERH, CEARAPORT, DAE, DER, FUNCEME, SOHIDRA, SEMACE, CASA CIVIL, COHAB, ETICE, EGPCE, FUNTELC, IPECE, ISSEC, ARCE, FAADEP, FUNPECE, FERMOJU, FECOP, FUNSEG, FUNDEJ, FCE, FUNDART, FEAS, FUNDES, FECA, FDI, FIES, FUNAPREV, PREVMILITA e PREVID e FUNPEN.

Gerência de Contas II – a qual compete a instrução processual das prestações de contas, do exercício 2014 em diante, dos seguintes jurisdicionados: SEDUC, SECITECE, SECULT, SCIDADES, SDA, SEFAZ, SRI, SEJUS, SSPDS, SEPD, GABGOV, TCM, MPCE, AL, PMCE, CM, CED, CEE, FUNCAP, NUTEC, FUNECE, UVA, URCA, ADAGRI, CEASA, METROFOR, CAGECE, DETRAN, EMATERCE, IDECI, IDACE, AESP-CE, CGD, CBMCE, PEFOCE, PC, JUCEC, FIT, FDCC, FDID, FDS, FUMECE, FESMP, FPP, FUNSIT, FUNPALD, FEC, FUNDEAGRO, FDM, FDMC, FERPI e FEDAF e Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça.

Gerência de Estoque de Contas – a qual compete a instrução processual das prestações de contas dos órgãos jurisdicionados dos exercícios anteriores à 2014.

Gerência de Contas de Governo e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e das Receitas – acompanhar, fiscalizar e aferir a execução orçamentária e financeira das contas de governo, através da emissão de relatório técnico, que subsidiará a emissão do parecer prévio pelo Tribunal de Contas, contendo a análise detalhada das contas apresentadas pelo governador.

- **Diretoria de Controle de Atos de Pessoal:**

Composta por 03 (três) gerências especializadas:

Gerência de Atos de Aposentadoria e Reforma – à qual compete analisar e instruir os processos

de aposentadorias e reformas, bem como suas revisões, visando informar ao Plenário ou à Câmara respectiva acerca da legalidade dos atos submetidos a registro.

Gerência de Atos de Nomeação e Pensão – à qual compete analisar e instruir os processos de nomeações e pensões, visando informar ao Plenário ou à Câmara respectiva acerca da legalidade dos atos submetidos a registro.

Gerência de Fiscalização de Pessoal – à qual compete realizar fiscalização ou avaliação, por meio de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria na área de pessoal das unidades jurisdicionadas, de acordo com o estabelecido no plano semestral de fiscalização.

- **Diretoria de Controle Especializado**

Composta por 06 (seis) gerências especializadas:

Gerência de Fiscalização de Licitações e Contratos – a qual compete, representar ao Tribunal quando tomar conhecimento, ou constatar, irregularidade ou ilegalidade praticada no âmbito da administração pública estadual; realizar inspeções e auditorias; instruir processos de representação, denúncia e outros, relacionados a licitações e contratos celebrados pelo Poder Público Estadual; fiscalizar os procedimentos licitatórios, em todas as suas modalidades e fases, empreendidos pelas unidades jurisdicionadas; os contratos firmados pelas unidades jurisdicionadas; subsidiar a elaboração do parecer técnico das contas de governo e o exame das prestações de contas anuais, com as informações inerentes à área de atuação.

Gerência de Avaliação de Políticas Públicas – a qual compete avaliar as políticas públicas e as atividades governamentais dos órgãos e entidades, pautando, além dos aspectos de legalidade, critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade e transparência, com finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

Gerência de Fiscalização de Convênios – a qual compete realizar atividades de inspeção e auditoria, expressamente autorizadas pelo Tribunal ou por sua presidência, relacionadas a recursos repassados pelo poder público estadual por intermédio de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Gerência de Fiscalização de Obras de Engenharia e Meio Ambiente – a qual compete realizar levantamentos, inspeções, auditorias, acompanhamentos, monitoramentos e outras matérias relativas a fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia, inclusive quanto aos assuntos ambientais, realizados pelos órgão e entidades da administração pública estadual, devidamente autorizados.

Gerência de Fiscalização de Operações de Crédito Externo e TI – a qual compete planejar e realizar auditorias financeiras e de aquisições referentes as operações de crédito externo, bem como realizar



fiscalização, levantamento, acompanhamento, avaliação, inspeção, auditoria e monitoramento na gestão e no uso de recursos da tecnologia da informação pela administração pública estadual nas áreas de governança, infraestrutura, bases de dados, segurança e sistemas informatizados.

Gerência de Fiscalização de Desestatizações – a qual compete realizar levantamentos, inspeções, auditorias, acompanhamentos, monitoramentos e outras matérias relativas a avaliação e fiscalização de processos de desestatização realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, compreendendo as concessões, permissões e autorizações de serviços públicos e as parcerias público-privadas, nos termos do art. 175 da Constituição Federal e das normas legais pertinentes; fiscalizar atos que resultem em concessões, permissões e autorizações de serviços públicos e em parcerias público-privadas, acompanhar editais de licitação, contratos e instrumentos congêneres, mediante consulta ao Diário Oficial do Estado e aos sistemas informatizados, nos termos do art. 46 da Lei nº 12.509/95;

5.6.2 – ÓRGÃOS/ENTIDADES JURISDICIONADOS

Frente as novas competências proporcionadas pela Emenda Constitucional nº 92/2017, de 16/08/2017, os jurisdicionados do TCE Ceará atualmente podem ser agrupados em suas searas de atuação: no âmbito estadual e no âmbito dos municípios.

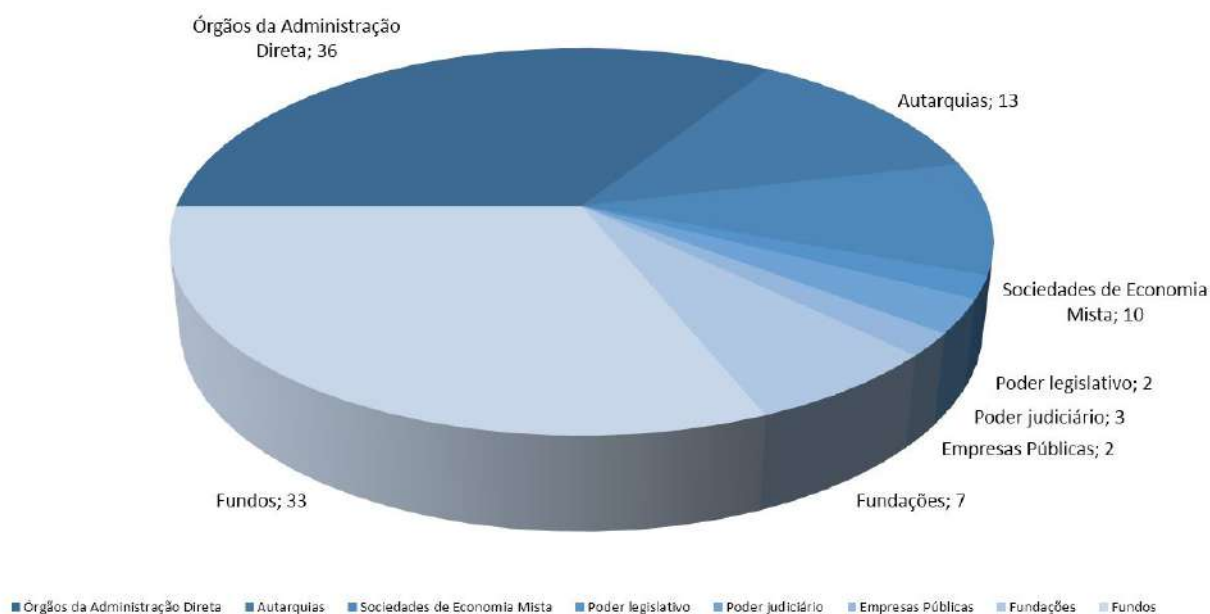
Quantitativos de órgãos e entidades jurisdicionadas no âmbito estadual.

NATUREZA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Direta / outros	34	34	38	39	39	39	43	42	41
Autarquias	11	11	13	13	13	13	13	13	13
Empresas Públicas	02	02	02	02	02	02	02	02	02
Fundos	29	29	29	29	29	29	31	31	33
Fundações	07	07	07	07	07	07	07	07	07
Sociedades de Economia Mista	09*	09*	10*	10*	10*	10	08	10	10
TOTAL	92	92	99	100	100	100	104	105	106

* Incluídos neste quantitativo a CODECE e COHAB

Ressalte-se que as quantidades referidas acima não incluem órgãos e entidades que foram extintos ou privatizados, cujas prestações de contas ainda não foram julgadas, devendo-se observar, ademais, que na rubrica Administração Direta/outros estão incluídos a Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, o Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, o Tribunal de Justiça – TJ-CE, e a Assembleia Legislativa – AL.

Evolução do quantitativo de órgãos e entidades jurisdicionadas na seara estadual



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão.

Órgãos e entidades jurisdicionadas no âmbito dos municípios

No exercício de 2017, para os 184 municípios do Estado do Ceará, foram cadastradas 2.529 unidades gestoras informadas no Sistema de Informações Municipais (SIMWEB).



Fonte: Coordenadoria de Planejamento – CPLAN.

5.6.3 – ATIVIDADES DA ÁREA DE CONTROLE EXTERNO

O TCE/CE, ao acompanhar as ações relacionadas à Administração Pública Estadual e dos Municípios do Estado do Ceará, tem empreendido significativos esforços no sentido de coibir a ocorrência de irregularidades, bem como atuado de modo a identificar e responsabilizar os agentes que tenham perpetrado práticas ilícitas contra o Erário. Nesse sentido, as ações do controle externo ao longo do período foram direcionadas para o fortalecimento das ações fiscalizadoras, assim como para a ampliação do número de processos julgados.

Instruções processuais no âmbito estadual:

O quadro a seguir apresenta a produtividade, com o número das instruções realizadas pelos órgãos técnicos desta Corte de Contas no âmbito estadual.

Total de Instruções de processos realizadas	11.744
Média de Instruções realizadas por mês	979 Instruções/Mês

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

* Obs.: Os quantitativos de instruções processuais estão sujeitos a alterações posteriores decorrentes de trâmites escriturais, juntada e/ou desentranhamento de processos.

Quantitativos de processos instruídos no âmbito estadual, agrupados por espécie.

ESPÉCIE	TOTAL INSTRUÍDO
APOSENTADORIA	2.715
AUDITORIA	61
CÁLCULO COTA ICMS	12
CONSULTA	15
CONTAS DE GOVERNO	1
DENÚNCIA	35
INSPEÇÃO	56
NOMEAÇÃO	6.379
OUTROS	54
PENSÃO	1.181
PRESTAÇÃO DE CONTAS	482
PRORROGAÇÃO DE PRAZO	8
RECURSO	54
REFORMA	63
RELAT. GESTÃO FISCAL – RGF	46

ESPÉCIE	TOTAL INSTRUÍDO
RELATÓRIO RESUMIDO – RREO	15
REPRESENTAÇÃO	56
REPRESENTAÇÃO DO TCE-CEARÁ	103
REPRESENTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	21
REVERSÃO DE PENSÃO	40
REVISÃO DE PENSÃO	52
REVISÃO DE PROVENTOS	53
REVISÃO DE REFORMA	1
SOLICITAÇÃO ASS. LEGISLATIVA	5
SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA	1
SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO	6
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO	2
SOLICITAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	1
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	225
TRANSF. DE PENSÃO	1
TOTAL	11.744

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

Obs.: Os quantitativos de instruções processuais estão sujeitos a alterações posteriores decorrentes de trâmites escriturais, juntada e/ou desentranhamento de processos.

No quadro a seguir, observa-se a evolução no Tribunal dos quantitativos de processos decorrentes de fiscalizações e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (Processos de Controle Externo) no âmbito estadual, realizadas pelas unidades técnicas de controle externo.

Processos de Controle Externo											
Exercícios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fiscalização / Auditoria	1.161	1.268	1.115	1.090	1.456	1.683	1.847	2.308	1.733	1.074	1.120

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos.

Instruções Processuais no âmbito dos municípios:

O quadro a seguir apresenta a produtividade, com o número das instruções realizadas pelos órgãos técnicos desta Corte de Contas no âmbito dos municípios cearenses, desde a publicação da Emenda Constitucional nº 92/2017, de 21/08/2017, até o final do exercício de 2017.



Total de Instruções de processos realizadas	4.846
---	--------------

Fonte: Assessoria da DIRFI – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

O quadro a seguir detalha a distribuição por espécie processual das instruções realizadas pelos órgãos técnicos desta Corte de Contas no âmbito dos municípios.

Quantitativos de processos instruídos no âmbito dos municípios, agrupados por espécie.

ESPÉCIE	TOTAL INSTRUÍDO
ATOS DE ADMISSÃO (ADM)	66
ATOS DE APOSENTADORIA (APO)	831
ATOS DE PENSÃO (PEN)	216
AUDITORIA OPERACIONAL	2
BALANCETES E DOCUMENTAÇÃO MENSAL	1
COMUNICAÇÃO NÃO PROCESSUAL	166
DENÚNCIA	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO (PCS)	1.194
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO (PCG)	29
PROVOCAÇÃO (PRO)	1.421
REPRESENTAÇÃO	2
REQUERIMENTO	38
SOLICITAÇÃO	279
SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO	386
TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO (TCS)	17
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)	195
TOTAL	4.846

Fonte: Assessoria da DIRFI – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

5.6.3.1 – PROCESSOS DE CONTAS

Entre as competências do Tribunal de Contas está a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual, a teor do inciso II, art. 71 da Constituição Estadual.

Os Processos de Contas dos gestores públicos podem ocorrer sob a forma de Prestação de Contas Anual (ordinários) ou Tomada de Contas Especial.

Assim, no âmbito estadual, as instruções levadas a efeito durante o período em referência observaram as seguintes divisões:

ESPÉCIE DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE
Exame Inicial	121
Reexame / Análise Complementar	358
TOTAL	479

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

Os Processos de Tomada de Contas Especial são instaurados diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado ou pelos Municípios, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, nos termos do art.8º da Lei Orgânica do Tribunal.

O quadro a seguir apresenta os processos de Tomada de Contas Especial protocolados e instruídos pelo TCE/CE no exercício de 2017, seja preliminarmente, seja em sede de reexame.

PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	QUANTIDADE
Protocoladas	74
Instruídas	225

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

O quadro abaixo apresenta as instruções técnicas realizadas em Prestações de Contas Anuais e em Tomadas de Contas Especiais, em âmbito estadual.

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Prestação de Contas Anual	479
Tomada de Contas Especial	225
TOTAL	704

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

Quanto às decisões definitivas, pelas quais o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares, lavradas em processos de contas pelo Plenário/Câmaras, o quadro abaixo demonstra o número de processos de Prestação de Contas Anual e de Tomada de Contas Especial, no âmbito estadual, no exercício de 2017.



DECISÕES DEFINITIVAS EM:	QUANTIDADE
Decisões definitivas em processos de PCA	102
Decisões definitivas em processos de TCE	24

Fonte: SECEX – Base de Dados do SAP – Relatce.mdb.

5.6.3.2 – REPRESENTAÇÕES AUTUADAS

No âmbito estadual, compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por iniciativa própria, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública do Estado do Ceará, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções, a teor do art. 1º da Lei Orgânica do TCE/CE, conforme mandamento insculpido nas Constituições Federal e Estadual.

Às gerências compete, ao realizar auditorias e inspeções no âmbito de sua área de atuação, oferecer Representação ao Tribunal quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade praticada no âmbito da Administração Pública do Estado do Ceará.

Por sua vez, nos termos do inciso VII, art. 5º da Lei Estadual nº 13.720/2005, compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará “representar, motivadamente, pela realização de inspeções, auditorias, tomadas de contas e demais providências em matéria de competência do Tribunal de Contas do Estado”.

Na esteira dos citados comandos legais, reputa-se como relevante os processos referentes às representações de iniciativa dos órgãos técnicos e do Ministério Público junto ao TCE/CE, por caracterizarem o esforço destes órgãos instrutivos em promover o acompanhamento concomitante das atividades desenvolvidas no âmbito da Administração Pública do Estado do Ceará, trazendo mais efetividade às ações do Tribunal.

O quadro a seguir demonstra o número de representações do TCE/CE e representações do Ministério Público Especial, no âmbito estadual, autuadas durante o ano de 2017.

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Representação do TCE	39
Representação do MP junto ao TCE	19
TOTAL	58

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

5.6.3.3 – RECURSOS

A Lei Orgânica do TCE/CE prevê, em seus artigos 29 a 36, a interposição de recursos contra as decisões lavradas pelo Tribunal, possibilitando a revisão, no todo ou em parte, favorecendo o saneamento das falhas porventura existentes no processo, em consonância aos princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal.

Das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará cabem recursos de reconsideração, embargos de declaração e revisão.

Compõe o quadro abaixo o número de recursos de âmbito estadual julgados durante o período em referência (exercício de 2017), inclusos os recursos de reconsideração, de embargo de declaração e de agravo:

RECURSOS JULGADOS	DECISÕES CONCLUSIVAS	
45	Providos	10
	Parcialmente providos	1
	Não providos	18
	Não conhecido	12
	Perda superveniente do objeto	2
	Homologada a desistência	2

Fonte: SECEX – Base de Dados do SAP – Relatce.mdb.

5.6.3.4 – SOLICITAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A cooperação entre o TCE/CE e a Assembleia Legislativa ocorre de diversas formas, destacando-se o atendimento a solicitações de realização de auditorias ou de informações e a emissão de parecer sobre as contas do Governo do Estado.

É importante enfatizar que as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa devem necessariamente se referir, nos termos do texto constitucional acima transcrito, aos resultados das auditorias/ inspeções realizadas pelas unidades técnicas de Controle Externo. O quadro abaixo informa o número de solicitações da Assembleia Legislativa protocoladas, bem como as instruídas no ano de 2017.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	QUANTIDADE
Protocoladas	2
Instruídas	5

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

5.6.3.5 – MEDIDAS CAUTELARES

A atuação prévia do TCE/CE, por meio da adoção de medidas cautelares, para evitar grave lesão ao Erário ou direito alheio, encontra guarida no seu Regimento Interno. A ação cada vez mais preventiva do Tribunal impede que os indícios de irregularidades se concretizem em prejuízos efetivos. O quadro abaixo apresenta o número de medidas cautelares acatadas pelo Pleno durante o ano de 2017.

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Medidas cautelares acatadas pelo Pleno	16

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

5.6.3.6 – DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES EXTERNAS E CONSULTAS

Denúncias, representações e consultas são instrumentos por meio dos quais cidadãos e gestores públicos podem acionar diretamente a atuação do TCE/CE.

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A denúncia deverá referir-se ao administrador ou responsável sujeito à jurisdição do Tribunal e será apurada em caráter sigiloso, até que se comprove a sua procedência, e somente poderá ser arquivada após efetuadas as diligências pertinentes, mediante despacho fundamentado do responsável.

As representações externas são provenientes de outros órgãos da Administração Pública de qualquer das esferas de Governo, cujos dirigentes comunicam ao TCE Ceará irregularidades apuradas quando do exercício de suas atribuições e que dizem respeito à jurisdição do Tribunal. Internamente, são diferenciadas das representações provenientes dos órgãos técnicos do próprio TCE Ceará, que são resultantes da iniciativa própria de seus analistas.

Tanto os processos de denúncia quanto os de representação são importantes instrumentos de fiscalização para o Tribunal, pois canalizam os esforços empreendidos em atos de gestão que já possuem indícios de irregularidades.

Ao TCE Ceará compete decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno. A resposta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não do fato ou caso concreto.

O quadro a seguir demonstra a produtividade durante o ano de 2017 para cada uma dessas espécies processuais de âmbito estadual, estabelecendo um paralelo com o quantitativo de processos autuados

no período. Atende-se, de forma sintética, o estabelecido pelo inciso VII do art. 6º da LC nº 26/2001.

ESPÉCIE PROCESSUAL	INSTRUÍDOS	AUTUADOS
Consulta	15	11
Denúncia	35	12
Representação Externa	56	43
TOTAL	106	66

Fonte: Secretaria de Controle Externo do TCE/CE.

5.6.3.7 – ATOS SUJEITOS A REGISTRO

O quadro a seguir apresenta o número e o percentual dos atos de âmbito estadual sujeitos a registro, cujo exame é de responsabilidade da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal do TCE/CE e suas Gerências:

Atos sujeitos a registro instruídos (A)	Total de processos instruídos no TCE Ceará (B)	Percentual (A)/(B)%
10.484	11.744	89,27%

Fonte: Secretaria de Controle Externo do TCE/CE.

Por estes dados, é possível observar a grandeza no volume de tramitação de processos nos órgãos técnicos acima mencionados, evidenciando o esforço para evitar a formação de estoque.

O quadro a seguir retrata a produtividade dos citados órgãos técnicos, considerando essas principais espécies processuais:

ESPÉCIE PROCESSUAL	INSTRUÍDOS (A)	AUTUADOS (B)	% (A) / (B)
Aposentadoria	2.715	1.997	136%
Nomeação	6.379	571	1.117%
Pensão	1.181	649	182%
Reforma	63	56	113%
Reversão de pensão	40	25	160%
Revisão de pensão	52	13	400%
Revisão de proventos	53	44	120%
Transferência de pensão	1	0	0%
TOTAL	10.484	3.355	312%

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.



Quanto à apreciação pelo Plenário/Câmaras, o quadro a seguir apresenta o quantitativo de atos de pessoal de âmbito estadual apreciados, destacando-se o total de atos registrados; total de atos para os quais fora negado o registro; e, ainda, outras decisões, como por exemplo, diligências e revisões:

SITUAÇÃO	NOMEAÇÕES	APOSENTADORIAS	PENSÕES	REFORMAS	TOTAIS
Registrado	2.475	1.613	661	17	4.766
Registrado com Ressalva	0	162	85	1	248
Negado Registro	6	13	4	0	23
Outras Decisões	6	25	1	16	48
TOTAL	2.487	1.813	751	34	5.085

Fonte: SECEX – Base de Dados do SAP – Relatce.mdb.

5.6.3.8 – CONTAS DO GOVERNO

Importante atribuição constitucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará se refere à apreciação e emissão de Parecer Prévio conclusivo sobre as contas que o Governador do Estado deve prestar anualmente, nos termos do art. 76, inciso I, da Constituição Estadual. No tocante à Prestação de Contas do exercício de 2016, a Conselheira Patrícia Saboya foi a relatora designada.

O Parecer Prévio das Contas do Governador é um documento de teor técnico especializado, que contém uma apreciação das contas consolidadas e prestadas pelo Poder Executivo. A análise técnica dos documentos foi feita pela Gerência de Contas de Governo e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e das Receitas, composta pelos servidores Daniel Façanha Rocha de Souza (Gerente), Cléa Sabino de Matos Brito Bessa, Hennyra Nunes Lemos Cardoso, Paulo Eduardo Juvêncio Neri e Pedro Humberto Rocha Filho. A coordenação ficou a cargo da Secretaria de Controle Externo. Do Gabinete da relatora, participaram a chefe de gabinete Maria Rita Valente e os servidores Bel Frota, Jairo Lima, Daniel Cavalcante e Ana Cláudia Freitas.

Na sessão extraordinária do dia 29/05/2017, o Tribunal decidiu, por unanimidade, aprovar com ressalvas o Parecer Prévio das Contas do Governador Camilo Santana – Exercício 2016, contendo 55 recomendações ao Poder Executivo, cujo cumprimento deverá ser acompanhado pelo Órgão de Controle Interno e, no âmbito deste Tribunal, pela Secretaria de Controle Externo, por meio da Gerência de Contas de Governo.

Segundo a relatora, em 2016, o Estado teve algumas receitas atípicas que ajudaram nos resultados, entre elas R\$ 1,5 bilhão de créditos extraordinários, envolvendo recursos da repatriação, arrecadação de impostos e a utilização dos depósitos judiciais, com certeza contribuíram com os bons números do Estado.

A conselheira afirmou, no entanto, que, pela complexidade da matéria, existem situações que precisam ser aperfeiçoadas. Foram várias recomendações em função de ressalvas identificadas ao longo da análise, que estão a exigir cumprimento de alguns dispositivos normativos, além de ocorrências que exigem medidas de ajustes e controle para viabilizar o exame e propiciar qualidade aos dados.

Entre os pontos de destaque no Parecer e no Relatório, citamos:

- A Balança Comercial cearense manteve a trajetória de saldo negativo dos últimos anos, apresentando um saldo comercial negativo de US\$ 2,19 bilhões e um valor corrente de comércio, dada pela soma do valor total das exportações e importações, de US\$ 4,78 bilhões, tendo as exportações apresentado um total de US\$ 1,29 bilhão e as importações, por sua vez, totalizado o valor de US\$ 3,49 bilhões. Quanto à arrecadação total das receitas brutas tributárias estaduais, o Estado do Ceará apresentou um valor de R\$ 13.365 milhões, representando um acréscimo nominal de 13,22% em relação ao exercício de 2015.
- No exercício financeiro de 2016, a execução dos Programas Governamentais, considerando-se os recursos autorizados pela Lei Orçamentária (LOA) e os créditos adicionais, alcançou R\$ 23.266.915.758,59, sendo executado um percentual para Programa Administrativo (97,50%), Programas Especiais (97,13%) e, por último, Programas Finalísticos (66,68%).
- A LDO incluiu, no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, medidas de compensação que não atendem os requisitos obrigatórios tampouco um dos requisitos alternativos constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, o governo do estado do Ceará não cumpriu as condições necessárias para as renúncias de receitas estimadas para o ano de 2016.
- O Orçamento Geral do Estado (Administração Direta e Indireta) teve receitas orçamentárias estimadas em R\$ 25,05 bilhões, sendo, no decorrer do exercício, atualizada para R\$ 26,61 bilhões. O Estado arrecadou, considerando as deduções ao FUNDEB, 91,25% da Receita Atualizada, o que correspondeu uma Receita Orçamentária de R\$ 24,28 bilhões.
- Em relação à Receita Bruta Arrecadada, que é composta dos ingressos de disponibilidades nos cofres do Estado não considerando as deduções ao FUNDEB, registrou-se um montante de R\$ 27,25 bilhões, valor este superior, em termos reais, em R\$ 1,65 bilhão comparado ao ano anterior.
- As receitas que mais contribuíram para o citado crescimento real (R\$ 1,65 bilhão) foram as Receitas Tributárias, em decorrência de maior arrecadação no ITCD em R\$ 569 milhões e Taxas em R\$ 266 milhões, e as Transferências Correntes em R\$ 480,5 milhões, em virtude, principalmente, de maior repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) decorrente da Receita de Repatriação.
- Quanto à despesa total, o estado do Ceará realizou R\$ 23,26 bilhões, havendo uma economia orçamentária de R\$ 3,88 bilhões, resultando em uma execução de 85,7% da despesa orçamentária autorizada para 2016: 44,93% da despesa orçamentária executada se referem à Despesa com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 10,5 bilhões), sendo que a maior concentração desses gastos está nas funções Previdência social (28%), Educação (19%) e Segurança Pública (16%).
- Outro grupo de despesa relevante no total da despesa orçamentária se trata de Outras Despesas Correntes (R\$ 9,11 bilhões), o que equivale a 39,18%. Desse montante realizado, R\$ 2,86 bilhões (31,40%) foram



destinados às transferências constitucionais e R\$ 1,97 bilhão (21,65%) para Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Quanto aos recursos alocados em Investimentos (R\$ 2,1 bilhões), houve uma diminuição real de 16% (R\$ 411,4 milhões) em relação ao ano anterior, principalmente, por menores investimentos na função Transporte (R\$ 429,7 milhões).

Anexaram declaração de voto com suas observações os conselheiros Alexandre Figueiredo, Soraia Victor e Rholden Queiroz. A sessão de apreciação do Parecer Prévio contou com a presença do secretário da Fazenda, Mauro Filho, do secretário da Controladoria e Ouvidora-geral do Estado, Flávio Jucá, e do Procurador-geral do Estado, Juvêncio Vasconcelos. O documento foi encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem cabe o efetivo julgamento das Contas.

Para saber mais sobre o Parecer Prévio e o Relatório Anual das Contas do Governador, acesse: <http://www.tce.ce.gov.br/jurisdicionado/fiscalizacao-e-controle/fiscalizacoes/relatorios-de-contas-de-governo>.

5.6.3.9 AUDITORIAS DE CONFORMIDADE, FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

Auditorias no âmbito estadual

A área técnica do TCE/CE tem realizado auditorias mais abrangentes, não ficando restrita a observar aspectos relacionados à legalidade das despesas, mas a dar ênfase à avaliação da gestão dos recursos públicos sob a ótica da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Os Planos de Ação apresentados para o ano de 2017 contemplam temas de grande significância para fiscalizações especiais a serem realizadas, levando-se em conta a compatibilidade com as demais atividades desenvolvidas pelos órgãos técnicos do TCE Ceará, bem como a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários.

Busca-se, assim, o acompanhamento tempestivo das ações governamentais desenvolvidas, com a realização de auditorias com base em critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade. Nesse item atende-se, de forma sintética, o estabelecido pelo inciso V do art. 6º da LC nº 26/2001.

O quadro seguinte apresenta o número de auditorias de âmbito estadual de conformidade, financeiras e operacionais iniciadas e/ou concluídas, realizadas no exercício de 2017:

AUDITORIAS DE CONFORMIDADE	AUDITORIAS FINANCEIRAS	AUDITORIAS OPERACIONAIS	TOTAL:
20	3	4	27

Fonte: Plano de Ação SECEX.

Na sequência é apresentado o resumo das ações de auditoria iniciadas e/ou concluídas, por tipo e áreas:



I – AUDITORIAS DE CONFORMIDADE

ÁREA: CONTRATOS	
PROCESSO:	05969/2017-9
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
OBJETIVO	Verificar a regularidade do Contrato nº 011/CIDADES/2016, referente à contratação de mão de obra terceirizada
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: CONTRATOS	
PROCESSO:	06560/2017-2
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO ESPORTE
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE DESESTATIZAÇÃO
OBJETIVO	Auditoria de conformidade com objetivo de avaliar o acompanhamento e a fiscalização da Parceria Público-Privada objeto do contrato de Concessão Administrativa nº 001/2010 (Arena Castelão), exercícios de 2015 e 2016.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: CONVÊNIOS	
PROCESSO:	05569/2017-4
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS
OBJETIVO	Auditoria com o objetivo de verificar, em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU), a regularidade, a eficiência e a ocorrência de possíveis falhas na gestão dos recursos públicos destinados ao transporte escolar nos municípios de Boa Viagem – CE e Marco – CE, com repercussão ainda na Secretaria da Educação do Estado.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: CONVÊNIOS	
PROCESSO:	05727/2017-7
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS
OBJETIVO	Auditoria de Conformidade para avaliar a fiscalização da execução dos convênios e parcerias firmados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social- STDS, celebrados no exercício de 2016, ainda vigentes no exercício de 2017.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: CONVÊNIOS	
PROCESSO:	08243/2016-4
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	Gerência de Fiscalização de Convênios
OBJETIVO	Auditoria determinada pelo Plenário deste Tribunal de Contas por via da Resolução TCE/CE nº 6184/2015, atinente à Representação do Ministério Público (Processo nº 04813/2012-4), com o intuito de analisar, durante o período de 12(doze) meses, a gestão dos convênios e instrumentos congêneres sob responsabilidade da SCIDADES.
FASES	Execução e Relatório

ÁREA: CONVÊNIOS	
PROCESSO:	SEM NÚMERO
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DA SAÚDE E SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS
OBJETIVO	Identificar e avaliar a atuação das pastas concedentes com relação aos controles e ao acompanhamento dos convênios durante o primeiro semestre de 2016
FASES	Planejamento e Execução

ÁREA: OBRAS	
PROCESSO:	00001/2017-2
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENG. E MEIO AMBIENTE
OBJETIVO	Projeto CIDADES II nova auditoria/inspeção: contrato nº 014/2015 – Implantação da avenida do Controle Leste do município de Limoeiro do Norte.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: OBRAS	
PROCESSO:	00002/2017-4
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RESPONSÁVEL	Gerência de Fiscalização de Obras de Eng. e Meio Ambiente
OBJETIVO	Projeto São José III nova auditoria/inspeção: contrato nº 025/2016. contratada COSAMPA Lote 2: Capistrano Lote 10: Mombaça. Lote 12: Jaguaruana. Lote 13: Itapipoca.R\$ 4.913.135,14.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: OBRAS	
-------------	--

PROCESSO:	00003/2017-6
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RESPONSÁVEL	Gerência de Fiscalização de Obras de Eng. e Meio Ambiente
OBJETIVO	Inspeção <i>in loco</i> nas obras de sistemas de abastecimento de água e módulos sanitários domiciliares em comunidades no meio rural do estado do Ceará, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Projeto São José III), financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento BIRD (Banco Mundial), para verificar a regularidade dos elementos construtivos do contrato nº 027/2016 (por amostragem)
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: OBRAS	
PROCESSO:	00102/2017-8
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENG. E MEIO AMBIENTE
OBJETIVO	Inspeção acerca da execução da construção de EEEP no Município de Barro, financiada com recursos do BIRD
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: OBRAS	
PROCESSO:	00924/2017-6
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENG. E MEIO AMBIENTE
OBJETIVO	Inspeção/acompanhamento da obra de construção do Teleférico, no Município de Barbalha/CE, objeto do contrato nº 020/CIDADES/2015 firmado entre a Secretaria do Meio Ambiente, com interveniência da Secretaria das Cidades e Departamento de Arquitetura e Engenharia.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: OBRAS	
PROCESSO:	02422/2017-3
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	Gerência de Fiscalização de Obras de Eng. e Meio Ambiente
OBJETIVO	Inspeção para acompanhamento/fiscalização da obra de construção de um Centro de Educação Infantil – CEI no Município de Itaitinga/CE, objeto do Convênio 024/2012 firmado entre a Secretaria da Educação e a Prefeitura Municipal de Itaitinga/CE.
FASES	Planejamento

ÁREA: OBRAS	
PROCESSO:	05620/2017-0



REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE
OBJETIVO	Auditoria de conformidade, no âmbito da secretaria das cidades, visando avaliar os sistemas adotados para controle e gerenciamento de obras públicas
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: OBRAS

PROCESSO:	1373/2017-0
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RESPONSÁVEL	Gerência de Fiscalização de Obras de Eng. e Meio Ambiente
OBJETIVO	Inspeção das obras objeto do contrato ° 005/2014, firmado entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a empresa Construtora Borges Carneiro Ltda
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: PESSOAL

PROCESSO:	05437/2017-9
REPERCUSSÃO	MUNICÍPIOS
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
OBJETIVO	Auditoria de conformidade com o objetivo de verificar a legalidade quanto à acumulação de cargos, empregos e funções públicas no âmbito de todos os municípios cearenses sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
FASES	Planejamento e Execução

ÁREA: PESSOAL

PROCESSO:	06190/2017-6
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
OBJETIVO	Auditoria de Conformidade relacionada à acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Ceará
FASES	Planejamento e Execução

ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROCESSO:	00189/2017-2
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TI
OBJETIVO	Inspeção para verificação da regularidade e economicidade do processo de licitação da SEDUC VIPROC nº 5998563/2016 para contratação de serviços de consultores individuais para função de analista de banco de dados.

FASES	Planejamento, Execução e Relatório
-------	------------------------------------

ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
PROCESSO:	01374/2017-2
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
RESPONSÁVEL	Gerência de Operações de Crédito e TI
OBJETIVO	Inspeção para verificação da regularidade da execução do Contrato nº 020/2016, celebrado entre a Sefaz e a Módulo Security Solutions S.A, para desenvolver e implantar solução tecnológica integrada para Célula de Informações e Operações Fiscais e Subsistemas de Apoio.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
PROCESSO:	01375/2017-4
REPERCUSSÃO	PODER EXECUTIVO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TI
OBJETIVO	Auditoria de conformidade para avaliação do processo de planejamento de contratação de soluções de tecnologia da informação pelo executivo estadual.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
PROCESSO:	04809/2016-8
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA SAÚDE
RESPONSÁVEL	Gerência Fiscalização de Licitações e Contratos
OBJETIVO	Avaliação do atual modelo de gestão dos serviços de saúde, mediante organização social, sob os aspectos da complementariedade, eficiência e qualidade.
FASES	Execução e Relatório

II – AUDITORIA FINANCEIRA

ÁREA: RECURSOS EXTERNOS	
PROCESSO:	01054/2017-6
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES
RESPONSÁVEL	Gerência de Operações de Crédito e TI
OBJETIVO	Auditoria das demonstrações financeiras do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Ceará – Cidades II.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: RECURSOS EXTERNOS	
PROCESSO:	01373/2017-0
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RESPONSÁVEL	Gerência de Operações de Crédito e TI
OBJETIVO	Auditoria das demonstrações financeiras do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: RECURSOS EXTERNOS	
PROCESSO:	03719/2017-9
REPERCUSSÃO	INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TI
OBJETIVO	Auditoria das Demonstrações Financeiras do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultado – PforR Ceará.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

III – AUDITORIA OPERACIONAL

ÁREA: EDUCAÇÃO	
PROCESSO:	04219/2016-9
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
OBJETIVO	Monitoramento da auditoria operacional no programa “PRO-LETRAMENTO”.
FASES	Execução e Relatório

ÁREA: EDUCAÇÃO	
PROCESSO:	08665/2016-8
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
OBJETIVO	Avaliação da gestão escolar e infraestrutura dos estabelecimentos públicos de ensino médio do Estado do Ceará. Anexo III
FASES	Execução e Relatório

ÁREA: EDUCAÇÃO	
PROCESSO:	09281/2016-6
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	Gerência de Políticas Públicas

OBJETIVO	Verificar o alcance das metas e à implementação de estratégias previstas no Plano Estadual de Educação no que tange ao Ensino Médio (META 3 – Universalização do Ensino Médio).
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

ÁREA: ORÇAMENTO PÚBLICO	
PROCESSO:	10145/2016-3
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
OBJETIVO	Auditoria Operacional com o objetivo de realizar diagnóstico, a fim de revelar o panorama atual das atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas pelo poder executivo estadual traçadas para o acompanhamento do PPA 2016/2020.
FASES	Planejamento, Execução e Relatório

Fonte: Plano de Ação SECEX

Auditorias no âmbito dos municípios

No período de referência as atividades de fiscalização *in loco* com a realização de auditorias de conformidade totalizaram 22 inspeções, sendo 6 especiais e 16 ordinárias.

Município	Data Inicial	Data Final	Exercício Fiscalizado	Órgão / Unidade Fiscalizada	Processo
Pacoti	18/12/2017	20/12/2017	2017	Prefeitura Municipal – Inspeção Especial	Instrução em elaboração
Fortaleza	04/12/2017	31/12/2017	2017	Secretaria Municipal de Governo – Inspeção Especial	Instrução em elaboração
Cascavel	27/11/2017	01/12/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10852917, 10853117 e 10853217
Barroquinha	27/11/2017	01/12/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10856617 e nova instrução em elaboração
São Benedito	20/11/2017	24/11/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10856017 e 10852517
Banabuiú	20/11/2017	24/11/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10841817 e 10849817
Ipu	20/11/2017	24/11/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10840717, 10840917 e 10853017

Município	Data Inicial	Data Final	Exercício Fiscalizado	Órgão / Unidade Fiscalizada	Processo
Irauçuba	23/10/2017	27/10/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10787517 e 10786817
Deputado Irapuan Pinheiro	23/10/2017	27/10/2017	2017	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10787917 e 10808117
Mombaça	16/10/2017	20/10/2017	2017	Prefeitura/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10780017, 10787017, 10789617, 10785417 e 10840817
Aracoiaba	16/10/2017	20/10/2017	2017	Prefeitura/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10780917, 10780117, 10785817 e 10787417
Tejuçuoca	11/10/2017	11/10/2017	2017	Secretaria de Educação de Tejuçuoca – Inspeção Especial	10748717
Maranguape	11/10/2017	11/10/2017	2017	Câmara Municipal de Maranguape – Inspeção Especial	10733517
Russas	02/10/2017	06/10/2017	2017	Prefeitura/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10741117, 10730817, 10730717, 10730617, 10730917 e 10740717
Jaguaribe	02/10/2017	06/10/2017	2017	Prefeitura/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10732817, 10732517, 10732917 e 10752617
Acaraú	25/09/2017	29/09/2017	2017	Prefeitura/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10726617, 10727317, 10726717, 10729017 e 10729117
Maracanaú	25/09/2017	29/09/2017	2017	Prefeitura/ Câmara Municipal – Inspeção Ordinária	10722017, 10722717, 10722517, 10721817, 10722617, 10728917 e 10757917

Município	Data Inicial	Data Final	Exercício Fiscalizado	Órgão / Unidade Fiscalizada	Processo
Fortaleza	25/09/2017	27/10/2017	2017	Secretaria de Educação de Fortaleza – Inspeção Ordinária	10829317, 10829217 e 10819717
Fortaleza	01/09/2017	08/09/2017	2017	Inspeção Especial – Fortaleza – Secretaria de Educação	10673317

Fonte: Assessoria da DIRFI – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

5.6.4 – PROCESSOS EXAMINADOS PELO PLENO/CÂMARAS E CONSELHEIROS

Nos termos do Regimento Interno do TCE/CE, as decisões nos processos se materializam por meio de Resoluções e Acórdãos, quando julgados pelo Pleno/Câmaras, ou, ainda, mediante despachos singulares da lavra do Conselheiro Relator, quando se tratar de diligências saneadoras ou complementares necessárias à apreciação do mérito pelo Plenário.

Processos examinados no âmbito estadual:

Com a implementação da Instrução Normativa nº 02/2015, a qual permitiu a instrução e a apreciação de forma agrupada de Atos Sujeitos a Registro, o quantitativo de processos julgados se tornou maior que o quantitativo de julgamentos, conforme evidenciado no quadro abaixo, para os processos de âmbito estadual apreciados durante o ano de 2017.

NATUREZA	TOTAL
Resoluções	5.528
Acórdãos	277
TOTAL DE JULGAMENTOS	5.805
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	7.786

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.

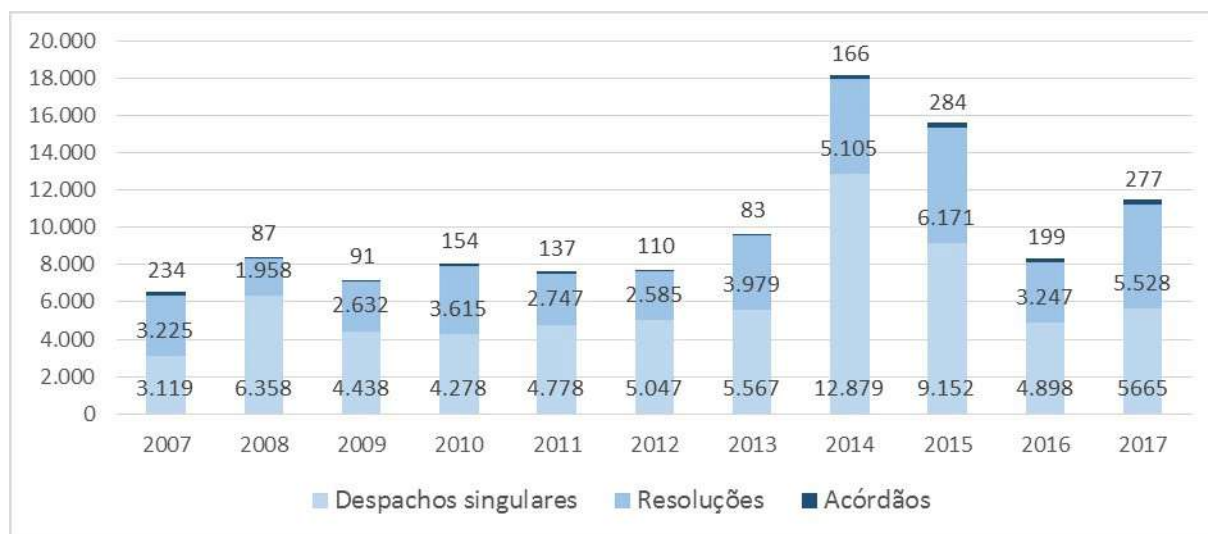
O quadro e o gráfico a seguir demonstram a evolução, durante os anos, dos quantitativos das decisões proferidas, no âmbito estadual, exaradas pelo Pleno e Câmaras, na forma de Acórdãos e Resoluções, como também dos despachos singulares exarados pelos Membros desta Corte de Contas.



Evolução do quantitativo de decisões proferidas pelo Pleno, Câmaras e Membros

NATUREZA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Resoluções	3.225	1.958	2.632	3.615	2.747	2.585	3.979	5.105	6.171	3.247	5.528
Acórdãos	234	87	91	154	137	110	83	166	284	199	277
Despachos singulares	3.119	6.358	4.438	4.278	4.778	5.047	5.567	12.879	9.152	4.898	5.665
TOTAL	6.578	8.403	7.161	8.047	7.662	7.742	9.629	18.150	15.607	8.344	11.470

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP.



Processos examinados no âmbito dos municípios:

O quadro a seguir demonstra o desdobramento do quantitativo dos processos julgados ou apreciados pelo Pleno e Câmaras em Acórdãos, Resoluções e Pareceres Prévios lavrados, desde a publicação da Emenda Constitucional nº 92/2017, de 21/08/2017, até o final do exercício de 2017.

NATUREZA	TOTAL
Acórdãos	643
Parecer Prévio	20
TOTAL DE JULGAMENTOS	663
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	661

Fonte: DOE TCE/CE.

5.6.5 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TÉCNICOS

Participação de servidores em Cursos, Congressos, Simpósios e Seminários

Cursos ofertados	Carga Horária total	Número total de participantes
127	2.126 horas	1.386

Fonte: Instituto Plácido Castelo.

5.6.6 – COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OUTROS ÓRGÃOS

Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará firmou e/ou manteve 27 (vinte e sete) convênios ou acordos de cooperação técnica com outros órgãos e entidades, dentre os quais pode ser destacado o convênio firmado com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), mediante o qual o Tribunal, além de manter a adesão à sistemática de avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, procedeu à avaliação da instituição no referido ano com a validação da Atricon, em um trabalho conjunto que faz parte do Programa de Qualidade e Agilidade do Controle Externo brasileiro, que busca avaliar o Sistema com base em parâmetros, itens e critérios de excelência institucional.

Destaca-se também, no ano em comento, a relevância da adesão ao acordo nº 01/2017, com vigência iniciada em 26/06/2017 e encerramento previsto para 26/06/2022, cuja celebração envolveu este Tribunal e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), e que faz menção à implantação do Observatório da Despesa Pública nesta Corte, parte do projeto denominado ODP.TC, oriundo do acordo de empréstimo nº 2919/OC-BR (BR-L1223) assinado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a CGU.

Vale igualmente ressaltar o acordo de cooperação nº 04/2015, com vigência iniciada em 27/07/2015 e encerramento previsto para 26/07/2020, celebrado entre este Tribunal e o Ministério da Previdência Social, cujo objeto se relaciona ao intercâmbio de informações na área de auditoria previdenciária para o aprimoramento da orientação, acompanhamento, controle e supervisão da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos jurisdicionados do TCE Ceará.

Fonte: SECEX.

5.6.7 – PARCERIAS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Ao longo de 2017, deu-se prosseguimento à realização das auditorias anuais no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Projeto São José III. Este projeto, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tem como objetivo “promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, através do apoio à agricultura familiar nos seus aspectos produtivos e de inserção nos mercados e da garantia do acesso à água de qualidade e



esgotamento sanitário, com integração e articulação de políticas públicas fomentadoras das cadeias produtivas e de segurança hídrica”.

A atuação do TCE Ceará como auditor do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará, Programa para Resultados (PforR- Ceará) foi continuada durante o ano de 2017. Este Programa visa garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e seja ambientalmente sustentável.

Em 2017, o TCE Ceará também realizou auditoria das demonstrações financeiras do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Vale do Jaguaribe/Vale do Acaraú (Projeto Cidades II), para o período de 2016. Este projeto, executado pela Secretaria das Cidades e com financiamento parcial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem como objetivo geral a ampliação da capacidade fiscal e institucional das Cidades Polos dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú, de modo que elas possam expandir sua capacidade de investimento nas áreas urbanas e contribuir para o desenvolvimento regional.

Fonte: SECEX.

5.6.8 - DESLOCAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES E AUDITORIAS

Deslocamentos para a realização de inspeções e auditorias no âmbito estadual

Total de deslocamentos	Localidades	Números de dias	Quantidade de Servidores
18	41	65	36

Fonte: SECEX, Portal da Transparência

Deslocamentos para a realização de inspeções e auditorias no âmbito dos municípios

Total de deslocamentos	Localidades	Números de dias	Quantidade de Servidores
16	16	70	85

Fonte: SECEX, Portal da Transparência.

5.6.9 – ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

Durante o ano de 2017, os servidores desta Corte de Contas, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios – COTEM, prestaram atendimento na forma de assistência técnica aos jurisdicionados, no âmbito dos municípios.

À Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios compete responder as consultas formuladas por autoridades competentes a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal.

As consultas, realizadas por escrito e protocoladas, constituem-se em Processos Normativos Consultivos. Os referidos processos são distribuídos para um Conselheiro Relator, que os encaminha à Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios para emissão de Informação Técnica.

Período	Proc. Norm. Consultivo	Por telefone	Pessoal	Por chat	Por e-mail	Outros serviços	Total
2017	26	328	72	149	140	1	606

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios – COTEM.

5.7 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A Assessoria de Planejamento e Gestão tem como atribuição realizar o assessoramento técnico das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico em âmbito institucional e setorial, bem como em relação às atividades de Gestão dos Projetos, de Acompanhamento e Monitoramento do Orçamento, de Gestão das Informações e de melhoria dos Processos de Trabalho do TCE/CE.

O macroprocesso “Planejamento e Gestão” consiste em aplicar um conjunto de práticas gerenciais voltadas à obtenção de melhores resultados e aprimoramento de condutas corporativas, com vistas ao atendimento das expectativas da sociedade. Nos próximos itens serão apresentadas as atividades realizadas durante o ano de 2017, agrupadas em suas áreas de atuação.

5.7.1 – GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará realiza o seu Planejamento Estratégico desde o ano de 2004. Atualmente, vigora o Planejamento Estratégico para o período de 2016-2020, conforme o disposto no art. 1º da Resolução Administrativa nº 15/2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico, em 14 de novembro de 2016.

Destacamos, abaixo, algumas das atividades correlatas à Gestão do Planejamento Estratégico, realizadas durante o ano de 2017:

Planejamento Estratégico do TCE Ceará 2016-2020 – Monitoramento

1ª Reunião Extraordinária de 2017 do Comitê Estratégico do TCE/CE

No mês de fevereiro, a Assessoria realizou a 1ª Reunião Extraordinária de 2017 do Comitê Estratégico do TCE/CE, na oportunidade foi realizada a revisão dos Indicadores Estratégicos com a definição das Metas Anuais para 2017; bem como, procedida a análise, pelo Comitê, das solicitações de alteração, inclusão e cancelamento de Projetos Estratégicos.

Destaca-se a deliberação tomada pelo Comitê Estratégico no sentido de manter sem alteração 8 (oito)



dos indicadores estratégicos, permitir a alteração de outros 8 (oito) indicadores e aprovar a criação de 1 (um) novo indicador.

Também destaca-se a inclusão no Plano Estratégico 2016-2020 do TCE/CE do Projeto “Formação do Auditor do Século XXI”, cujo objetivo consiste na realização de curso de especialização *lato sensu* para os servidores, com a finalidade de aperfeiçoar o conhecimento e o uso de instrumentais tecnológicos modernos que possibilitem melhor gestão do planejamento e da execução das atividades de fiscalização e auditoria em prol da sociedade, a cargo da Escola de Contas do TCE/CE, com o auxílio do Gabinete da Presidência e da Secretaria de Administração.

Em função da inclusão desse novo projeto, o Comitê Estratégico do TCE/CE, com base nas justificativas apresentadas na reunião, decidiu por cancelar os seguintes projetos: “*Elaboração e implantação de Plano de Capacitação focando TI*” e “*Formação para Gestores Públicos*” cujas demandas já estariam atendidas pelo novo projeto.

A reunião, serviu ainda de marco para a consolidação das Linhas de Base dos Indicadores e Projetos Estratégicos, cujas propostas de alteração foram acatadas pelo Comitê Estratégico do TCE/CE.

1ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE/CE:

No mês de junho, a Assessoria realizou a 1ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE/CE. A reunião foi direcionada pelas ações de monitoramento do Plano Estratégico, com a apresentação da situação dos Indicadores e avanço dos projetos estratégicos, no período referente ao 1º quadrimestre de 2017.

Na oportunidade o Comitê deliberou sobre as propostas de modificações nos projetos estratégicos, apresentadas por seus respectivos gerentes. Bem como, foram feitas breves considerações sobre o MMD-QATC 2017.

2ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE/CE:

No mês de outubro, a Assessoria realizou a 2ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE/CE. A reunião, também direcionada pelas ações de monitoramento do Plano Estratégico, contou com a apresentação da situação dos Indicadores e avanço dos projetos estratégicos, no período referente ao 2º quadrimestre de 2017.

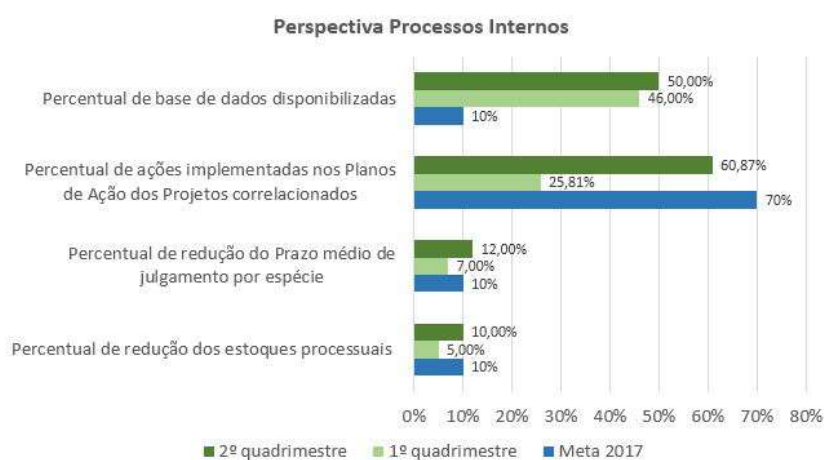
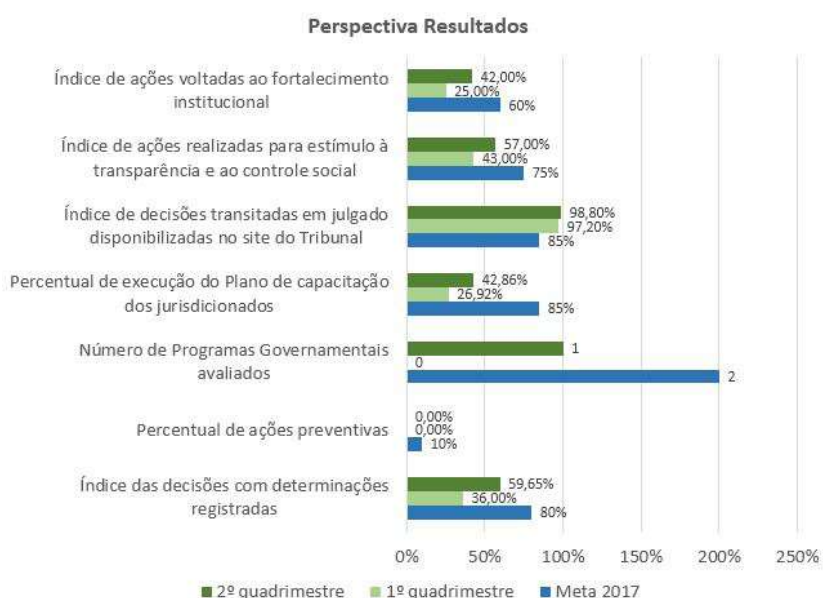
Em virtude da Emenda Constitucional nº 92/2017, como parte do trabalho de unificação das sedes do TCE, foi realizada uma breve apresentação sobre o Planejamento Estratégico do TCE Sede Cambé (Municípios). Bem como, breves considerações sobre o resultado alcançado no MMD-QATC 2017;

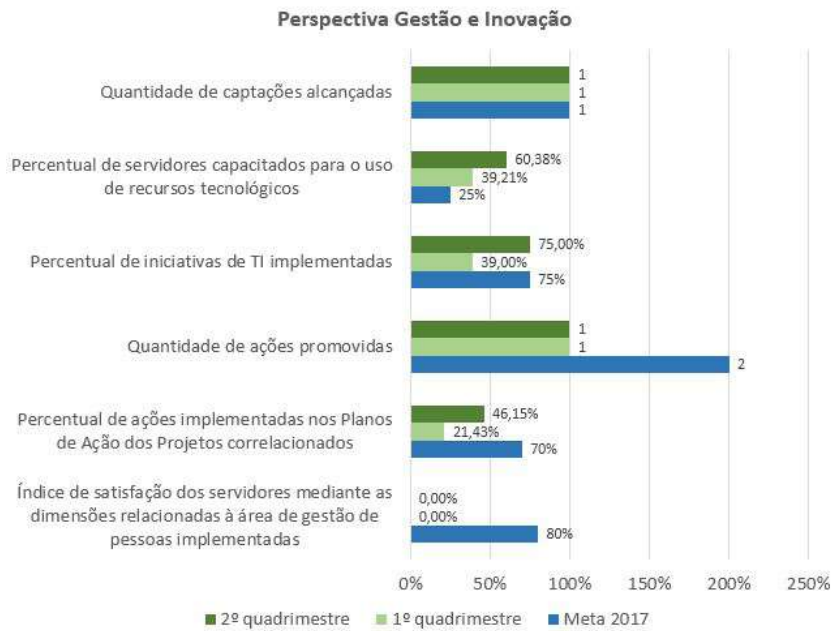
Indicadores do Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico do TCE Ceará 2016-2020 conta, atualmente, com 17 (dezessete) Indicadores Estratégicos, sendo 16 (dezesseis) indicadores com medição quadrimestral e 1 (um) indicador com medição anual.

Saliente-se que o alcance da meta anual foi previsto mediante a apuração gradativa, para os indicadores com medição quadrimestral, e apuração única, para o indicador com medição anual, caso este do índice de satisfação dos servidores mediante as dimensões relacionadas à área de gestão de pessoas implementadas.

Seguem abaixo os gráficos informativos com os valores medidos dos Indicadores Estratégicos referentes ao segundo quadrimestre de 2017.

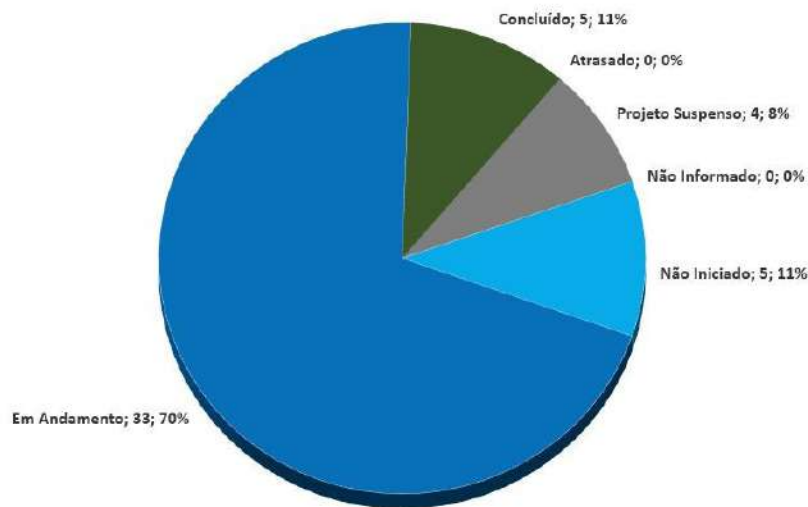




Projetos do Planejamento Estratégico

Por ocasião da 2ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE Ceará, foram apresentadas as fichas de análise e acompanhamento dos 47 (quarenta e sete) Projetos Estratégicos ativos, dos quais 33 (trinta e três) projetos estão em andamento, 5 (cinco) projetos ainda não iniciaram, não obstante estejam em conformidade aos seus cronogramas, 5 (cinco) projetos já foram concluídos e 4 (quatro) projetos estão com suas ações temporariamente suspensas.

Segue abaixo o gráfico informativo da situação dos Projetos Estratégicos, conforme apresentado na 2ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE Ceará.



Planejamento Estratégico Setorial das Unidades do TCE Ceará 2016-2020

P.E. Ouvidoria 2017-2020

Para a realização da Oficina de elaboração do Planejamento Estratégico Setorial da Ouvidoria, para o ciclo 2017-2020, efetivaram-se reuniões com a chefia do setor; elaborou-se a metodologia; e realizou-se a oficina, nos dias 19/07 a 21/07.

Ao final, foi elaborado e disponibilizado o relatório completo do Planejamento Estratégico da Ouvidoria, para o aludido ciclo.

5.7.2 – GESTÃO DE PROJETOS

Desenvolvimento de testes e continuidade da implementação da ferramenta GPWeb

No ano em referência a Assessoria manteve o desenvolvimento dos testes da ferramenta GPWeb, versão livre e sem custos de manutenção, de modo a alcançar os seguintes objetivos principais: verificar a confiabilidade da ferramenta e aprimorar a metodologia de gerenciamento de projetos do TCE/CE.

O monitoramento dos Indicadores e Projetos Estratégicos seguem sendo realizados mediante a utilização da referida ferramenta, e, com tal finalidade, realizou-se nesta o lançamento de todas as informações advindas dos termos de abertura dos projetos e seus correspondentes planos de ação, já revisados e revalidados pelo Comitê Estratégico do TCE/CE, bem como o acompanhamento de todos os indicadores e dos avanços nas ações dos projetos, em conformidade às informações recebidas pelos Gerentes e apresentadas na 1ª Reunião Ordinária Quadrimestral de 2017 do Comitê Estratégico do TCE Ceará, ocorrida em junho.

Em relação aos Projetos Estratégicos que estão sob a responsabilidade da Assessoria de Planejamento e Gestão, quais sejam a Política de Governança Institucional e a Modelagem e Redesenho de Processos de Trabalho, deu-se prosseguimento às ações previstas nos planos de ação dos respectivos projetos, destacando-se a apresentação da minuta de resolução da Política de Governança Institucional para o TCE Ceará.

5.7.3 -GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES

Elaboração dos Relatórios de Atividades

Os Relatórios de Atividades do TCE Ceará, relativos ao 4º trimestre e anual de 2016, 1º, 2º e 3º trimestres de 2017 foram todos consolidados. Nestes documentos, os principais resultados da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará foram apresentados, bem como as iniciativas



mais relevantes implementadas no âmbito administrativo.

Os referidos Relatórios foram encaminhados tempestivamente à Assembleia Legislativa, em atendimento aos ditames da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Corte, conforme quadro abaixo:

RELATÓRIO	OFÍCIO	DATA DE ENVIO
Relatório de Atividades – Anual e 4º Trimestre de 2016	Nº 460/2017 – Gab. Pres.	15/02/2017
Relatório de Atividades do 1º Trimestre de 2017	Nº 1435/2017 – Gab. Pres.	15/05/2017
Relatório de Atividades do 2º Trimestre de 2017	Nº 2707/2017 – Gab. Pres.	11/08/2017
Relatório de Atividades do 3º Trimestre de 2017	Nº 4217/2017 – Gab. Pres.	14/11/2017

Fonte: Sistema SAP

Elaboração do Relatório de Desempenho da Gestão para a Prestação de Contas

Durante os meses de fevereiro e março de 2017, a Assessoria consolidou o Relatório de Desempenho da Gestão, parte integrante da Prestação de Contas Anual do TCE Ceará;

Atendimento de Solicitações e Suporte Aos Comitês

Durante o mês de dezembro, a Assessoria prestou suporte ao Grupo de Trabalho, designado pela Portaria nº 505/2017, com a finalidade de apurar o indicador de desempenho organizacional, estabelecido pela Resolução nº 09/2014.

Participação em eventos

Entre os dias 27 e 28 de março de 2017, a Assessoria se fez presente ao curso “Governança e Gestão nos Tribunais de Contas”, ocorrido na cidade de Brasília/DF, ocasião na qual foi possível ampliar os conhecimentos sobre as melhores práticas contemporâneas acerca da temática.

No último expediente do dia 28 de março de 2017, ao fim do mencionado curso de capacitação, a Assessoria participou de reunião técnica, junto a todos os representantes da área de Planejamento dos Tribunais de Contas do Brasil, sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB), com a finalidade de discutir métodos de gerenciamento de projetos e proposta fornecida por empresa desenvolvedora para utilização da ferramenta *Channel*.

Entre os dias 04 e 07 de abril de 2017, a Assessoria se fez presente, em Natal/RN, na Capacitação das Comissões de Avaliação do Marco de Medição de Desempenho (MMD) – Programa Qualidade e

Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), promovido e coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

Durante os dias 10 e 11 de maio de 2017, a Assessoria participou do *Workshop Project Thinking: Gestão de Projetos de Inovação com Design Thinking*. O referido evento foi promovido pelo Instituto Plácido Castelo (IPC) e busca incentivar a inovação nos modelos de gestão.

Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas/2017

Foi realizada durante os dias 21 e 22 de agosto uma visita técnica pela Associação dos Membros das Cortes brasileiras (Atricon) na modalidade revisão por pares, por equipe designada pela associação. O trabalho da equipe consistiu no exame da adequação dos critérios e das evidências que deram suporte à pontuação e na emissão da declaração da garantia de qualidade, com o registro das conclusões acerca do processo de avaliação, incluindo recomendações, bem como das boas práticas identificadas.

Das boas práticas apontadas, destacam-se a área de informações estratégicas, apresentando um avanço significativo em relação à avaliação anterior; a área de auditoria operacional, mostrando-se eficiente na organização e alinhamento com as boas práticas internacionais; e a organização das evidências que, segundo a comitiva da Atricon, foi excelente, minuciosamente documentada, facilitando os trabalhos da comissão de garantia.

Calendário de Obrigações

A Assessoria de Planejamento e Gestão realiza mensalmente, junto aos setores responsáveis, o controle do cumprimento das obrigações legais previstas no Calendário de Obrigações do TCE/CE.

Inventário de Processos Finalísticos Ativos do TCE/CE (Consulta realizada no SAP em 12/07/2017)

A Assessoria de Planejamento e Gestão, realizou análise de consulta de estoque processual, realizada no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP).

A análise tinha por objetivo verificar o inventário de processos finalísticos ativos, de âmbito estadual, na Corte de Contas. Bem como, aferir a possibilidade de melhorias no Sistema de Informações Gerenciais (SIG) e produzir informações que subsidiem as tomadas de decisão.

Análise do Portal da Transparência

Em agosto, a Assessoria de Planejamento e Gestão, realizou análise do Portal da Transparência do TCE Ceará, com o objetivo de realizar uma verificação de Conformidade do Portal.



A análise teve por base a verificação quanto ao atendimento da legislação correlata e aos critérios do Marco de Medição de Desempenho (Programa QATC Atricon).

5.7.4 – GESTÃO DO ORÇAMENTO

No ano de 2017, a Assessoria de Planejamento e Gestão atuou em duas frentes principais: (i) acompanhamento dos projetos a cargo do Tribunal com recursos obtidos por meio de operações de crédito externo realizadas pelo Governo do Estado junto a Organizações Multilaterais, tais como o Banco Mundial (BIRD) e o BID; e (ii) monitoramento do PPA do Estado do Ceará 2016-2019, no que toca especialmente ao Programa “Controle Externo da Administração Pública Estadual”, mediante o acompanhamento trimestral dos indicadores e metas estipulados para o TCE/CE junto à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado.

Participou, ainda, de encontros com representantes do Banco Mundial (BIRD) e de outros órgãos do Estado, tais como a CGE e o MPCE, visando a construção de um novo Programa de Financiamento para o Estado, na parte que trata da Assistência Técnica, cujo foco se concentra na Governança Pública. Na oportunidade, a Assessoria consolidou possíveis projetos levantados pelo TCE/CE e que foram integrados aos demais órgãos, entre eles: Portal Único do Estado do Ceará, Gestão Integrada de Riscos, Observatório da Receita Pública do Estado do Ceará, além de outros.

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão

5.8 – ATIVIDADES DO INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA MINISTRO PLÁCIDO CASTELO

Instituído em 1995 pela Lei Orgânica do TCE/CE, o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC) tem por finalidade promover o aperfeiçoamento profissional, operacional e tecnológico dos servidores públicos do Estado do Ceará.

Entre as atividades desempenhadas no cumprimento de sua missão institucional durante 2017, o IPC ofertou e viabilizou 132 ações educacionais atingindo o total de 14.759 oportunidades nas metodologias de ensino presencial e a distância. Do total de ações, 85 foram realizadas pelo próprio IPC.

SERVIDORES/MEMBROS DO TCE (REALIZADAS PELO IPC E POR TERCEIROS)		
Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
117 (70 realizados pelo IPC)	1.613 (991 realizados pelo IPC)	1.807 (987 realizados pelo IPC)
Presenciais: 81	Presenciais: 1.285	Presenciais: 1.045
EAD: 36	EAD: 328	EAD: 762

Fonte: IPC.

JURISDICIONADOS/SOCIEDADE (REALIZADAS PELO IPC E POR TERCEIROS)		
Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
83 (74 realizados pelo IPC)	13.146 (11.401 realizados pelo IPC)	1.451 (1.362 realizados pelo IPC)
Presenciais: 49	Presenciais: 3.499	Presenciais: 587
EAD: 34	EAD: 9.647	EAD: 864

Fonte: IPC.

TOTAL GERAL DE CAPACITAÇÕES		
Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
132 (85 realizados pelo IPC)	14.759 (12.392 realizados pelo IPC)	2.226 (1.406 realizados pelo IPC)
Presenciais: 95	Presenciais: 4.784	Presenciais: 1.284
EAD: 37	EAD: 9.975	EAD: 942

Fonte: IPC.

PROGRAMA AGENTE DE CONTROLE		
Nº de Escolas Visitadas	Nº de Estudantes	Nº de Palestras
23 (13 municípios)	5.330	37
TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (2009)		
Nº de Escolas Visitadas	Nº de Estudantes	Nº de Palestras
44	31.242	296

Fonte: IPC.

PROGRAMA VISITA CIDADÃ GUIADA AO TCE	
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	
Nº de Eventos	Nº de Estudantes
3 (Unifor e Farias Brito)	192
TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (EM 2012)	
Nº de Eventos	Nº de Estudantes
17 (Unifor, FA7, Farias Brito, Estácio do Ceará, Colégio Ari de Sá, Curso de Arquitetura e Urbanismo)	878
ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO	
Nº de Eventos	Nº de Estudantes

-	-
TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (EM 2016)	
Nº de Eventos	Nº de Estudantes
1 (Colégio Ari de Sá 3º ano)	150

Fonte: IPC.

AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO	
Especialização	15
Mestrado	25
Doutorado	1

Fonte: IPC.

NÚCLEO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO			
Nº de títulos cadastrados	Nº de empréstimos	Nº consultas atendidas	Nº de exemplares de livros adquiridos
933	1.611	516	222

Fonte: IPC.

- **Capacitação para servidores e membros do TCE**

Em 2017, o IPC ofertou aos servidores e membros do TCE, ou viabilizou a participação destes em eventos de terceiros, 117 eventos (cursos, palestras, seminários, congressos, etc), totalizando 1.613 oportunidades de capacitação (1.807 horas). Deste total, 70 eventos foram realizados pelo próprio IPC.

- **Capacitação para jurisdicionados do TCE e sociedade**

Em 2017, o IPC ofertou aos servidores dos órgãos e entidades jurisdicionados do TCE, e para a sociedade em geral, 83 eventos (cursos, palestras, seminários, congressos, etc), totalizando 13.146 oportunidades de capacitação (1.451 horas). Deste total, 74 eventos foram realizados pelo próprio IPC.

- **Educação a Distância (Programa e-Ducando)**

O processo de oferta de cursos a distância é realizado totalmente pelo IPC (elaboração do conteúdo, projeto gráfico, tutoria, e ambiente de aprendizagem virtual própria). Os cursos são ofertados tanto para servidores e membros do TCE, quanto para participantes externos de órgãos/entidades jurisdicionados e da sociedade. Em 2017, foram ofertados 37 cursos, totalizando 9.975 participantes atendidos.

- **Credenciamento do IPC, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), para ofertar e certificar**



cursos de pós-graduação;

- Produções do Estúdio Multimídia do IPC: 88 vídeos contemplando edições do programa “IPC em 1 Minuto” e vídeo aulas de cursos em Educação a Distância;
- O curso de mestrado profissional em Administração e Controladoria teve continuidade em 2017. Atualmente está acontecendo a orientação para a elaboração das dissertações pelos mestrandos que terão de ser apresentadas, obrigatoriamente, até agosto de 2018.

O curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria (PPAC-Prof) é promovido pelo IPC, por meio de sua Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação em parceria com a Faculdade de Economia, Administração e Controladoria – PPAC, da Universidade Federal do Ceará (UFC) com a participação de 21 servidores do TCE e 5 participantes externos, sendo 2 da UFC e 3 da sociedade.

- Participação no VIII Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas do Brasil (EDUCORP), sediado em Salvador, com a apresentação de palestra.
- O IPC na qualidade de coordenador da Rede de Escolas de Governo do Ceará, realizou 2 seminários, para 205 servidores da administração pública do Ceará.
- Disponibilização de sala de aula com computadores (Laboratório de TI) para fins educacionais no edifício-sede do IPC.
- Início da oferta de cursos gratuitos na modalidade a distância com uso de videoaulas.
- Entrega das premiações do V Concurso Nacional de Redações – Prêmio Ministro Plácido Castelo, com o tema “FISCALIZAÇÃO Participativa: O cidadão como agente de controle dos gastos públicos”. Foram 372 participantes de 41 escolas e 29 municípios.
- O Sistema de Gestão Educacional (SIGED) foi cedido para o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), totalizando agora 5 tribunais que estão utilizando nosso sistema no país.
- Realização de 8 palestras sobre obras públicas e o controle social, para um público de 355 alunos universitários.
- IPC atuou no apoio à organização dos seguintes eventos:
 - Congresso Internacional de Direito Financeiro;
 - Congresso internacional sobre combate à corrupção: Atuação dos Tribunais de Contas



e do Ministério Público;

- VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade;
 - TCE Debate – Desafios ao combate à corrupção na contemporaneidade;
 - TCE Debate – Os principais desafios para as concessões e para as PPPs no Brasil;
 - Encontro “O TCE Ceará e os municípios – ação e cooperação no aprimoramento da gestão”.
- Realização da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca.
 - Realização de 2 eventos “CAFÉ com Leitura – Contos e Encontros”:
 - Debate sobre o livro “Anjo caído”, de autoria da presidente da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza, Greycianny Cordeiro;
 - Debate sobre o livro “Safira não é flor”, de autoria do escritor Pádua Lopes.
 - Realização de *workshop* sobre gestão de projetos de inovação com *Design Thinking* para servidores do TCE dando continuidade à implantação do Plano de Inovação do TCE.
 - Treinamento e ambientação de novos servidores do TCE.
 - O IPC realizou o Programa de Treinamento e Ambientação para novos servidores do TCE. O objetivo foi compartilhar conhecimentos introdutórios a fim de facilitar a convivência laboral e o exercício das funções assumidas.
 - Realização de *workshop* de integração entre as áreas do Tribunal.
 - Lançamento de uma edição da Revista Controle – Doutrina e Artigos, durante a XII Bienal Internacional do Livro do Ceará (em 19 de abril).

Fonte: IPC.

5.8.1 – NÚCLEO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

A Biblioteca Ministro Raimundo Girão, visa atender à necessidade deste Tribunal de Contas, oferecendo serviços de livre acesso à leitura, à informação e principalmente aos registros relacionados às áreas de Direito, Contabilidade, Finanças Públicas e Auditoria, bem como, procura atender ao público externo, desenvolvendo atividades de caráter informativo.

A biblioteca vem aliando esforços no sentido de atender as expectativas dos usuários, em consonância com a missão e objetivos desse Tribunal, potencializando a atualização do acervo, com aquisições distribuídas, para atender de forma qualitativa e quantitativa as metas propostas pela Biblioteca.

Vale destacar, a utilização do Sistema Informatizado SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas, que é uma solução completa para Bibliotecas, trabalhando com padrões Internacionais de catalogação, sendo inclusive utilizado por vários Tribunais de Contas em todo o Brasil, como TCE-BA, TCE-RN, TCE-PA, TCE-MS, entre outros, formando um link de informação entre eles.

No decorrer de 2017, foram cadastrados 933 títulos na base de dados do sistema SIABI. Número de empréstimos 1.611, total de pesquisas 516, com a recuperação de 24.408 registros. De acordo com os resultados da pesquisa do usuário, realizado via e-mail em 2017, a Biblioteca atendeu satisfatoriamente à 76,92%, dos usuários que necessitaram de seus serviços.

Os livros adquiridos no ano de 2017 contemplaram as áreas de Administração, Auditoria, Contabilidade, Finanças, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Direito, entre outros. Foram adquiridos 222 novos exemplares de livros.

No ano de 2017 foram desenvolvidas as ações:

- a realização da programação da II Semana do Livro e da Biblioteca do TCE/CE, no dia 26 outubro de 2017;
- a realização da 6ª Edição do “Projeto Café com Leitura: Contos & Encontros”, desenvolvido pela Biblioteca em parceria com o IPC, na qual foi proferida a palestra do Escritor Pádua Lopes, acerca do livro de sua autoria “Safira não é flor”;
- também foi realizada a 7ª Edição do “Projeto Café com Leitura: Contos & Encontros”, na qual foi proferida a palestra com a presidente da Academia de Letras de Fortaleza, Greyciane Cordeiro, que discutiu a obra de sua autoria “Anjo Caído”.

A finalidade do projeto “Café com Leitura: Contos e Encontros” é promover a cultura por meio da geração de discussões e reflexões acerca de obras literárias, de forma a incentivar a prática da leitura e fomentar o avanço da gestão do conhecimento no Tribunal.

No ano de 2017 foram realizadas diversas ações contempladas no Projeto de Modernização da Biblioteca, totalizando um percentual médio de execução de 84,44%, conforme exemplos destacados abaixo:



Ação	Responsável	Início	Fim	Recursos	Entregas	Percentual de Execução
Projeto TCEndo Leitura	Maria Amélia Holanda Cavalcanti	01/07/16	31/12/16	Servidor da Biblioteca	Sabor da leitura, Café com leitura: contos & encontros e Estante livre.	100%
Implantação de Disseminação Seletiva da Informação com divulgação de resenhas sobre, artigos ou livros selecionados para serem publicados periodicamente.	Maria Amélia Holanda Cavalcanti	01/07/16	31/12/17	Servidor da Biblioteca	Publicação de resenhas na página da intranet e no site da biblioteca.	100%
Implantação de Disseminação Seletiva da Informação com divulgação de sumários correntes na intranet e no site da biblioteca.	Regina Lúcia da Silva Braga	01/07/16	31/12/17	Servidor da Biblioteca	Publicação dos sumários na página da intranet e no site da biblioteca.	100%
Criação de nova página da biblioteca.	Regina Lúcia da Silva Braga	01/07/16	31/12/17	Servidor da Biblioteca/ Servidores da Assessoria de Comunicação	Página da biblioteca com novo layout.	40%
Criação do Repositório Institucional do TCE-CE (Utilização de software livre – DSPACE).	Josimar Batista dos Santos	01/07/16	31/12/17	Servidores da Biblioteca/ servidores da Secretaria Tecnologia da Informação	Repositório Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.	100%
Padronização dos procedimentos internos.	Maria Amélia Holanda Cavalcanti	01/01/17	31/12/17	Servidor da Biblioteca	Manual de procedimentos internos.	70%
Reestruturação física da biblioteca.	Josimar Batista dos Santos	01/01/17	31/12/19	Lei Orçamentaria Anual – LOA 2017, 2018 e 2019	Biblioteca com novo “layout”.	50%
Elaboração de Ata de Registro de Preço por área do conhecimento ou disciplina, tornando-a mais flexível.	Josimar Batista dos Santos	01/10/17	30/09/18	Lei Orçamentaria Anual – LOA 2017	Ata de Registro de Preço, com desconto no preço da capa do livro da editora, de acordo com o quantitativo estabelecido por área do conhecimento ou disciplina.	100%
Criação do Grupo de bibliotecas da Rede Estadual de Escolas de Governo do Estado do Ceará.	Regina Lúcia da Silva Braga	01/01/17	31/12/18	Servidor da Biblioteca	Intercâmbio de empréstimos entre as bibliotecas da rede.	100%

Também foram realizadas no ano de 2017, pelo Núcleo de Biblioteca:

- Realização do Inventário: 23/01 a 10/02/2017
- Reunião da Rede de Escolas/Redebiblio: 21/02/2017
- Workshop de Integração: 22/02/2017

- Apresentação: Josimar, Título: Protótipo do Repositório Institucional RI-TCE
- Projeto Sabor da Leitura, realização em homenagem ao Dia da Mulher:08/03/2017
- Reunião da Rede de Escolas/Redebiblio:21/03/2017
- Customização do SIABI: 20 a 31/03/2017
- Reunião da Rede de Escolas/Redebiblio:25/04/2017 – EGPR/SEJUS
- Customização do SIABI: 01 a 30/04/2017
- Participação do lançamento da Revista Controle na Bienal Internacional do Livro, em 19/04/2017
- Povoamento do Repositório Institucional
- Participação dos Servidores da Biblioteca no Treinamento Design Thinking
- Reunião da Rede de Escolas/Redebiblio:30/05/2017 – UNIPACE
- Participação dos Servidores no IV Congresso Internacional de Direito Financeiro
- Reunião da Rede de Escolas/Redebiblio:29/06/2017 – AESP
- Inclusão do acervo às Bases de Dados da Biblioteca na área restrita na Internet
- Ministração do Curso Normas da ABNT aplicados a trabalhos acadêmicos
- Criação da Logo da Redebiblio
- Reunião da Rede de Escolas de Governo no dia 25/07/2017 no IPC
- Elaboração das Ementas do Projeto de Pós-graduação “Auditor do Século XXI”
- Reunião da Redebiblio
- Projeto Sabor da Leitura na comemoração do Dia da Criança
- Avaliação/Inventário do acervo da sede TCE Cambéba.
- Participação no Seminário de Direitos Humanos
- Reforma da Biblioteca
- Na cerimônia de encerramento de 2018, a Biblioteca participou das ações com a premiação dos 10 usuários que mais fizeram empréstimos durante o ano, ocasião em que foram entregues os prêmios em ordem de classificação.

5.9 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.9.1 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Secretaria de TI do TCE/CE, visando o cumprimento de sua missão, desenvolveu várias ações durante o exercício de 2017, conforme mencionado a seguir:

GOVERNANÇA DE TI

Visando melhorar os processos da Secretaria de TI foram desenvolvidas ações específicas alinhadas a governança, sempre buscando que a área de TI do Tribunal de Contas suporte e aprimore os objetivos e as estratégias do órgão.



Integração das sedes do TCE

Após promulgada a Emenda Constitucional, n° 92/17, que repassa as funções do Tribunal de Contas dos Municípios para o Tribunal de Contas do Estado, a Secretaria de TI vem com os técnicos da área de TI dos dois tribunais, discutindo formas e processos que permitam a integração dos sistemas e da infraestrutura física e lógica necessária, nesse processo de fusão. Desta forma, foram realizadas diversas atividades, tais como:

- Reuniões com a finalidade de discutir e apresentar propostas para integrações dos Sistemas;
- Alterações das rotinas para viabilizar os sorteios dos processos da Sede TCE- Cambéba para os membros da Sede TCE- Centro;
- Elaboração de rotina para sortear os Municípios a serem fiscalizados por Membros do TCE;
- Instalação de infraestrutura inicial, com alterações em fibras ópticas e demais equipamentos cuja função é propiciar a comunicação de forma segura, criptografando todos os dados trafegados, entre as sedes.
- Minimizar problemas nas áreas de sustentação do parque de informática pela sede Cambéba com a ampliação da capacidade dos *No-breaks* da área de TI Cambéba com a finalidade de garantir a continuidade dessa estrutura, que vinha apresentando repetidas quedas de energia elétrica.
- Treinamento dos métodos utilizados pelos sistemas oriundos do extinto Tribunal de Contas dos Municípios – TCM para os servidores dos gabinetes da Sede TCE- Centro;
- Treinamento dos métodos utilizados pelos sistemas utilizados pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE para servidores dos gabinetes da Sede TCE- Cambéba;
- Reuniões para tratar das prioridades de questões que tratam de integrações entre os sistemas do extinto TCM com os sistemas do TCE;
- Início do estudo de viabilidade, planejamento, definição de estratégias para a integração entre os sistemas de processos do extinto TCM (SGP e PE) com o sistema de processos do TCE (SAP);
- Início da alteração dos Portais e sistemas dos municípios para o padrão do TCE;
- Reuniões para tratar das integrações físicas entre as sedes buscando propiciar os serviços já disponibilizados independentemente de sede, garantindo assim, melhor distribuição e controle dos recursos informatizados.
- Reuniões para viabilização das contas e permissões de usuários constantes dos dois Tribunais de Contas enquanto é concluída a expansão do alcance do domínio utilizado pela sede em detrimento do domínio do extinto TCM, com o mínimo de problemas para as equipes que continuam trabalhando e mantendo metas previamente estabelecidas.
- Adequação do espaço físico da Secretaria de TI para receber os novos servidores, oriundos do Extinto TCM, unificando assim as equipes responsáveis por sistemas, infraestrutura e suporte.
- Unificação dos protocolos nos sistemas SGP e SAP.
- Lançamento de nova versão do App TCE, durante evento com os jurisdicionados municipais, incorporando conteúdos e funcionalidades municipais.
- Adequação da topologia de rede de computadores com a inserção de *links* de comunicação de dados em alta velocidade por meio da Gigafor/Etice, permitindo uma comunicação rápida e estável entre as sedes Centro e Cambéba.
- Reconfiguração dos computadores oriundos do TCM para ingressarem na rede do TCE, seguindo os

padrões e políticas já definidas e implantadas nos equipamentos da sede Centro.

- Diversas adaptações no Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP foram necessárias logo após a fusão das Cortes, destacamos algumas a seguir; Inclusão na consulta de pauta os processos municipais e unificação da numeração dos pareceres no MPC, dentre outras.
- Diversas adaptações no sistema SGP, oriundo do extinto TCM, também foram necessárias serem implementadas após fusão das Cortes, incluindo geração do número de protocolo e emissão de etiqueta pelo sistema, eliminação do uso da protocoladora e ajustes na parte do MP e distribuição de processos.
- Já domínio de Folha de Pagamento e gestão de pessoas, várias ações de adequação para a incorporação dos servidores do TCM ao processamento de folha e registro dos assentamentos funcionais do TCE, dentre as quais destacam-se: cargas de dados pessoais da folha TCM na Folha TCE; carga de dados de consignações, planos de saúde, pensão alimentícia; adequações na Folha TCE para recepcionar pessoal do TCM e melhoria para processar pensão previdenciária.
- Adequação das seguintes contratações: licitação de antivírus; registro de preços de equipamentos de informática como computadores, impressoras, monitores, estabilizadores e scanners; locações temporárias de impressoras e computadores.

Apresentação do Sistema Ágora

Foi realizado, o treinamento do Projeto de automatização dos procedimentos de análise dos processos de prestação de contas, Sistema Ágora, para a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal.

Treinamento do Sistema de Gestão Patrimônio e Almoxarifado

A Secretaria de Administração, por meio da Gerência de Material e Patrimônio, e a Secretaria de Tecnologia da Informação realizaram, o treinamento sobre o Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SGPA), o qual substituiu o atual Sistema de Material e Patrimônio (SMP).

Apresentação do Projeto Piloto do SRPv2

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), promoveu o projeto-piloto do Sistema de Registro de Pessoal, versão 2 (SRPv2), junto a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Esse evento teve como objetivo apresentar o projeto e usá-lo em ambiente de produção de forma controlada, de modo a homologarem o sistema e na oportunidade surgiram propostas de melhorias que foram implementadas e, posteriormente, o sistema foi liberado para acesso a todos os jurisdicionados. Desenvolvido pela STI desde setembro do ano 2016, o SRP visa tornar eletrônicos os processos de Sistema de Registro de Pessoal.

Padronização do Processo de Desenvolvimento para Projeto de *software*

Foi apresentado por esta Secretaria de TI, uma proposta de padronização do processo de



desenvolvimento para ser usada nos projetos de *software* do TCE/CE. Essa referida proposta tem como objetivo documentar e servir como ponto de partida para os passos a serem seguidos durante o ciclo de vida de desenvolvimento dos sistemas do Tribunal, desde sua concepção até a implantação final em ambiente de produção.

Capacitação do Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP)

A Secretaria de Tecnologia da Informação, promoveu uma capacitação sobre o Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP), junto aos gabinetes do extinto Tribunal de Contas do Municípios, com objetivo de apresentar as funcionalidades do referido sistema.

Implantação e posterior treinamento sobre BI (*Business Intelligence*) e a utilização da ferramenta de *Business Intelligence* Saiku Analytics.

A Secretaria de Tecnologia da Informação implantou nova ferramenta de BI (*Business Intelligence*) chamada de *Saiku Analytics*. Nesse processo de implantação, foram realizadas capacitações, para os analistas de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado, voltadas a análise de dados da Classificação Orçamentária da Despesa e visualizarem os dados de execução orçamentária e receita provenientes do sistema S2GPR referentes a execução orçamentária do Governo do Estado.

Treinamento do Sistema de Registro de Pessoal (SRPv2) – 2º Módulo de Aposentadoria.

A Secretaria de Tecnologia da Informação, promoveu o treinamento de homologação do Sistema de Registro de Pessoal (SRPv2) – 2º Módulo de Aposentadoria, junto aos servidores da Gerência de Aposentadoria e Reforma, com objetivo de apresentar o segundo módulo do projeto e debater sobre as propostas de melhorias.

Redesenho dos processos internos

A Secretaria de TI, após a finalização dos 06 procedimentos internos de infraestrutura e suporte, deu continuidade realizando ajustes, para posterior validação e publicação.

Capacitação do Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP) e Sistema de Registro de Pessoal (SRP)

A Secretaria de Tecnologia da Informação, promoveu uma capacitação sobre o Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP), na sede Cambéba, com objetivo de apresentar as funcionalidades e usabilidades do referido sistema aos Gabinetes da Corte de Contas.

Apresentação do Sistema de Recursos Humanos (SRH).

A Secretaria de Tecnologia da Informação, promoveu a apresentação do Sistema de Recursos Humanos (SRH) para os servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Essa referida apresentação teve como finalidade identificar o nível de maturidade da aplicação nessa Corte, a fim de ser analisada a utilização do SRH pelo TCE – PI.

Projeto CDC

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), recebeu representantes da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e da Superintendência da Polícia Civil. O objetivo da visita foi conhecer a tecnologia Contêiner Data Center (CDC).

SISTEMAS

Portal de Serviços Eletrônicos (e-TCE)

O e-TCE que tem como objetivo principal promover a virtualização dos documentos e processos produzidos e tramitados no âmbito do TCE com o adequado suporte tecnológico e legal, visando o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas na Corte e o pleno cumprimento de sua missão institucional. Seguem abaixo algumas das melhorias e/ou ajustes realizados no referido Portal de Serviços:

Vista e Peticionamento Eletrônico

O sistema de Implantação Vista e Peticionamento Eletrônico foi finalizado e implantando. Algumas melhorias foram solicitadas pelo gestor do sistema, tais como.

- Divulgação do *link* para o acesso do Manual de Utilização do Sistema;
- Permissão de acesso ao sistema de peticionamento e vista para todos os servidores do TCE;
- Cadastramento dos tipos de peticionamento e tipos de documentos anexos que ficaram disponíveis para os usuários do sistema.
- Ajustes na tela de petição inicial;
- Manual atualizado;
- Ajustes no despacho automático;

Sistema de Registro de Pessoal (SRPv2)

O projeto é uma evolução do atual Sistema de Registro de Pessoal, que traz como principais inovações, dados sendo enviados pelos jurisdicionados e análise automática de algumas regras e já foram realizadas diversas melhorias e novas funcionalidades, tais como:



- Alteração no caminho do Documento Protocolo Geral para permitir sua visualização;
- Alteração nas telas que ainda não estão adequadas a nova estrutura;
- Correção do problema do “sexo” no Linux;
- Alteração – Detalhar concurso do jurisdicionado para seguir nova estrutura de abas;
- Inserido informativo sobre cadastro de novos níveis no cadastro de concurso;
- Criação do conversor para CPF, protocolo geral e processo;
- Refatoração do relatório do Ato de Nomeação;
- Cadastro de Concurso, Editais;
- Criação do filtro para exibir apenas os atos do responsável técnico selecionado na tela de Gerar Informação;
- Correção ao gerar informação na tela cadastro de informação;
- Criação da mensagem ao enviar um ato para o gerente na tela de listagem de atos atribuídos;
- Alteração no label da ação “Nova informação” para “Elaborar informação”;
- Adição de coluna exibindo a classificação e criação do filtro para listar atos pela classificação;
- Ajuste no tamanho das colunas das tabelas;
- Alteração nos status do ato;
- Correções de visualização de documento de processo em diligência no módulo jurisdicionado;
- Melhoria na mensagem de alerta, acerca do envio de ato fora do prazo;
- Inclusão de Assinantes;
- Melhoria na consulta dos processos que estão em diligência;
- Criação de e-mail de alerta ao enviar o ato de nomeação;
- Correções do Sistema SRP em produção;
- Inserido o prazo da diligência na Tabela;
- Criação de e-mail de alerta ao interessado no envio do ato de nomeação;
- Criação de campo “carga horária” no classificado;
- Criação de alerta quando não for preenchido a quantidade de vagas para deficiente;
- Realizados ajustes na tabela de verificação das regras.
- Criação da funcionalidade de controle de prazo de envio do edital;
- Melhorias no campo cadastro de concurso;
- Criação do campo “Data de emissão do parecer da PGE”;
- Criação de alerta sobre envio do ato fora do prazo da IN;
- Inserção do campo enquadramento – promoção;
- Criação do campo: Alteração de carga horária;
- Mudança em nomenclatura da tela análise aposentadoria;
- Alterações no cadastro de classificado, permitindo a exclusão de classificado;
- Melhorias no envio de aposentadoria: Criação do campo na tabela dados funcionais;
- Criação referente a informação do responsável pelo envio NOME SOBRENOME;
- Criação das ações para ‘Editar Edital’ e ‘Visualizar Edital’ um edital na tela de cadastro de concurso;
- Alteração no SACM para que seja possível abrir os *links* das classificações numa nova guia;
- Elaboração/Implementação de uma estrutura de críticas/justificativas no módulo do jurisdicionado;
- Aplicação no parâmetro mínimo de diferença dos valores monetários;
- Criação de nova tabela só para os casos que tem duas fixações;

- Criação de funcionalidade da voluntária Integral Policiais – LC 51/1985;
- Criação de setor “Processos em diligência” (PED);
- Criação de campos “Tipo” e “Contribuição”;
- Criação de campo inserir a quantidade de dias das deduções;

Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP)

Durante o ano de 2017, foram realizadas diversas melhorias no Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP, dentre as quais destacamos:

- Criação de formulário para tratar processos extraviados;
- Criação de tabela processos extraviados;
- Criação de funcionalidade para controlar:- Determinações, - Recomendações, - Débito e Multa quando o cadastramento/acordão;
- Inclusão na etiqueta do processo a informação de reconstituição dos autos;
- A partir de dados do SAP, o documento PAUTA DE JULGAMENTO, bem como a forma de disponibilização da mesma em nosso portal;
- Alterações no tipo de documento despacho (formatação);
- Melhoria realizada na rotina de sorteio para validar sorteio em relação aos impedidos;
- Criação de crítica no encaminhamento de processo para bloquear trâmites de processos com responsável técnico em aberto.
- Melhoria na funcionalidade de Rota por Setor;
- Criação de parecer no SAP para o setor da Procuradoria Jurídica;
- Criação de documento denominado CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO;
- Inclusão na etiqueta do processo a informação de reconstituição dos autos;
- Disponibilização de documentos no SAP;
- Disponibilização de relatórios solicitados por diversos setores.
- Envio de quantitativo de pareceres orais emitidos pelos Procuradores de Contas;
- Distribuição de processos no MPC;
- Inserção de um asterisco (*) para identificar os processos eletrônicos;
- Alterações de perfil de usuários;
- Transformação de processos físicos em eletrônicos;
- Disponibilização de texto padrão para gerências;
- Criação de Atos Processuais de acordo com a Portaria N-01/2017;
- Correções nos trâmites dos processos;
- Relatório de consulta – setor atual/espécie/status;
- Geração de histórico da pontuação através do responsável técnico;
- Criação de situação processual – Estágio Probatório;
- Criação de documento no Eproc/ SAP;
- Transformação de processo eletrônico em físico;
- Emissão de relatórios gerados a partir do SAP, referentes aos meses de julho a dezembro de 2017;



- Correção no numera;
- Exclusões de despachos;
- Ajustes nas consultas – Pesquisas totalizadas e espécie processual;
- Realização de pesquisa gerencial da quantidade de processos de nomeações em diligência;
- Adaptação do sistema decorrente da migração da origem dos arquivos das Atas;
- E as demais adaptações demandadas pela integração entre as sedes do TCE Ceará.

Sistema de Acompanhamento de Processos (SAPv2)

Quanto ao Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP 2, foram implementadas diversas novas funcionalidades, dentre as quais destacamos:

- Correções pontuais (Consulta > Processo > Documentos, Quantitativo Julgamento);
- Migração das consultas do SAP para o SAPv2;
- Criação do módulo para gerenciar tabelas de categorias e cargos;
- Habilitação do setor SECEX para gerenciar os tipos de documentos por tipo de entidade;
- Continuidade na geração de dados para o informativo de Jurisprudência a partir da leitura das decisões protocoladas;
- Disponibilização no ambiente de produção a funcionalidade “Pontuação Extra por Protocolo Geral”.
- Criação de filtro com a opção considerar separadamente os processos agrupados;
- Correção na consulta de prazo de esclarecimento;
- Implementação do menu deliberações e respectivas consultas;
- Correção de todas as consultas do SAPv2 para substituir o SAP;
- Implementação da funcionalidade - “Cadastro de Conduta Individualizada”;

Sistema de Controle de Multa (SCM)

No Sistema de Controle de Multa (SCM) foram realizadas algumas manutenções corretivas solicitadas pela Secretaria demandante, visando melhorar sua usabilidade. Contudo a Secretaria de TI, vem desenvolvendo uma nova versão do Sistema de Controle de Multa, com a finalidade de atualizar as tecnologias e implementar novas funcionalidades sugeridas pelos demandantes. Tais como:

- Criação da calculadora para o setor da secretaria com intuito de auxiliar no cálculo das correções das multas aplicadas;
- Criação da tabela da Poupança no ambiente de desenvolvimento;

Melhorias no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Indicadores (SAGI)

O Sistema de Acompanhamento e Gestão de Indicadores automatiza as rotinas de cálculo da Gratificação de Desempenho da Carreira de Controle Externo – GDCE. A partir dele, pode-se realizar o acompanhamento em tempo real dos resultados alcançados, que auxilia na gestão e na tomada de

decisão mais adequadas, quando necessário. Também é possível gerar relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Foram realizadas algumas alterações no Sistema de Indicadores deste Tribunal de Contas, demandado por alguns setores. Dentre as quais destacamos:

Alterações nos indicadores dos despachos singulares dos gabinetes dos conselheiros e auditores;

- Exclusão de processos da base de cálculo utilizada para se aferir o indicador “índice de redução de processos em estoque no período”;
- Correção da aba de detalhamento da pontuação;
- Correção do relatório e tela de visualização dos resultados dos indicadores;
- Correção de cadastro no “responsável técnico” para emissão de certificados;
- Correção na geração de PDF dos indicadores.
- Criação de Controle de Pontuação Extra;
- Correções nas pontuações.
- Melhorias nos relatórios;
- Inclusão da persistência dos resultados em tabelas separadas;
- Correções de documentos e responsáveis;

Melhorias no Sistema de Gestão Educacional (SIGED)

A Secretaria de TI vem implementando diversas melhorias no Sistema de Gestão Educacional, dentre as quais destacamos:

- Adição de órgãos municipais para seleção no momento da inscrição no ambiente não logado;
- Tratamento condicional para a obrigatoriedade da matrícula do participante no momento da inscrição;
- Correção de erro no relatório de eventos por participantes;
- Correção da funcionalidade “incluir gastos”;
- Alteração do label “Quantidade de ações fomentadoras de inovação” para “Percentual de servidores capacitados para o uso de recursos tecnológicos”;
- Alteração do layout de relatório;
- Alteração do label do 1 de “Quantidade de eventos realizados para a conscientização do público interno e externo” para “Quantidade de ações de integração promovidas”;
- Inserido número de ações nos cálculos;
- Alteração do label do 2 de “Percentual de ações realizadas do plano de capacitação” para “Percentual de execução do plano de capacitação dos jurisdicionados”
- Incluído a meta “85%”;
- Exibição dos respectivos totais a partir de consulta ao banco de dados;
- Inserido no cálculo de capacitações realizadas do plano anual $*100 / \text{Capacitações previstas no plano anual}$.



- Alteração do label do 3 de “Quantidade de ações fomentadoras de inovação” para “Percentual de servidores capacitados para o uso de recursos tecnológicos”
- Incluído a meta de 10%;
- Inserido em cálculo, servidores capacitados * 100/ Total de servidores do TCE;
- Exibição do valor entrado e o indicador calculado por fora.
- Inclusão de “Gastos para Membros”;
- Correções na funcionalidade “Incluir Gastos”.
- Inclusão de “Gastos para Membros”;
- Correções na funcionalidade “Incluir Gastos”.
- Desenvolvimento do back-end para disponibilizar os dados consumidos pelo aplicativo do TCE;

Melhorias no Sistema de Recursos Humanos (SRH)

A Secretaria de TI vem implementando diversas melhorias no Sistema de Recursos Humanos, dentre as quais destacamos:

- Adaptação para o gerenciamento das carreiras e ingresso no cargo atual;
- Lançamento de dias para contagem em dobro relativos à determinada licença especial;
- Desenvolvimento de novos relatórios gerenciais.
- Criação do tipo de férias “Abono pecuniário de férias”;
- Verificação a respeito da validação do tipo férias indenizadas que deve possuir até 30 (trinta) dias;
- Correção da paginação do resultado da consulta de deduções;
- Aplicada a inclusão de férias corretamente na alteração.
- Melhorias de consultas e adaptações de lançamentos em relação a dados funcionais e/ou pessoais;
- Criação de relatório de óbitos de servidores cadastrados;
- Melhorias no gerenciamento de concessões de abono de permanência;
- Implementado a apuração do tempo de serviço;
- Geração do quadro de ocupações de cargos nos moldes do Portal da Transparência;
- Criação de relatório de servidores por sexo e aniversariantes;
- Desenvolvimento de melhorias para aprimoramento do SRH;
- Ajustes menu de consulta;
- Melhorias de consultas e adaptações de lançamentos em relação a dados funcionais e/ou pessoais;
- Criação de relatório de óbitos de servidores cadastrados;
- Melhorias no gerenciamento de concessões de abono de permanência;
- Implementado a apuração do tempo de serviço;
- Geração do quadro de ocupações de cargos nos moldes do Portal da Transparência;
- Criação de relatório de servidores por sexo e aniversariantes;
- Ajustes menu de consulta;
- Controle da contagem em dobro relativa à Licença Especial;
- Adaptação do formulário de cursos e as respectivas consultas, para o controle do tipo de pós-graduação;

Sistema de Informações Gerenciais (SIG)

A Secretaria de TI deu início ao desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais, que tem como objetivo a tomada de decisões. O referido sistema utiliza gráficos e recursos visuais para transmitir informações de forma sintética. Foram realizadas diversas implementações. Tais como:

- Layout: Melhorar cores e escala do gráfico;
- Implementação das consultas da Área Administrativa (estoque, despesas);
- Entrega da Versão 1.0 das consultas da Área Administrativa;
- Integração do plano de ação do Redmine;
- Ajustes nos gráficos exibidos na TV;
- Alterações na configuração do *spring-security* do SCA;
- Exibição de informações do estoque detalhado dos setores em pop-up;
- Ajustes na exibição visual;
- Ajustes dos *labels* na tela da TV;
- Criação e Disponibilização do ícone na área de trabalho;
- Remoção dos setores que não fazem parte do Controle Externo;
- Exibição de informações do estoque detalhado dos setores em um *Pop-up/modal*;
- Ajustes na exibição visual;
- Refatoração e otimização das consultas SQL e Documentação no Redmine;
- Disponibilizado no ambiente de produção;

Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoarifado (SGPA)

O SGPA é um sistema que obedece a regras de avaliações de bens permanentes, envolvendo análise de requisitos, documentação, codificação e implantação. A Secretaria realizou diversos ajustes, tais como:

- Correção de relatório de conciliação;
- Alterações de planilhas com estoques de itens de almoarifado;
- Correções na mensagem do relatório de consumo;
- Geração de planilha com informações sobre os tombos para auditoria;
- Atualização do código do tomo na tabela item aquisição;
- Atualização de especificação de item no Banco de Dados.
- Alteração no banco de dados por erro na finalização de aquisição;
- Verificações de bens depreciados;
- Atualização de data do tomo base de produção;
- Procedimentos para zerar depreciação;
- Correções da data de atesto de aquisições;
- Correções das aquisições do SMP;
- Excel de relatórios exportados;



- Lista de bens inservíveis;

TCE APP

O Projeto de Aplicativo Móvel do Tribunal tem por objetivo realizar consultas através de um aplicativo para os cidadãos. Foram realizadas diversas implementações, tais como:

- Estudos sobre o código do aplicativo TCM;
- Integração do aplicativo do TCM ao do TCE;
- Implementação das despesas do Portal da Transparência do Estado;
- Publicação do aplicativo nas lojas;
- Preparação dos Totens para apresentação do aplicativo;
- Implementação do *layout*;
- Configuração e implementação inicial do projeto;
- Atualização para o *Ionic 3*;
- Alterações as URLs para HTTPs.
- Implementação do *layout*;
- Criação de telas Menu Comunicação;
- Criação página inicial: Consulta de processos, sessões, jurisprudência, contas de governo, revista TCE, DOE, portal de serviços, ouvidoria.
- Criação de tela listagem de eventos do IPC (Sigid);
- Criação de tela de detalhes de eventos;
- Criação de tela “Meus Eventos” - Emissão de certificados e desempenho nas participações em eventos do IPC;

Sistema de Análise de Ordens de Pagamento SAOP

A Secretaria de TI deu continuidade a adequações e melhorias, tais como:

- Criação de coluna para pagamento de referência;
- Solicitação ao DBA permissão para acesso via DB *link* às tabelas;
- Correção da tela “Consultar Envio de Arquivos”;
- Troca de conexão do BI antigo para o BI novo;
- Substituição da utilização do *skOrgao* por *codUnidadeGestora + exercício*;
- Alteração da tela “Consultar Entidade”;
- Atualização na regra de negócio.
- Alterações no projeto para evitar erros de *memory leak* ao fazer *deploy/redeploy* no Tomcat via Jenkins;
- Adicionados certificados de cadeia ao verificador como certificados confiáveis;
- Aumento do limite máximo de upload de documentos de 10 Mb para 15 Mb.
- Alterações no código para melhorar o desempenho das consultas de pagamentos fora da ordem, por entidade e por Credor, que serão disponibilizadas no Portal do TCE-CE.

Sistema de Ouvidoria

O Sistema de Ouvidoria tem como objetivo principal registrar as interações do público externo com a ouvidoria do TCE e durante o ano de 2017 foram realizadas diversas melhorias, tais como:

- Criação de consulta de trâmites;
- Atualização de consulta de prazo médio;
- Implementação da funcionalidade para exportar os dados dos trâmites;
- Atualização da consulta de prazo médio para levar em consideração a mudança dos encaminhamentos para vários setores,
- Criação de uma réplica do código fonte para o desenvolvimento da aplicação e, posteriormente, a disponibilização da mesma em ambiente de homologação (*branch* de homologação) no GIT, sistema de controle de versão utilizado pelo TCE-CE.

CI Eletrônica (SCIE)

O Sistema de Comunicação Interna em formato Eletrônico (SCIE) está sob a gerência da Secretaria de TI. Foram realizados ajustes, visando melhorar a usabilidade do referido sistema, dentre os quais destacamos:

- Ajuste no status cancelado “sem envio” da C.I eletrônica;
- Correções no envio do e-mail;
- Ajustes de dados após envio de CI;
- Correções ao renomear arquivos;
- Ajustes de dados após envio de CI;
- Correções ao renomear arquivos.

Melhorias no Portal da Transparência

A STI realizou melhorias no Portal da Transparência, na elaboração de consulta para pagamentos das despesas extras orçamentarias (consignações e restos a pagar).

Diário Oficial Eletrônico (DOE)

Foram realizadas diversas melhorias no Sistema, dentre as quais destacamos:

- Continuidade da criação da funcionalidade que verifica a data do documento no SAP;
- Inserção das observações nas matérias realizadas pelo MPC;
- Realização de tratamento especial para seção Municípios – Não exigir subseção;
- Refatoração na geração do diário;
- Alterações no template para inserir os procuradores e conselheiros substitutos oriundos do TCM;



- Criação de relatório específico no referido sistema com a inclusão da subseção “Relatório”;
- Ajustes na finalização das matérias publicadas;

Site do TCE

A STI deu continuidade nas melhorias, referente a usabilidade do site do TCE, realizando manutenções periódicas no site atual, migrando a plataforma utilizada por uma das mais novas versões desta, assim garantindo a segurança no conteúdo divulgado, dentre a qual destacamos:

- Ajustes gerais no site com instalação de novos componentes;
- Melhorias de layout com a implementação do *Layout* responsivo;
- Criação de estrutura de menu no site responsivo para exibir os *links* de acesso rápido;
- Substituição de consultas do Portal do TCE em Mentawai/PHP por consultas usando novas tecnologias.
- Ajustes gerais no site com instalação de novos componentes;
- Ajustes na Administração do *Site*;
- Criando estrutura de menu no site responsivo para exibição de *links* de acesso rápido;
- Migração para padronização das Consultas no Portal do TCE;
- Migração do Site do IPC para o Joomla!;
- Criação, ajustes e liberação das páginas com conteúdos e serviços relacionados aos Municípios;

APP Escolas

Foi homologado, implantado e divulgado o aplicativo para recebimento de denúncia. O referido app (abreviação da palavra ‘*applications*’) permite ao cidadão se manifestar mais facilmente acerca de irregularidades nas escolas estaduais.

INFRAESTRUTURA

Abertura de processos para aquisições, contratações e prorrogações contratuais.

Durante o ano de 2018 foram providenciadas análises dos contratos ativos de ambos os Tribunais buscando identificar aqueles que poderiam ser suprimidos ou acrescidos e assim suprir as novas necessidades contratuais, conforme detalhamos a seguir:

- Prorrogação do Contrato nº 09/2015, oriundo do extinto Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, junto a empresa F-Treze Tecnologia Eireli – EPP, para prestação de serviços de sustentação de ambiente de TI, com administração, monitoramento e execução de processos, rotinas e aplicações necessárias para manter em funcionamento, em regime de 24x7, os ambientes de TI, compostos de parques computacionais de servidores das plataformas distribuídas, e dos sistemas que são processados nesses ambientes, por mais 12 (doze) meses.

- Prorrogação dos contratos, junto a empresa BRy Tecnologia S.A, o primeiro tem como objeto a prestação de serviços de suporte, assistência técnica e manutenção em *hardware* bem como atualizações de *softwares* em 02 (duas) protocoladoras digitais de documentos eletrônicos, modelo BRy PDDE HLB. O segundo trata de Contratação de serviços especializados, de segurança de documentos eletrônicos, conforme detalhamento constante do processo de Inexigibilidade de Licitação protocolado no TCM sob nº 2016. TCM.LIC.20830/16, cujo teor fornecem uma solução de Plataforma de Documentos Eletrônicos Segura, composta por disponibilização de módulos de segurança, suporte técnico, manutenção e atualização tecnológica, de forma a permitir a modernização administrativa, racionalização e desmaterialização de processos, assim como redução de custos e melhoria dos processos do TCE-CE.
- Prorrogação do contrato, junto a empresa Mapros Ltda., para prestação de serviços de manutenção dos nobreaks em atividade na sede Cambeba, a prorrogação do contrato foi firmado para um curto espaço de tempo, sendo este suficiente para a Secretaria de TI deste Tribunal de Contas ter condições para programar e executar o *moving* dos equipamentos de rede da sede Cambeba para o Container Data Center, localizado na sede Centro.
- Prorrogação do contrato de auditoria e certificação de equipamentos e carimbadores de tempo, PDDE – Protocoladora Digital de Documento Eletrônicos, junto a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC), interveniente executor do Observatório Nacional (ON) que é a instituição legalmente designada para gerar, conservar e disseminar a Hora Legal Brasileira (HLB), utilizada no carimbo de tempo dos processos digitais do TCE/CE.
- Prorrogação do contrato junto a empresa Network Secure Segurança da Informação Ltda, para ajuste no novo ambiente de rede que foi apresentado no momento da inserção da rede do extinto TCM, com fins de garantir a expansão física e Lógica de rede IP, garantindo com segurança e performance o trânsito livre de documentos gerados entre as sedes. Nesse ajuste, foi necessário a consecução de um projeto maior de rede, pois houve uma duplicação em números de acessos ao sítio do TCE, que absorveu as demandas do sítio do TCM assim como o trânsito de informações oferecidas e buscadas via Internet pelos usuários, trânsito este, examinados e analisados por equipamentos de segurança.
- Prorrogação dos contratos de serviço redundante de *link* dedicado e fornecimento de conectividade IP (Internet Protocol) com conexão dedicada *Full Duplex*, com velocidade de 100 (cem) Mbps e fornecimento de 15 (quinze) IPs públicos (válidos e roteáveis) junto a empresa SobralNet Serviços e Telecomunicações Ltda, que atende com *links* específicos as duas sedes.
- Nova contratação de serviço de suporte técnico de *software* junto a empresa Oracle do Brasil S.A com níveis de serviço: *software update* e *product support* para 02 (duas) licenças do SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de dados) Oracle versão *Standard Edition One* (SEO) deste Tribunal de Contas.
- Nova contratação junto a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará – ETICE, para prestação de serviços de informática, para provimento de serviços de transporte de dados e Internet a velocidade total

de 600 (seiscentos) MBPS, distribuídos em 3 (três) *links* de 200 (duzentos) MBPS separados e entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sendo um dos *links* direcionados para um dos pontos da contratante, conforme sua conveniência, através de VPN (*Virtual Private Network*). O serviço inclui: acesso às redes de teleinformática do Governo do Estado; utilização de sistemas de informação e banco de dados corporativos ou setoriais, cujos dados trafeguem, pelas redes de teleinformática do Governo do Estado do Ceará; e acesso à Internet.

-
- Prorrogação de contrato junto a empresa Trade IN – Techonology Comércio e Serviços em Informática Ltda. – EPP para prestação de serviços de monitoramento remoto 24x7x365, administração e suporte técnico em plataforma SGBD Oracle, para execução de atividade pré-definidas como instalações, correções, configurações, gestão de releases/patches, backup, diagnóstico, customização, *tuning*, suporte corretivo e preventivo voltados à resolução de problemas, esclarecimentos de dúvidas, análise de ambiente e aplicação de procedimentos de melhoria e atualizações diversas e outras atividades de acordo com a necessidades que sejam inerentes ao processo de administração e suporte técnico na plataforma Oracle já em operação neste Tribunal, de acordo com as especificações e quantidades constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2106-TCE/CE.
- Processo de contratação de empresa com a finalidade de *outsourcing* de impressoras e computadores, para suprir de imediato a necessidade de equipamentos junto a sede Cambeba, enquanto as aquisições de equipamentos similares são adquiridos.
- Assim como foram providenciadas análises das necessidades urgentes de aquisições de equipamentos e ou *softwares* para minimizar diferenças entre os parques de ambos Tribunais, dos quais detalhamos a seguir:
- Registrado em Ata para futuras aquisições até 500 (quinhentas) licenças CAL (*Client Access License*) com *software Assurance* de no mínimo 36 (trinta e seis) meses, parte do programa MPSA (*Microsoft Products and Services Agreement*) categoria *Government Partner* como pré-requisito para migração do esquema Microsoft Server da rede Corporativa do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE. Licenças estas são para substituir licenças CALL de esquemas anteriores a 2012 assim como alcançar a inserção de equipamentos oriundos do TCM na rede corporativa do TCE,
- Registrado em Ata para futuras aquisições até 500 (quinhentas) licenças de Antivírus da Marca Kaspersky Endpoint Security for Business nível Select para 12 (doze) meses, com a função de substituir o antivírus dos equipamentos oriundos do extinto Tribunal de Contas dos Municípios.
- Registrado em Ata para futuras aquisições, diversos equipamentos (gavetas, discos e *softwares*, compatíveis com o storage EMC já utilizado pela Secretaria de TI, sede Centro) visando permitir de forma paulatina a expansão na capacidade de armazenamento da produção documental deste Tribunal.
- Registrado em Ata para futuras aquisições diversos equipamentos como computadores, impressoras laser, impressoras multifuncionais, scanner de mesa, estabilizadores e monitores com pivot, visando a

substituição de parte dos equipamentos oriundo do extinto TCM, decorrente dos mesmos não se adequarem as necessidades da rede do TCE, assim como substituição dos equipamentos elencados nos contratos de *outsourcing*, quando da finalização destes contratos.

- Iniciado o processo de contratação de empresa especializada em *update* e configuração do controlador de domínio de rede Windows Active Directory (AD) ambiente 2003 para ambiente 2012, comportando um domínio único entre as sedes, com instalação de controladores de domínio físicos e virtuais, configuração de servidores DNS (*Domain Name System*), DHCP (*Dynamic Host Configuration Protocol*) e WDS (*Windows Deployment Services*), assim como treinamento para transferência de conhecimento nos serviços implementados.
- Iniciado o processo de aquisição de pós-garantias de equipamentos da marca HP – Hewlett-Packard, atualmente localizados na sede TCE Cambeba, responsáveis pelo armazenamento de informações produzidas e recebidas por esse órgão.

Serviços de instalação e configuração efetuados pela equipe de infraestrutura da Secretaria de TI.

- Instalação e configuração do certificado Wildcard para implementação HTTPS no domínio tce.ce.gov.br, disponibilizado para autenticação do servidor de webmail do Tribunal, com esse protocolo de segurança, que sobrepõe o protocolo SSL (*Secure Socket Layer*) protocolo de segurança padrão internacional, o usuário final tem a garantia de esta utilizando fontes confiáveis.
- Implementação dos novos *links* da ETICE – Concomitante com a nova contratação da Empresa de Tecnologia do Estado do Ceará -ETICE, para fornecimento dos *links* necessários, e a permuta nos equipamentos de *firewall* contratados junto a empresa Network Secure, a equipe de infraestrutura efetuou a configuração e implementação da nova solução de acesso interno e externo ao TCE. Montando-se um *cluster* para uma porta de saída única de Internet assim como um canal seguro entre as sedes.

Criação de e-mails dos usuários do TCE Cambeba

Efetuada a criação e configuração de contas de e-mail para todos os servidores, colaboradores, etc., vindos do TCE Cambeba. As contas de e-mail foram criadas de acordo com o padrão já utilizado no TCE. Também foi feita a instalação e configuração de uma nova ferramenta chamada Ztools, para controle do serviço de webmail Zimbra e também para facilitar, centralizar e agilizar a configuração e implementação de novas contas no servidor de *webmail*.

Instalação de Tape Drive LTO-3 – LTO-6

Foi instalado os *Tapes Drives* com fitas do tipo LTO-03 e LTO-6, devidamente gerenciado pelo *Data Protector*, que são utilizados para geração de backups de dados e VM (*Virtual Machine*) e posteriormente acondicionados nos cofres de mídia, gerando mais uma camada de segurança.



Instalação do certificado de servidor Wildcard

Após o recebimento e homologação da aquisição do certificado do tipo *Wildcard*, foi implementado “https” no domínio “tce.ce.gov.br”. Com a função de garantir segurança nas transações que utilizam a Internet.

Migração de Equipamentos do Contêiner

Foi planejado e executado a migração dos equipamentos redundantes de armazenamento de dados, *storage*, da estrutura de servidores em *blade*, assim como a infraestrutura de fibras, *switches* SAN (*storage area network*) do *container* para o *site Backup*.

Instalação do servidor Produção (Oracle)

Projeto iniciado em 2016, com a aquisição de servidores robustos para migração de nossas bases de dados Oracle, que após a efetiva instalação dos equipamentos e sua homologação finalizada no 2º trimestre de 2017, foi concluída a última etapa deste projeto com a efetiva migração das instâncias de produção e *standby* devidamente homologados em agosto deste.

Trocas de memórias dos servidores IBM/Lenovo

Decorrente da necessidade de fornecimento de mais memória para os *cluster* de virtualização, foi realizada a adição de capacidade com a permuta de pentes de memória das lâminas de produção do Blade.

Pesquisas Organizacionais

Foram realizadas as pesquisas demandadas pelo setor da Gerência de Manutenção, Conservação e Transporte, Diretoria de Remuneração e Benefícios, Cosimat e Desenvolvimento organizacional. Cabe mencionar que a equipe de atendimento do suporte é responsável por preparar, ativar e apresentar ao demandante as respostas tabuladas, conforme padrão do *software* utilizado.

5.10 – GESTÃO DE PESSOAS

A globalização e o acelerado avanço tecnológico fizeram surgir novos modelos de gestão e, nesse cenário de grandes mudanças, a Gestão de Pessoas surgiu dentro das estruturas burocráticas governamentais, com o objetivo de dotar a máquina de maior flexibilidade, eficiência e qualidade nos serviços.

A adoção desse novo modelo de liderar pessoas trouxe novos conceitos para a esfera pública com

utilização de uma visão sistêmica, flexível, mais humana, em que as pessoas são consideradas o grande diferencial dentro do ambiente organizacional, pois são elas que geram resultados e melhoram a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Nessa direção, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará editou a Resolução nº 05/2010, que dispõe sobre a política de gestão de pessoas no âmbito de seu espaço organizacional, favorecendo a promoção de um conjunto de ações sistemáticas e continuadas, com a finalidade de valorizar as pessoas e oferecer serviço público de qualidade.

DAS AÇÕES REALIZADAS

Durante todo o ano de 2017, a Diretoria Administrativa e Financeira, por meio das áreas de Desenvolvimento Organizacional, Remuneração e Benefícios e de Atos Funcionais, continuou realizando diversas ações vinculadas à Gestão de Pessoas, conforme descritas abaixo:

Aprimoramento do atual modelo de Avaliação de Desempenho

As organizações hoje sabem que as pessoas são os ativos intangíveis que agregam valor à organização. Avaliar de forma efetiva o desempenho dessas pessoas contribui para o desenvolvimento de competências necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais, levando a uma Gestão baseada em desenvolvimento, meritocracia e sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a área de Desenvolvimento Organizacional, em 2017, desenvolveu o projeto de aprimoramento do atual modelo de Avaliação de Desempenho no âmbito do Tribunal. Para isso, elaborou os formulários de Avaliação de Desempenho com Foco em Competências, que são: Avaliação de Competências, Avaliação de Produtividade e Avaliação de Responsabilidades.

Consolidação das Competências Organizacionais, de Liderança e Gestão e Competências Específicas mapeadas no workshop realizado para este fim.



Com o objetivo de mapear as competências organizacionais e de Liderança e Gestão do TCE, alinhadas ao Planejamento Estratégico 2016/2020 foi realizado um workshop com cerca de 20 servidores, entre os 50, participantes da Oficina de Planejamento Estratégico.

O passo seguinte foi a consolidação dos dados coletados no workshop, para posterior descrição nominativa das Competências.

Projeto-piloto da Gestão por Competências e Produtividade

Com objetivo de disseminar o novo modelo de avaliação de desempenho, a Secretaria de Administração do TCE, por meio da área de Desenvolvimento Organizacional, realizou a discussão do projeto-piloto “Aprimoramento da gestão por competência e produtividade”.



Esta ação faz parte do Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

A iniciativa, preliminarmente voltada para servidores da Secretaria de Administração, será, posteriormente apresentada à Presidência, podendo ser replicada para todo o Tribunal. A servidora Evilânia Macedo foi a responsável pela apresentação do modelo.

Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL



A área de Desenvolvimento Organizacional iniciou ações no sentido de elaborar uma Minuta de Portaria que institua um **Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL** no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

O Programa terá por objetivo promover, em caráter permanente, a formação, o treinamento e o desenvolvimento de líderes, em todos os níveis, para o exercício de funções gerenciais.

Premiação de Reconhecimento Funcional

Atualmente, para a obtenção de maiores níveis de satisfação do corpo funcional, as organizações buscam alinhar os sistemas de recompensas de seus servidores aos objetivos organizacionais. Para isso, adotam novas tecnologias de recompensas, por meio de incentivos econômicos ou sociais, reconhecendo e valorizando aqueles servidores que, dentro de sua área de atuação, destacam-se pela eficiência e qualidade dos serviços realizados. Nesse contexto, a Secretaria de Administração, por meio da área de Desenvolvimento Organizacional, realizou a entrega de bottoms de lapela aos servidores que completaram 10 e 30 anos de serviços prestados no TCE.



Definida Nova Gestão de Estagiários do TCE Ceará

Aprimorar a gestão de pessoas, com foco na Nova Gestão dos Estagiários. Este é o objetivo do projeto que está sendo executado pela Gerência de Atos Funcionais, com os setores de Remuneração e Benefícios e de Desenvolvimento Organizacional, ambos da Diretoria Administrativa e Financeira. A ação faz parte do Planejamento Estratégico da Secretaria de Administração do TCE Ceará.



Palestra Como obter Alta Performance Profissional



“Não tem como desvincular. Muitos dos seus objetivos pessoais passam pelo lado profissional. Tenho percebido que as pessoas separam isso, tornam seu trabalho um fardo, um peso. A ideia é gerar uma nova visão sobre o trabalho, para que os colaboradores possam entender e ver seu trabalho de uma forma positiva e, através disso, gerar novos resultados, novas posturas, novos comportamentos.

Um ganho pra eles, pra instituição e para a sociedade”. Essa foi a declaração do Master Coach, Marcos Freitas, sobre a palestra “Como obter alta performance profissional”, ministrada para servidores, colaboradores e estagiários do TCE.

Aprimoramento do atual modelo de Avaliação de Desempenho

Avançando no desenvolvimento de um novo modelo de Avaliação de Desempenho, que avalie de forma mais efetiva o desempenho dessas pessoas, foi elaborado, para posterior análise, o Contrato de Metas, a ser assinado de comum acordo com a chefia imediata, conforme modelo proposto.

5.11 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA UNIDADE DE ARQUIVO

Durante o exercício de 2017, foram destacadas as seguintes atividades:

- Levantamento e eliminação de documentos das espécies documentais constantes das LEDs – Listagens de Eliminação de Documentos n^{os} 01 e 2 (Processo n^o 00855/2017-2) referente ao 14^o descarte, e LEDs n^{os}. 01 e 02 (Processo n^o 04589/2017-5) referente ao 15^o descarte.

Outras Atividades	Quantidade
Processos e documentos cadastrados no AUTODOC	2.617
Movimentações de Processos	2.763
Empréstimos	230
Consultas realizadas	1980
Pesquisa de processos extraviados	3.550
Revisão de cxs com inclusão de processos que não conste no sistema AUTOC	1.098

5.12 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO TCE CEARÁ

O ano de 2017 apresentou várias realizações desempenhadas pela Assessoria de Comunicação Social. Acompanhando as atividades do Tribunal, o primeiro trimestre de 2017 contou com o lançamento do Acontece TV, produzido e editado pela Ascom. Além de matérias e entrevistas, o Acontece TV divulga, semanalmente, boletins com o resumo das atividades no Canal do Youtube, nas mídias sociais e no portal institucional do TCE. www.youtube.com/tceceara.

Em janeiro, foram lançadas a Revista Cidadã e a Revista Controle – Doutrina e Artigos. A edição, diagramação, finalização e distribuição são realizadas pela Ascom. <https://goo.gl/rg84yC>.

Em fevereiro, o TCE/CE lançou o aplicativo Controle Cidadão. Coube à Ascom elaborar a marca e o layout das páginas, em trabalho conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação. O aplicativo tem como objetivo facilitar o envio de comunicações de irregularidades sobre o mau uso dos recursos públicos estaduais. A nova ferramenta é mais um canal direto de comunicação entre a sociedade e o Tribunal. Veja reportagem <https://goo.gl/5wd1VD> ou assista ao lançamento <https://goo.gl/H6PTqf>

No mesmo mês, o Tribunal enviou à Assembleia Legislativa do Estado os Relatórios de Atividades do 4º Trimestre e o Anual de 2016. As publicações, que reúnem as principais ações desempenhadas pela Corte de Contas, são editadas pela Assessoria de Comunicação. <https://goo.gl/LKJ7GX>

O segundo mês do trimestre encerrou com a criação da campanha sobre o Carnaval 2017. O mote foi: “conselhos” para uma festa saudável.

Em março, o TCE/CE apresentou o projeto Transparência na Gestão Pública, segunda edição do Controle Cidadão, realizado durante todo o ano de 2017, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR) e a Universidade Aberta do Nordeste (UANE). O objetivo é aperfeiçoar o diálogo com a sociedade, utilizando ferramentas da democracia participativa. Essa Assessoria de Comunicação é responsável pela gestão do projeto, validação dos fascículos, divulgação, monitoramento e clippagem do material. <https://goo.gl/i8RUoC>

Também em março, a Corte de Contas lançou o hotsite do IV Congresso Internacional de Direito Financeiro, realizado dias 8 e 9 de junho, no TCE Ceará, com o tema “Novas fronteiras do Direito Financeiro”. Coube à Ascom o desenvolvimento de todo material de divulgação, além dos *templates*, estruturação das informações, edição de vídeos e divulgação.

No final de março, o TCE/CE enviou à Assembleia Legislativa a Prestação de Contas Anual, com informações sobre o exercício financeiro de 2016. Na publicação, diagramada pela Ascom, o Tribunal presta contas dos recursos públicos utilizados em suas ações, demonstrando a regular e efetiva gestão dos valores e os resultados obtidos, a fim de assegurar à sociedade a transparência dos seus atos. <http://migre.me/wqhTN>

Em abril, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará enviou à Assembleia Legislativa a Prestação de Contas Anual, reunindo informações sobre as ações implementadas ao longo do exercício financeiro de 2016. O documento destaca as atividades desenvolvidas em diversas áreas de atuação do TCE, bem como a execução orçamentaria e financeira e os processos de aquisições realizados. Toda diagramação e planejamento gráfico foram executados pela Ascom. <https://goo.gl/MwJiqc>

No mesmo mês, a Corte lançou a Revista Controle – Doutrina e Artigos, durante a XII Bienal Internacional do Livro do Ceará. O periódico atende a todos os pré-requisitos das mais renomadas publicações científicas. Para o evento de lançamento, a Assessoria de Comunicação produziu artes para divulgação *online*, a diagramação, desenvolveu *layout* e fez o acompanhamento da gráfica, além da criação de vídeo institucional sobre o TCE e a cobertura do evento. <https://goo.gl/KcxFxb>

As auditorias realizadas pelo TCE/CE nas áreas da saúde e educação são o tema central da mais recente edição da Revista Cidadã, publicação informativa da Corte de Contas, lançada também em abril. A produção completa da revista é da Ascom, que faz a seleção de matérias, entrevista, editorial, diagramação, ilustração e projeto gráfico. <https://goo.gl/ACjV3q>

Em maio, o município cearense de Maracanaú sediou a primeira concertação social do projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão, desenvolvido pelo TCE/CE, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR). A Assessoria de Comunicação Social realizou o contato com a imprensa, divulgação e a cobertura do evento. <https://goo.gl/szXALD>



No mês das Mães, a Ascom desenvolveu a identidade visual do evento e a campanha de divulgação, cobertura e edição de vídeo com homenagem gravada pelas conselheiras Patrícia Saboya e Soraia Victor. Ainda em maio, o TCE enviou à Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades, referente ao 1º trimestre de 2017, reunindo as principais ações da corte em janeiro, fevereiro e março. A elaboração do *layout* e diagramação do arquivo forem feitos pela Ascom. <https://goo.gl/cRbEXG>

O mês encerrou com a sessão onde foi apresentado o Parecer Prévio com as Contas do Governador do Estado, Camilo Santana, referente ao exercício 2016. A essa Assessoria de Comunicação coube a elaboração do material de divulgação e contato com a imprensa, criação da apresentação realizada pela relatora, Conselheira Patrícia Saboya, e a cobertura jornalística. <https://goo.gl/MCrhrB>

Coube à Ascom também diagramar o Relatório de Gestão, referente ao ano de 2016, do Instituto Plácido Castelo. <https://goo.gl/HgZu74>

Em junho, o TCE/CE sediou o IV Congresso internacional de Direito Financeiro, dias 8 e 9/6, no Plenário do Edifício 5 de Outubro, com transmissão ao vivo pela internet. Quanto à divulgação do evento, a Ascom criou marca, *site*, folder, etiquetas, certificados, vídeo promocional, cartazes, artes promocionais para as mídias sociais e fez contatos com a imprensa. Para a cobertura do encontro, foram produzidas telas de apresentações dos palestrantes, feitos registros com fotos, entrevistas, matérias e atendimento à imprensa.

1º dia – <https://goo.gl/7HkCm4>

2º dia – <https://goo.gl/MgcoH2>

A Corte de Contas, sob a coordenação da Corregedoria, lançou em junho, a Campanha “Ética: responsabilidade de todos”. A ação visa redobrar a atenção sobre as ações do dia a dia, reforçando a importância do comportamento ético e divulgando os Códigos de Ética dos Servidores e dos Membros do TCE/CE. A Ascom elaborou o planejamento da campanha, realizou a construção da identidade do projeto, criou as peças de divulgação e foi responsável pela veiculação e acompanhamento do material da campanha. <https://goo.gl/szdf45>

A segunda edição do seminário sobre Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão, encerrou o trimestre, com evento em Quixadá (23/6) que debateu sobre formas de combate à corrupção e a importância do fortalecimento dos controles externo, interno e social. A Assessoria de Comunicação fez a cobertura jornalística (fotos, vídeo e matéria). <https://goo.gl/tQFWBg>

No início do terceiro trimestre, este setor organizou a sexta edição da Mostra de Talentos – Modalidade Fotografia, cujo tema central é “Arquitetura do Ceará – Linhas e Formas”. Foi elaborado edital e realizada campanha de divulgação da marca, arte e matérias, entre todos que compõem a Corte de Contas.

Ainda internamente, a Ascom trabalhou nos anúncios para a divulgação do lançamento do CD “Ser de Espírito”, de autoria do servidor da Assessoria de Instrução de Recursos e Consultas, João Bosco Nogueira, além da cobertura jornalística. A equipe de design também foi responsável por elaborar um cartão de homenagem ao servidor aposentado da Secretaria de Administração, Creso José Nolasco Lopes.

Em agosto, o município de Tauá sediou a terceira edição do seminário sobre Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão. A Ascom fez a cobertura do evento.

<https://goo.gl/yVXeuJ>

<https://goo.gl/Ly9w1K>

Na sétima edição do TCE Debate, cujo evento discutiu “Os principais desafios para as concessões e para as PPP no Brasil”, toda edição do vídeo de abertura do encontro, material gráfico para divulgação e a cobertura com fotos, matérias escritas e gravadas ficaram a cargo da Ascom.

<https://goo.gl/ecUcX3>

<https://goo.gl/yJNJ53>

No mesmo mês, foi diagramado, por esta Assessoria, o Relatório de Atividades, referente ao 2º trimestre de 2017.

<https://goo.gl/tZ2i34>

Em setembro, o TCE/CE promoveu o III Encontro de Ouvidorias, que teve como tema central “Comunicação e Ouvidoria: Um olhar para o cidadão”. Todos os cartazes para o evento, convites, tela de plano de fundo, banner e o vídeo promocional ficaram a cargo desta Assessoria de Comunicação.

<https://goo.gl/WM2ud6>

<https://goo.gl/dbJr36>

Ainda em setembro, quando do Congresso Internacional sobre Combate à Corrupção: Atuação dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, a Ascom trabalhou na criação da marca, produção de banner, edital, cobertura completa do encontro mundial, edições de matérias e entrevistas para a intranet, portal e mídias sociais.

<https://goo.gl/KGVtzt>

<https://goo.gl/HNH3PV>



<https://goo.gl/nPHMXU>

Juazeiro do Norte, no cariri cearense, sediou a quarta edição do projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão. Coube a esta Assessoria de Comunicação a produção de peças de divulgação para sites e mídias sociais, contato com a imprensa e cobertura do evento.

<https://goo.gl/tjvu5m>

<https://goo.gl/P3Yn4K>

O trimestre encerrou com a criação do Manual da Nova Gestão de Estagiários, do TCE/CE, quando a Ascom realizou todo o projeto gráfico, diagramação e divulgação da publicação.

Sobral foi o último município visitado no ciclo de encontros do interior previsto pelo Projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão. Cerca de 250 pessoas da Região Norte participaram do seminário, no dia 5 de outubro, que contou com apoio antes, durante e depois na Ascom.

O setor também participou ativamente da efetivação de mais um Dia das Crianças no TCE/CE (20/10/2017), onde filhos de servidores, colaboradores e estagiários visitam seus pais no ambiente de trabalho, com direito a muitas brincadeiras, apresentação do Circo Escola e exemplos de solidariedade, com doação de cestas básicas. A preparação do material de divulgação, cartazes e vídeo promocional, bem como a cobertura fotográfica e jornalística ficou a cargo desta Assessoria.

<https://goo.gl/rHHd6w>

Em 27/10/2017, a comemoração pelo dia do Servidor Público e 82 anos do TCE/CE foi aberta com o descerramento da placa de inauguração do Estacionamento de Carros, no subsolo. Na ocasião, foi aberta a exposição de fotografias da Mostra de Talentos e realizada a entrega de bottoms a servidores pelos 30 anos e 10 anos de serviços prestados a esta Corte. Os certificados e a placa do estacionamento foram produzidos pela Ascom. No evento, foi lançada a mais recente edição da Revista Controle – Doutrina e Artigos, editada na assessoria.

<https://goo.gl/8r1RpH>

<https://goo.gl/y93j7c>

Em novembro (10/11/2017), ocorreu o seminário de encerramento do projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão, na Fábrica de Negócios do Sebrae, em Fortaleza. A gestão do projeto foi feita pela Assessoria de Comunicação Social, com apoio da Presidência.

<https://goo.gl/XCJafM>

<https://goo.gl/PEdChT>

No mesmo mês, foi enviado à Assembleia Legislativa mais um Relatório de Atividades, reunindo as principais ações da Corte de Contas referentes ao terceiro trimestre (julho, agosto e setembro). A diagramação do material ficou a cargo da Ascom.

<https://goo.gl/kfw5VL>

Como o Direito pode contribuir para o atingimento dos 17 objetivos da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”? Essa foi a questão central debatida no VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, dias 30/11 e 1º/12/17. A elaboração de todo o material promocional do evento, desde a logomarca, cartazes, banner, box truss, artes para site, convites, certificado, hot site, telas de apresentação) até a cobertura completa do evento, com edição de vídeos, fotos e notícias, foi missão cumprida pela Assessoria de Comunicação Social.

<https://goo.gl/wUGb3C>

<https://goo.gl/JnEcuU>

<https://goo.gl/h4FmN7>

Dezembro iniciou com solidariedade, quando o TCE/CE integrou a Campanha Papai Noel dos Correios, numa parceria firmada com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A elaboração de cartazes explicativos de divulgação, além das coberturas de adesão, entrega de presentes foram registros da Ascom.

<https://goo.gl/J6tuV6>

Em 08/12/2017, o Plenário da Corte recebeu o VIII TCE Debate, com o tema “Os Desafios ao Combate à Corrupção na Contemporaneidade”. Coube a esta Assessoria o desenvolvimento das peças de divulgação: cartazes, convites, certificado; artes para a página eletrônica interna, a Internet, além da cobertura jornalística (reportagens escrita e gravada em vídeo).

<https://goo.gl/7BaQdw>

Também em dezembro, o TCE/CE, em parceria com a Aprece, realizou o evento “O TCE Ceará e os Municípios – Ação e Cooperação no aprimoramento da Gestão”, reunindo 300 gestores, entre os quais 35 prefeitos municipais, na Universidade do Parlamento (Unipace), dia 13/12/2017. A Ascom cuidou da criação da marca e das peças de divulgação (banner; artes para internet; convites; certificados; box truss), bem como da divulgação do evento.



<https://goo.gl/XJN1C8>

Na oportunidade, foi lançado o aplicativo TCE/CE, com serviços oferecidos pela Corte e acessados diretamente do celular. Consulta, comunicação de irregularidades e acompanhamento de processos são exemplos de alguns dos produtos oferecidos pelo aplicativo. O APP foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), com layout da Assessoria de Comunicação Social da Corte. Também coube à Ascom a produção de um vídeo com todas as fotos participantes da Mostra de Talentos 2017 e impressão das imagens premiadas aos ganhadores.

Em dezembro, foi lançado o Relatório de Atividades da Corregedoria, relativo ao biênio 2016/2017. O documento foi elaborado pela Corregedoria, com apoio gráfico da Assessoria de Comunicação Social do TCE/CE, que cuidou do layout e diagramação do conteúdo.

<https://goo.gl/QqvhJr>

A Ascom também foi responsável pela produção do mais recente vídeo institucional da Corte. Filmagem, texto, passagens e edição foram feitos pela equipe de comunicação do Tribunal, com apoio de colaboradores do IPC e da Sala de Sessões. O setor também foi responsável pela criação do layout e do planejamento gráfico do Calendário 2018 do TCE/CE.

<https://goo.gl/XUkB7W>

Antes do encerramento do ano, o presidente Edilberto Pontes apresentou a um grupo de jornalistas cearenses o balanço das atividades desenvolvidas pelo órgão ao longo de 2017. O II Café com Dados, realizado dia 20/12, foi coordenado pela Ascom, que cuidou dos convites e contatos com a imprensa, da edição de um vídeo em homenagem à parceria com os profissionais de mídia, da produção de um livreto com o resumo das atividades e da confecção de gifts para os participantes. O evento contou com o apoio da Presidência e da Assessoria de Cerimonial do TCE/CE.

<https://goo.gl/qig8hY>

Na tabela abaixo, estão os números referentes a atividades desempenhadas no ano de 2017:

COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS – 2017	
Matérias publicadas na intranet	645
Matérias publicadas no Portal	314
Índice de matérias publicadas na mídia (impressa e internet/blogs/sites)	763
Publicações nas Mídias Digitais (Facebook, Twitter, WhatsApp e Youtube)	1.250
Cobertura de eventos internos	195

COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS – 2017	
Cobertura de eventos externos	102
Confecção de cartazes	144
Publicações Editadas pela Assessoria	64
Criação de Campanhas	31
Edição de vídeos /apresentações	166
Participação em projetos internos	16
Participação em projetos externos	23
Atendimento à imprensa	524
Envio de publicações	4.800
Média de Visitas ao site do TCE	549.371
Seção mais visitada no site do TCE	DOE CONSULTA: 73.283

FONTE: ASCOM.

5.13 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COSISMAT

A Coordenadoria de Sistema Integrado de Saúde e Meio Ambiente do Trabalho – COSISMAT destaca as principais atividades desenvolvidas no ano de 2017.

Serviços	Quant.
Atendimento médico	1.164
Apoio médico aos participantes das sessões plenárias*	108
Atendimento fisioterápico	1.554
Atendimento de atenção primária à saúde**	2.390
Atendimento odontológico	490

Obs.: * Sessões do Pleno, 1º e 2ª Câmaras. ** Aferição de P.A. glicemia, primeiros socorros.

Fonte: COSISMAT.



Fonte: COSISMAT.

A Coordenadoria de Sistema Integrado de Saúde e Meio Ambiente do Trabalho conta com a colaboração de todos os profissionais que fazem parte do setor para atuar na elaboração de atividades mensais que possam disseminar em todos os servidores e colaboradores desta Corte, a cultura da prevenção no que se refere ao tema referente a saúde e bem-estar de todos.

Destaca-se no ano em referência, as seguintes ações realizadas:

- Nos dias 16 a 20 de janeiro, foi realizado o Evento Profilaxia e ATF, contando com a participação de 17 pessoas.
- No mês Março, foram realizadas, quinzenalmente, sessões de *quick massage* nos funcionários desta Corte de Contas, contando com a participação de 13 pessoas.
- No dia 05 de maio, foi realizado a Campanha da Doação de sangue, contando com a participação de 66 pessoas.
- No dia 23 de junho, foi realizado a Campanha de vacinação, contando com a participação de 149 pessoas.
- No dia 30 de junho, foi realizado palestra sobre "Alimentação e Atividade Física", ministrada pela Dra. Erica Umbelino contando com a participação de 20 pessoas.
- Nos meses de abril, maio e junho, foram realizadas, quinzenalmente, sessões de *quick massage* nos funcionários desta Corte de Contas, contando com a participação de 102 pessoas.
- No dia 02 de agosto, foi realizado a Campanha de vacinação, contando com a participação de 77 pessoas.
- No dia 26 de setembro, foi realizado palestra com o tema "Falar sobre o suicídio: o que nos questiona sobre a vida", ministrada pela psicóloga Alessandra Silva Xavier, contando com a participação de 27 pessoas.
- Nos meses de julho, agosto e setembro, foram realizadas, quinzenalmente, sessões de *quick massage* nos funcionários desta Corte de Contas, contando com a participação de 58 pessoas.
- No dia 10 de novembro, foi realizado a Campanha da Doação de sangue, contando com a participação de 60 pessoas.
- Nos meses de outubro, novembro e dezembro, foram realizadas, quinzenalmente sessões de *quick massage* nos funcionários desta Corte de Contas, contando com a participação de 40 pessoas.

Fonte: COSISMAT.

5.14 – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA GERÊNCIA DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

Entre as ações desenvolvidas pela Gerência de Projetos e Edificações, durante o exercício de 2017, destaca-se a seguir as mais relevantes:

- 1 – Reforma dos espaços físicos da Biblioteca do IPC e Assessoria de Informações Estratégicas;
- 2 – Substituição progressiva da iluminação do Edifício-Sede para a tecnologia LED, de forma a reduzir

- o consumo mensal de energia e o custo de manutenção;
- 3 – Substituição de aparelhos de ar-condicionado antigos em diversos setores do TCE/CE;
- 4 – Elaboração de novos layouts de estrutura física e mobiliário para vários setores do TCE/CE;
- 5 – Projeto e execução da reestruturação física dos edifícios Sede, 5 de outubro e IPC, de modo a atender à transferência dos servidores da unidade Cambeba para a unidade Centro;
- 6 – Execução, acompanhamento e recebimento do serviço de recuperação estrutural e reforma do subsolo, para uso como estacionamento, além da reforma do piso do galpão de estacionamento;
- 7 – Licitação, contratação, acompanhamento e recebimento dos projetos referentes à construção do refeitório, espaço para atividades físicas, bicicletário, copa/lavabo da galeria das autoridades e ampliação da COSISMAT;
- 8 – Licitação e contratação da execução da obra do refeitório, espaço para atividades físicas, bicicletário e ampliação da COSISMAT;
- 9 – Licitação e contratação da execução da ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento por meio de tecnologia IP.
- Além de diversas atividades atendendo às demandas internas referentes à estrutura física e de manutenção e conservação dos edifícios que compõem o TCE/CE.

5.15 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Lei Orçamentária Anual nº 16.199, de 29/12/2016, publicada no DOE de 30/12/2016, estimou a Receita e fixou a Despesa do Estado do Ceará para o exercício financeiro de 2017. Foram destinados créditos na ordem de R\$ 84.163.645,00 ao orçamento anual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sendo R\$ 82.296.000,00 originados de recursos do próprio Tesouro Estadual e R\$ 1.867.645,00 lastreados por Outras Fontes.

A tabela abaixo objetiva evidenciar de forma sintética a execução orçamentária desta corte de contas no decorrer do exercício financeiro de 2017, demonstrando as dotações consolidadas por grupo de despesa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO 2017			
GRUPO DE DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
Pessoal e Encargos Sociais	65.042.000,00	108.021.595,69	104.358.825,20
Outras Despesas Correntes	16.854.000,00	21.862.921,34	21.718.434,29
Investimentos	2.267.645,00	5.254.935,00	4.547.106,62
TOTAL	84.163.645,00	135.139.452,03	130.624.366,11

Fonte: Sistema S2GPR.

5.16– RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES DO TCE/CE EM 2017

Ord.	Modalidade	Nº Processo	Nº	Objeto	Vr. Estimado (R\$)	Vr. Arrematado (R\$)	Vr. Economia (R\$)	% Economia Arrematado / Estimado
1	Pregão Eletrônico	09103/2016-4	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de buffet, cerimonial e decoração para este Tribunal.	R\$345.909,40	R\$259.939,20	R\$85.970,20	24,85%
2	Pregão Eletrônico	09627/2016-5	2	Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de impressos e publicações sob demanda para este Tribunal.	R\$355.120,10	R\$349.999,80	R\$5.120,30	1,44%
3	Pregão Eletrônico	00081/2017-4	3	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de cartuchos e papéis sulfite em rolo para este Tribunal.	R\$70.306,95	R\$49.852,00	R\$20.454,95	29,09%
4	Pregão Eletrônico	00653/2017-1	4	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de carimbos e chaves em geral, sob demanda, para atender as necessidades deste Tribunal.	R\$6.981,45	R\$6.981,45	R\$0,00	0,00%
5	Pregão Eletrônico	02022/2017-9	5	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de consumo para este Tribunal.	R\$248.899,00	R\$201.634,70	R\$47.264,30	18,99%
6	Pregão Eletrônico	02027/2017-8	6	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização e realização de eventos e congressos para este Tribunal.	R\$169.247,18	R\$89.950,00	R\$79.297,18	46,85%

Modalidade	Nº Processo	Nº	Objeto	Vr. Estimado (R\$)	Vr. Arrematado (R\$)	Vr. Economia (R\$)	% Economia Arrematado / Estimado
Modalidade eletrônica	02110/2017-6	7	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, nas áreas: Administrativa, Comunicação Social, Saúde e Tecnologia da Informação.	R\$6.971.681,28	R\$6.746.113,80	R\$225.567,48	3,24%
Modalidade eletrônica	03416/2017-2	8	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de consumo para este Tribunal.	R\$41.934,90	R\$31.341,00	R\$10.593,90	25,26%
Modalidade eletrônica	04415/2017-5	9	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de tecnologia da informação para este Tribunal.	R\$137.339,73	R\$94.792,53	R\$42.547,20	30,98%
Modalidade eletrônica	04410/2017-6	10	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de publicações nacionais e estrangeiras (traduzidas para o português), impressas, para atender as necessidades do Núcleo de Biblioteca e Documentação deste Tribunal. (MAIOR DESCONTO)	Desconto estimado: LOTE 1 – 24,04% LOTE 2- 24,04%	Desconto arrematado LOTE 1 – 32% LOTE 2 – 26%	---	Economia LOTE 1 – 24,88% LOTE 2 – 7,54%



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ord.	Modalidade	Nº Processo	Nº	Objeto	Vr. Estimado (R\$)	Vr. Arrematado (R\$)	Vr. Economia (R\$)	% Economia Arrematado / Estimado
11	Pregão Eletrônico	04598/2017-6	11	Contratação de empresa para prestação de serviços comuns de engenharia, quais sejam: elaboração de projetos executivos de arquitetura e engenharia para construção de um refeitório, espaço para atividades físicas / bicicletário, lavabo / copa e reforma com ampliação da COSISMAT, nas dependências deste Tribunal.	R\$53.853,88	R\$21.598,00	R\$32.255,88	59,90%
12	Pregão Eletrônico	03225/2017-6	12	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de 500 (quinhentas) unidades de licenças CAL ou licença de acesso cliente, MPSA destinados a Secretaria de TI deste Tribunal.	R\$102.975,00	R\$76.890,00	R\$26.085,00	25,33%
13	Pregão Eletrônico	03417/2017-4	13	Contratação de empresa ou consórcio, para prestação de serviço telefônico fixo comutado – stfc e serviço móvel pessoal – smp, visando atender as necessidades deste Tribunal.	R\$350.152,20	R\$350.151,84	R\$0,36	0,00%
14	Pregão Eletrônico	04632/2017-2	14	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de televisores para este Tribunal.	R\$24.140,00	R\$18.490,00	R\$5.650,00	23,41%

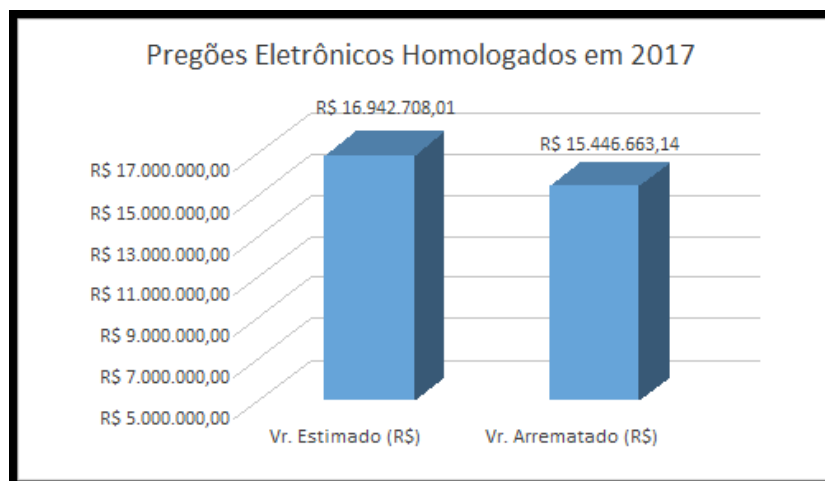
Ord.	Modalidade	Nº Processo	Nº	Objeto	Vr. Estimado (R\$)	Vr. Arrematado (R\$)	Vr. Economia (R\$)	% Economia Arrematado / Estimado
15	Pregão Eletrônico	04560/2017-3	15	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gavetas de expansão de storage, discos de diversas tecnologias e capacidade de armazenamento e licenças de softwares de tierização, compatíveis com a marca (EMC) e o modelo (VNX5300), storage já existente neste Tribunal.	R\$1.268.247,84	R\$1.268.000,00	R\$247,84	0,02%
16	Pregão Eletrônico	06265/2017-0	16	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua nas dependências deste Tribunal.	R\$3.610.115,40	R\$3.536.627,88	R\$73.487,52	2,04%
17	Pregão Eletrônico	06144/2017-0	17	Contratação de empresa especializada na área de segurança eletrônica para fornecimento e instalação de solução de videomonitoramento baseado em tecnologia IP para este Tribunal.	R\$98.208,00	R\$92.208,00	R\$6.000,00	6,11%
18	Pregão Eletrônico	06208/2017-0	18	Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática para este Tribunal.	R\$2.157.279,50	R\$1.587.200,80	R\$570.078,70	26,43%
19	Pregão Eletrônico	06304/2017-6	19	Aquisição de crachás.	R\$3.638,00	R\$3.600,00	R\$38,00	1,04%
20	Pregão Eletrônico	06254/2017-6	20	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, sem gás, de acordo com a necessidade desta Corte de Contas, para o exercício de 2018.	R\$49.320,00	R\$45.000,00	R\$4.320,00	8,76%



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ord.	Modalidade	Nº Processo	Nº	Objeto	Vr. Estimado (R\$)	Vr. Arrematado (R\$)	Vr. Economia (R\$)	% Economia Arrematado / Estimado
21	Pregão Eletrônico	06386/2017-1	21	Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de licenças do software antivírus Kaspersky para este Tribunal.	R\$32.945,00	R\$18.500,00	R\$14.445,00	43,85%
22	Pregão Eletrônico	06462/2017-2	22	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço, sob demanda, de buffet e serviços de decoração para este Tribunal.	R\$199.285,90	R\$115.597,99	R\$83.687,91	41,99%
23	Pregão Eletrônico	06162/2017-1	23	Contratação do serviço especializado de fornecimento de passagens aéreas, no âmbito nacional e internacional, compreendendo reserva, emissão, remarcação, cancelamento, alteração, envio de bilhetes e demais serviços correlatos.	R\$50,00 (taxa por transação)	R\$0,01 (taxa por transação)	---	---
24	Tomada de Preços	06046/2017-0	1	Contratação de empresa especializada, no ramo de engenharia, para prestação dos serviços de construção de um refeitório, um espaço para realização de atividades físicas funcionais, um bicicletário e reforma com ampliação da Coordenadoria do Sistema Integrado de Saúde e Meio Ambiente do Trabalho – COSISMAT, nas dependências deste Tribunal.	R\$645.127,30	R\$482.194,15	R\$162.933,15	25,26%

GRÁFICO: Valores em Reais dos Pregões do TCE em 2017.



Fonte: Atas dos pregões realizados pelo TCE/CE em 2017 homologados no sistema *licitações-e*.

Desde o ano de 2004, a modalidade Pregão Eletrônico é a preferencialmente adotada nas aquisições e contratações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

No ano de 2017, 23 (vinte e três) dos 24 (vinte e quatro) processos licitatórios foram realizados mediante esta modalidade. Em termos de valores, essas aquisições responderam por R\$16.297.580,71, ou seja, 96,19% do montante total de R\$16.942.708,01 licitados.

O gráfico acima, demonstra a diferença entre os valores estimados e arrematado nos processos licitatórios da Corte de Contas. A economia obtida pelo TCE/CE, em tais processos, foi da ordem de R\$1.496.044,87, ou seja 8,83%.





6

PARECER DO CONTROLADOR

INFORMAÇÃO Nº 03/2018

PROCEDÊNCIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TCE - EXERCÍCIO DE 2017

**CERTIFICADO DAS CONTAS ANUAIS DO TCE-CE
EXERCÍCIO DE 2017**

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nos termos do inciso III do art. 9º e do inciso I do art. 53, da Lei n.º 12.509/95, combinado com inciso IX do art. 36, da Resolução TCE nº 3163/2007, vem por meio deste relatório CERTIFICAR a gestão dos responsáveis por bens e recursos públicos no âmbito do TCE - CE.

A análise da Controladoria sobre a prestação de contas teve como base as peças contábeis, a execução orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal, e informações extraídas do Sistema S2GPR.

2. ANÁLISE DAS PEÇAS CONTÁBEIS

A Lei nº 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais e em seus quadros auxiliares. A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.6) acrescentou ao rol das demonstrações contábeis a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir se tem o resultado da análise das peças contábeis.

Do Balanço Orçamentário

O TCE-CE, por não ser um órgão tipicamente arrecadador, não contabilizou a previsão nem a arrecadação de receita orçamentária. Isso se deve ao fato das receitas orçamentárias serem arrecadadas e contabilizadas pela SEFAZ na qualidade de órgão arrecadador. Posteriormente uma fração desses recursos é repassada ao TCE-Ce para pagamento de suas despesas. Esses repasses são contabilizados como uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária. Esta forma de contabilização é amparada pela Portaria STN nº 339/2001. Com isso, se apurou um déficit orçamentário de R\$ 135.139.452,03, o que é aceitável mediante a forma de contabilização acima descrita.

Quanto as despesas orçamentárias o balanço apresentou os seguintes valores:

- Dotação Inicial (autorização na LOA 2016): R\$ 84.163.645,00
- Dotação Atualizada (autorização na LOA 2016 mais créditos adicionais): R\$



135.139.452,03.

- Despesas Empenhadas: R\$ 130.624.366,11.
- Despesas Liquidadas: R\$ 123.689.667,89.
- Despesas Pagas: R\$ 123.688.860,61.
- Saldo da Dotação: R\$ 4.515.085,92.

Os créditos adicionais abertos no exercício tiveram respaldo legal conforme apontado em nota explicativa pela Gerencia de Contabilidade e Finanças.

Em agosto de 2017, por conta da Emenda Constitucional nº 92/2017, o TCE absolveu o saldo das dotações orçamentárias do extinto TCM, através do remanejamento de dotação orçamentária com respaldo no Decreto nº 32.312/2017 publicado no DOE de 22/08/2017.

Analisando-se o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar pode-se verificar que dos R\$ 6.951.767,92 inscritos em exercícios anteriores a 2017, foram pagos R\$ 6.724.037,28 (96,7% do valor inscrito) e cancelados R\$ 215.251,13 restando para 2017 um saldo de R\$ 12.479,51.

Do Balanço Financeiro

No balanço financeiro é possível verificar os valores repassados ao TCE-Ce pela SEFAZ a título de transferências financeiras no montante de R\$ 130.412.675,89, sendo R\$ 123.688.638,61 destinado ao pagamento de despesas orçamentárias e R\$ 6.724.037,28 ao pagamento de restos a pagar.

Foram empenhadas na fonte do tesouro estadual R\$ 128.663.942,01 e na fonte de recursos vinculados a operações de crédito o valor de R\$ 1.960.424,10.

Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 6.935.505,50 correspondendo a 5,3 % do total empenhado em 2017. Considerando que em 2016 o percentual foi de 3,7% pode-se observar que houve um aumento em termos relativos na inscrição em restos a pagar. Contudo esses valores são respaldados financeiramente por recursos depositados na conta do tesouro estadual caso venham a ser liquidados.

O TCE-CE consignou de seus pagamentos a servidores (consignações em folha) e prestadores de serviço o montante de R\$ 33.713.914,33 recolhendo-o integral a quem de direito.

O saldo em espécie que passa para o exercício foi igual a zero. Entretanto, a soma dos saldos nos extratos bancários apresentaram o valor de R\$ 4.467.266,49. Em nota explicativa a Gerencia de Contabilidade e Finanças justifica que esta diferença refere-se ao valor conciliado da folha de pagamento de dezembro de 2017, o qual fora compensado no dia 24 de janeiro de 2018, conforme se observa no extrato bancário. Sobre este ponto renova-se a recomendação feita no relatório da Controladoria de 2016, onde se sugere a criação de um conta corrente contábil no Sistema S2GPR para receber os registros das movimentações financeiras da conta do Bradesco.

Do Balanço Patrimonial

Dentre as contas com valores relevantes apresentados no balanço patrimonial ao final de 2017 destacam-se:

- Almojarifado: R\$ 345.221,99
- Bens Móveis: R\$ 21.171.148,06
- Bens Imóveis: R\$ 44.448.337,18
- Bens Intangíveis (Softwares): R\$ 6.357.070,00

Foram ainda contabilizadas as depreciações e amortizações conforme prevê a Resolução Administrativa do TCE nº 16/2014 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Para a elaboração do inventário de bens patrimoniais foi instituída uma comissão de servidores através da Portaria nº 396/2017, prorrogada pela Portaria nº 528/2017, cujos trabalhos resultaram no Relatório de Inventário Anual constante no Processo nº 0142/2018-5. Destaca-se que o referido relatório contém recomendações no sentido de conciliar os registros sintéticos e analíticos.

Em relação ao saldo da conta de Almojarifado o saldo não contempla os valores transferidos do extinto TCM. Contudo, segundo informação da Gerência de Contabilidade e Finanças deste Tribunal, fora encaminhada à SEFAZ solicitação em 2018 para a realização dos referidos registros.

O passivo circulante do TCE-Ce apresentou um saldo de R\$ 1.351,51 composto de encargos sociais a pagar e valores restituíveis com vencimento para o início de 2018. O passivo financeiro, que engloba os restos a pagar e os valores restituíveis, apresentou um saldo de R\$ 6.948.529,24 ao final de 2017. Quanto as contas de compensação o Balanço Patrimonial apresentou ao final de 2017 apenas o saldo de Atos Potenciais Ativos no valor de R\$ 62.722,82. Compondo este valor, identificou-se que R\$ 2.382,82 foi equivocadamente contabilizado na conta **Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas**, tendo em vista que o TCE-Ce não opera com este tipo de transação.

Não foram evidenciados os Saldo dos Atos Potenciais Passivos, o que é incoerente com a realidade tendo em vista que o TCE-Ce em 31/12/2017 haviam diversos contratos vigentes. Assim não foram evidenciados no Quadro das Contas de Compensação o saldo dos referidos contratos ao final do exercício.

O Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro não está disponível para impressão no Sistema S2GPR. Ressalte-se que este demonstrativo é exigido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ressalte-se que o aumento expressivo no volume nos saldos das contas patrimoniais em relação ao



exercício anterior decorre da incorporação das atividades do TCE em relação à extinção do TCM.

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A DVP apresentou o valor de 27.394.329,71 a título de superávit patrimonial apurado ao final de 2017. O referido superávit decorre do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, cujos valores são respectivamente R\$ 157.762.516,77 e 130.368.187,06.

Constatamos que foram realizados os registros das depreciações dos bens móveis e imóveis, bem como as amortizações dos bens intangíveis atendendo as exigências contidas na Resolução Administrativa do TCE nº 16/2014 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Contudo, tais procedimentos não eram adotados sobre os bens originário do extinto TCM.

O aumento expressivo no volume das transações em relação ao exercício anterior decorre da incorporação das atividades do TCE em relação à extinção do TCM.

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia os fluxos financeiros do TCE-Ce e a respectiva geração de caixa.

Em 2017 prevaleceu o fluxo financeiro nas atividades operacionais, o que condiz com a realidade, tendo em vista que não é típico das cortes de contas a geração de fluxos elevados nas atividades de investimento e financiamento.

O fluxo das atividades de investimento apresentou um valor negativo, pois não houveram ingressos de recursos decorrentes da alienação de ativos para compensar a aquisição de ativos não circulantes no período em análise.

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS CONSTANTES NO PPA

4.

As Constituições Federal e Estadual, bem como a Resolução TCE-Ce nº 3163/2007, atribuem ao controle interno a competência para avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e dos programas de trabalho constantes do orçamento.

Programa, segundo a Portaria MOG nº 42/1999, é o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

O TCE-Ce foi contemplado na Lei Estadual 15.929/2015 (PPA 2016-2019) com os programas 500 – Gestão e Manutenção do TCE (Programa Administrativo) e 014 – Controle Externo da Administração

Pública (Programa Finalístico).

Os programas administrativos são voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado. São contemplando iniciativas padronizadas para todos os órgãos e entidades não sendo mensurados por metas físicas. Entretanto, nos programas finalísticos geram bens e serviços ao Governo e/ou à Sociedade, as metas são mensuráveis.

O quadro abaixo evidencia as metas de ofertas previstas e os valores alcançados ao final de 2017 para o 014 – Controle Externo da Administração. As informações foram fornecidas pela Assessoria de Planejamento do TCE com base no relatório de acompanhamento das metas físicas e financeiras do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA - PPA).

Iniciativa / Produto Principal	Unidade	Meta da oferta (PREVISTO)	REALIZADO	% de Realização
014.1.01 - Realização de atividades de Controle Externo / INSTRUÇÃO PROCESSUAL REALIZADA	Unidade	8.000	11.744	146%
014.1.02 - Desenvolvimento e qualificação de jurisdicionados e sociedade / PESSOA CAPACITADA	Unidade	9.000	9.359	103%

Com base no quadro acima que os valores executados superaram as metas físicas previstas para o programa 014 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Com a absorção dos programas orçamentários do extinto TCM, o TCE passou a gerenciar o programa 013 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, contudo, o relatório do acompanhamento das metas físicas não apresentou os valores das metas físicas não sendo possível verificar se tais metas foram ou não atingidas. Contudo, salienta-se que o acompanhamento das metas até agosto de 2017 era de responsabilidade do órgão extinto.

5. ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL

6.

A Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, abrange a gestão de todos os órgãos da administração direta e indireta, inclusive os Tribunais de Contas.

Compete a esta Controladoria, segundo a Resolução Administrativa nº 3.163/2007, avaliar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Tribunal de Contas.

Os resultados da gestão fiscal do TCE foram analisados quadrimestralmente em processos específicos. Pôde-se constatar em todos eles que o Tribunal vem cumprindo rigorosamente com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



A seguir destacam-se os requisitos da gestão fiscal alcançados por esta Corte de Contas ao final de 2017.

Limite Total da Despesa com Pessoal

A Resolução TCE nº 3767, de 09 de novembro de 2005, estabelece como limite máximo para a despesa com pessoal do TCE o percentual de 0,44% em relação à Receita Corrente Líquida – RCL do Estado. Com absorção do quadro de pessoal do extinto TCM, o referido percentual passou a ser de 1,06%.

No último quadrimestre de 2017 o TCE apresentou um gasto com pessoal no valor de R\$ 154.555.210,87, representando 0,87% da RCL, portanto dentro dos limites estabelecidos.

Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

Ao final de 2017, o Demonstrativo das Disponibilidade de Caixa apresentou um montante R\$ 6.937.085,60 inscritos em restos a pagar não processados. Apresentou ainda um saldo de R\$ 32.638,62 relativos ao exercício de 2016. Sobre a disponibilidade de caixa para cobertura dos montantes inscritos em restos a pagar a Lei Estadual nº 16.320/017, estabelece que a disponibilidade de caixa dos órgãos enquanto não utilizados para o fim a que se destinam, os recursos constituirão disponibilidade financeira na conta centralizadora junto à instituição bancária detentora do Sistema Financeiro de Conta Única e serão utilizados de acordo com a programação financeira e cronograma mensal de desembolso, conforme disciplina o art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Ressalta-se ainda que segundo a referida Lei, a denominada Conta Única e de titularidade da Secretaria da Fazenda – SEFAZ. Cabe ao TCE-Ce manter uma conta de gestão para receber as transferências financeiras no valor exato para pagamento de suas despesas.

Destaca-se que o orçamento aprovado mais os créditos adicionais representam o limite de despesas o TCE – Ce durante o exercício. Desta forma, as despesas empenhadas no exercício, inclusive os restos a pagar, são lastreados pela disponibilidade depositada na Conta Única do Estado a qual deverá ser repassadas em momento oportuno e no valor correspondente ao pagamento para quitação das obrigações financeiras perante os fornecedores e prestadores de serviço.

7. AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

Com a edição da Instrução Normativa nº 03/2015 o TCE passou a exigir dos seus jurisdicionados o Formulário de Avaliação da Estrutura de Controle Interno. Esta Controladoria adotou como parâmetro, com as devidas adaptações, o mesmo formulário exigido na Resolução, cujos resultados se apresentam a seguir.

1. Ambiente de Controle	Situação Atual
1.1. O planejamento estratégico está formalizado por meio de objetivos e metas.	Planejamento Estratégico aprovado conforme Resolução Administrativa nº 15/2016. Ressalte-se que há previsão de atualização em função da nova competência do TCE-Ce quanto à fiscalização municipal.
1.2. Existe(m) código(s) formal (is) de conduta e outras políticas que explicitam os referenciais éticos da instituição a todos.	Código de Ética do Servidor instituído pela Resolução Administrativa nº 01/2016. Código de Ética dos Membros instituído pela Resolução Administrativa nº 08/2013.
1.3. A estrutura organizacional atualizada está formalmente estabelecida.	A estrutura organizacional do TCE está definida na Resolução Administrativa nº 3.163/2007, atualizada pela Resolução Administrativa nº 02/2016.
1.4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	Competências definida na Resolução Administrativa nº 3.163/2007, atualizada pela Resolução Administrativa nº 02/2016.
1.5. Os deveres e responsabilidades essenciais são divididos ou segregados entre diferentes pessoas para reduzir o risco de ocorrerem erros, desperdícios ou fraudes.	As atribuições estão segregadas conforme Resolução Administrativa nº 3.163/2007, atualizada pela Resolução Administrativa nº 02/2016.
1.6. A alta direção monitora a implementação das recomendações e determinações da auditoria interna, dos controles interno e externo.	A alta administração encaminha para os gestores responsáveis, via comunicação interna, os resultados e recomendações contidas nos relatórios de auditoria interna para adoção de providências cabíveis.
1.7. Existe programa de educação continuada efetivamente executado com ações de capacitação orientadas para melhorar o desempenho dos servidores.	O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo elabora anualmente o Plano de Ações Educacionais onde são contemplados cursos de capacitações para os quadro de servidores do Tribunal de Contas.
1.8. Durante o processo de contratação de colaboradores e preenchimentos de cargos comissionados existem regras e controles para evitar privilégios.	Não há regramento.
1.9. Os resultados das avaliações de desempenho são considerados para tomada de decisão por parte das chefias e são comunicados ao servidor mediante feedback.	A chefia elabora a avaliação de desempenho via formulário próprio e dá ciência ao servidor que também assina o formulário.
2. Avaliação de Risco	Situação Atual
2.1. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência e impacto desses riscos, sua classificação e a conseqüente resposta ao risco.	Entre os projetos previstos no Planejamento Estratégico do TCE (2016-2019) está o de Instituição do Plano de Gestão de Riscos cujo objetivo é Desenvolvimento e implementação de um plano de gestão de riscos no âmbito do TCE-Ce. Este projeto tem início previsto para início e termino em 2018.
2.2. Durante o processo de tomada de decisão gerencial, é considerado o diagnóstico de riscos, já comentado no item 2.1 desse questionário.	Esta prática só poderá ser adotada após a conclusão do plano de gestão de riscos citado anteriormente.
2.3. Existe histórico, nos últimos 5 anos, de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	Sem registros no exercício de 2017.
2.4. Na ocorrência de indícios de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	Sem registros no exercício de 2017.



3. Procedimentos de Controle	Situação Atual
3.1. As políticas e ações de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade estão formalizadas (normas e manuais) e são amplamente disseminados no diversos níveis da organização	Ainda não se aplica integralmente.
3.2. Há política de segurança de informação formalmente definida.	Atualmente o TCE dispõe de dois regimentos tratando sobre a segurança da informação. A Resolução nº 17/2014 Institui o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação - CDTI, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A Resolução nº 19/2016 que institui o Comitê Gestor de Acesso, Segurança e Tratamento das Informação.
3.3. Os ativos, recursos e registros vulneráveis são protegidos e salvaguardados por acesso restrito e controles físicos.	O TCE-Ce para melhorar o controle de seus ativos vem adotando medidas para salvaguardá-los. No entanto, é necessário avanço na adoção de medidas para reforçar cada vez mais o controle dos ativos.
3.4. É realizado periodicamente inventário de bens e valores de responsabilidade da entidade, observando inclusive a sua adequada mensuração nos registros contábeis.	O inventário é realizado anualmente. Porém, deve-se atentar para a recomendações nº 02 e 03 deste Certificado.
3.5. Existe plano de atividades de auditorias internas periódico, aprovado pela alta direção e efetivamente executado	Anualmente a Controladoria elabora e submete ao Presidente do Tribunal o Plano de Auditoria e Atividades da Controladoria. A execução do referido Plano é destacada no Relatório de Atividades elaborado pela Assessoria de Planejamento.
4. Informação e Comunicação	Situação Atual
4.1. As informações consideradas relevantes para o Órgão são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas.	No que se refere aos trabalhos de auditoria e monitoramento realizadas pela Controladoria, os resultados dos trabalhos são enviados à Presidência do TCE na forma de relatório contendo, sempre que necessário, recomendações a serem implementadas.

<p>4.2 O fluxo das informações e das comunicações está devidamente documentado, atende aos objetivos do órgão de forma tempestiva, e perpassa todos os níveis hierárquicos.</p>	<p>O TCE implementou diversos manuais e fluxos de atividades administrativas. Dentre estes destacam-se o mapeamento da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Planejamento Anual de Aquisições • Aquisição de Materiais e Serviços por Licitação • Aquisição de Materiais e Serviços por Contratação Direta (Inexigibilidade de Licitação) • Aquisição de Materiais e Serviços por Contratação Direta (inciso I do art. 24 da Lei 8.666/93) • Aquisição de Materiais e Serviços por Contratação Direta (inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93) • Elaboração do Contrato • Elaboração de Ata de Registro de Preço • Elaboração de Aditivos • Ordem de Pagamento de Contratos com Despesas Não Continuadas • Ordem de Pagamento de Contratação Direta • Emissão de Nota de Empenho por Estimativa • Ordem de Pagamento de Despesas Continuadas • Ordem de Pagamento de Ata de Registro de Preço Material • Adesão pelo TCE à Ata de Registro de Preço • Adesão por Terceiros à Ata de Registro de Preço. <p>Fluxos do Relatório de Gestão Fiscal. Manuais editados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manual do Gestor do Contrato • Manual de suprimento de fundos • Manual do Usuário - Gerenciamento de Passagens e Diárias. <p>Observa-se que vários fluxos e manuais foram devidamente documentados. Contudo recomenda-se esta prática em todas as áreas e níveis hierárquicos.</p>
<p>5. Monitoramento</p>	<p>Situação Atual</p>
<p>5.1. A estrutura de controle interno do órgão/entidade é periodicamente monitorada, para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.</p>	<p>No Plano Anual de Auditoria e Atividades da Controladoria são contemplados 4 monitoramentos sobre temas específicos.</p>
<p>5.2. Quando necessário, os gestores determinam ações corretivas com vistas ao aperfeiçoamento da estrutura de controle interno do Órgão.</p>	<p>A cada monitoramento executado, quando cabível, são feitas recomendações e adoção de plano de ação com vistas a melhorar os pontos de controle interno. A alta administração informa aos responsáveis para que se adotem providências quando cabíveis.</p>
<p>5.3. Existem padrões para medir periodicamente o desempenho da organização em relação a todos os seus objetivos e metas.</p>	<p>Em relação ao acompanhamento dos projetos e objetivos contemplados no Planejamento Estratégico, trimestralmente a Assessoria de Planejamento realiza o devido monitoramento com participação do Comitê Estratégico.</p> <p>Além disso, o TCE-Ce adota metodologias para medição de desempenho de acordo com a Resolução nº 09/2014 que estabelece os indicadores de desempenho organizacional.</p>



<p>5.4. Quando necessário, os gestores determinam ações corretivas com vistas ao alcance de metas.</p>	<p>Nas reuniões do Comitê Estratégicos os gestores justificam as metas não alcançadas e propõem ações corretivas.</p>
--	---

8. CONCLUSÃO

CERTIFICO que os indicadores da gestão fiscal e da execução orçamentária do TCE-CE atendem as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e as demais normas orçamentárias.

CERTIFICO ainda que as demonstrações contábeis representam a execução orçamentária, financeira ao final de 2017. No que se refere a posição patrimonial é necessário que se **atente** para as recomendações contidas neste Certificado.

9. RECOMENDAÇÕES

1. Que seja solicitada à Secretaria da Fazenda:
 - 1.1. a retificação para os próximos anos dos saldos dos atos potenciais apresentados no Balanço Patrimonial com ênfase no saldo dos contratos.
 - 1.2. a abertura de um conta corrente contábil correspondente à conta bancária nº 10.168-0, agencia nº 0643 do Banco Bradesco de titularidade desta Corte de Contas;
 - 1.3. que disponibilize no Sistema S2GPR o Quadro do Superávit / Déficit Financeiro, de forma que o TCE-Ce possa emitir todos os demonstrativos contábeis exigidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
2. A inclusão no Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SGPA) de todos os bens originários do extinto TCM.
3. Que se adotem os procedimentos patrimoniais cabíveis aos bens de origem do extinto TCM de forma a atender a Resolução Administrativa do TCE nº 16/2014 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
4. Que seja dado conhecimento deste Certificado à Secretaria de Administração, à Gerência de Contabilidade e Finanças, à Gerência de Material e Patrimônio e à Secretaria de Tecnologia da Informação para que adotem as Medidas que lhe forem cabíveis.
5. Que seja adotado um plano de ação com participação dos gestores das áreas envolvidas para a implementação das recomendações constante neste Certificado.

Controladoria do Tribunal de Contas do Ceará. Fortaleza, 02 de abril de 2017.

José Wesmey da Silva
 Controlador
 Mat. 976-9



7

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Em respeito ao artigo 9º, inciso IV, da Lei Estadual Nº. 12.509/95 e ao artigo 70 da Constituição Federal de 1988 encaminho a presente Prestação de Contas, do exercício de 2017, deste Tribunal à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

Atesto que tomei ciência do inteiro teor do Certificado nº 03/2018, de 2/4/2018, elaborado pela Controladoria deste TCE, e já estamos adotando as providências sugeridas no referido Certificado.

Tribunal de Contas Estado do Ceará. Fortaleza, 3 de abril de 2018.

Edilberto Carlos Pontes Lima
Presidente do TCE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Rua Sena Madureira, 1047
CEP 60055-080 - Centro
Fortaleza - Ceará



www.tce.ce.gov.br

